

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO EM NOVA PALMA (RS)

MARCOS AURELIO SAQUET

Orientador: Profa. Dra. Lenyra Rique da Silva

Co-Orientador: Prof. Dr. Augusto César Zeferino

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis - SC

Fevereiro, 1996

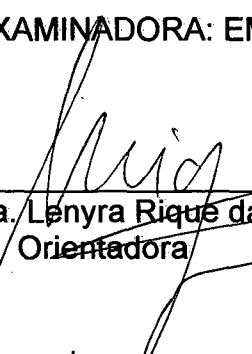
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

A Construção do Espaço em Nova Palma (RS).

Marcos Aurélio Saquet

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado
em Geografia, Área de concentração:
Desenvolvimento Regional e Urbano, do
Departamento de Geociências do Centro de
Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, em
cumprimento parcial dos requisitos para
obtenção do título de Mestre em Geografia.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA: EM 08/02/96



Prof. Dra. Lenyra Rique da Silva
Orientadora



Prof. Dra. Leila Christina Duarte Dias



Prof. Msc. Roland Luiz Pizzolatti



Prof. Dra. Gerusa Maria Duarte
Coordenadora

Florianópolis - SC
Fevereiro/96

AGRADECIMENTOS

A meus pais e meu irmão,
pelo apoio e compreensão

A Miriam
pelo companheirismo e incentivo

A Profa. Lenyra Rique da Silva
pela amizade, apoio e orientação deste trabalho

Ao Prof. Augusto César Zeferino
pela amizade e Co-Orientação

A Universidade, e em especial aos professores do Curso de Mestrado
em Geografia, pelo ensino e oportunidade

Ao Pe. Luis Sponchiado
pela concessão de dados e informações sobre a Ex-Colônia Silveira
Martins

A todos que, de diversas formas, contribuíram para a realização
deste trabalho.

A DEUS, por tudo.

S U M Á R I O

RESUMO	x
RÉSUMÉ	xi
INTRODUÇÃO	01
1. PEQUENA REFLEXÃO TEÓRICA	22
2. ALGUNS ASPECTOS DA FORMAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL (1878- 1925)	33
3. OS PROCESSOS PRODUTIVOS INDUSTRIAL, ARTESANAL E AGRÍ- COLA EM NOVA PALMA	75
3.1 Do trabalho assalariado	79
3.2 Do trabalho familiar	87
3.2.1 As produções artesanais	87
3.2.2 A Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda e as unidades de exploração agrícola	105
4. OS LUGARES DE DESTINO DAS MERCADORIAS E O ESPAÇO NOVA- PALMENSE	139
LISTA DE GRÁFICOS	v
LISTA DE MAPAS	vi
LISTA DE TABELAS	vii
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E PERIÓDICOS	181
ANEXOS	189

LISTA DE GRÁFICOS

01. *Total da produção agrícola das Ex-Colônias italianas no RS, em sacas - 1885* 47
02. *A produção de trigo em sacas - 1885* 47
03. *A produção vinícola em litros - 1885* 48
04. *Quantidade de fábricas das Ex-Colônias italianas no RS, em 1923* 55
05. *Evolução das produções artesanais na Sede da Ex-4^a Colônia (1884-1925)* 67
06. *Evolução da produção diária na Fábrica de Massas Alimentícias Nova Palma Ltda, entre 1961 e 1993* 82
07. *Evolução da produção da soja no Município de Nova Palma (1970-1993)* 120
08. *Evolução da quantidade de financiamentos agrícolas concretizados pela CREDIPAL no Município de Nova Palma/RS, em moeda corrente (1988-1993)* 129
09. *Evolução da quantidade de financiamentos agrícolas concretizados pelo Banco do Brasil no Município de Nova Palma/RS, em moeda corrente (1988-1993)* 132

LISTA DE MAPAS

01. Estado do Rio Grande do Sul	03
02. Distribuição dos lotes e Núcleos da Ex-Colônia Silveira Martins - 1890	06
03. Atuais Municípios da Ex-Colônia Silveira Martins	08
04. Localização da área de estudo	10
05. Visualização das áreas de amostragem	16
06. Fluxo das vendas da Fábrica de Massas Alimentícias, em Dezembro de 1993	141
07. Fluxo das vendas de picolés pela CREMOGEL, em Dezembro de 1993	144
08. Fluxo das vendas de sorvetes pela CREMOGEL, em Dezembro de 1993	145
09. Fluxo das vendas de vassouras, em Dezembro de 1993	147

LISTA DE TABELAS

01. *Evolução da população residente dos Municípios que se formaram a partir da Ex-Colônia Silveira Martins (1980-1991) ... 09*
02. *Produção para venda das Ex-Colônias Imperiais de Imigração italiana no Rio Grande do Sul - 1884/1885 46*
03. *Produção agrícola, artesanal e estabelecimentos secundários diversos das Ex-Colônias italianas no RS em 1925 56*
04. *Evolução das migrações no Ex-Núcleo Soturno (1895-1930) ... 61*
05. *Evolução econômica de Caxias do Sul entre 1890 e 1975 64*
06. *"Evolução" comercial e artesanal da Sede da Ex-4ª Colônia entre 1884 e 1925 65*
07. *Evolução do patrimônio na Fábrica de Massas Alimentícias Nova Palma Ltda (1961-1993) 80*
08. *Evolução do patrimônio na Fábrica de picolés e sorvetes (1976-1993) 89*
09. *A produção de picolés e sorvetes na CREMOGEL, em Dezembro de 1993 91*

10. Evolução da produção média mensal na Fábrica de calçados (1988-1993)	94
11. A produção de botas de couro na Fábrica de calçados, em Dezembro de 1993	95
12. Evolução da produção média mensal na Fábrica de vassouras (1945-1993)	97
13. A produção de vassouras, em Dezembro de 1993	97
14. A produção média de vinho no Município de Nova Palma, safra de 1993	99
15. Estrutura fundiária do Município de Nova Palma/RS em 1993.	108
16. Evolução dos associados da CAMNPAL (1988-1993)	112
17. Evolução do quadro de funcionários da CAMNPAL (1988-1993).	113
18. Evolução da produção agrícola recebida e comercializada pela CAMNPAL (1988-1993)	115
19. Evolução do cultivo agrícola no Município de Nova Palma (1970-1993)	118

20. *Evolução do rendimento agrícola por unidade de área no Município de Nova Palma (1970-1993) 122*
21. *Produção da soja no Município de Nova Palma-safra 1992/93. 125*
22. *Evolução dos financiamentos agrícolas feitos pela CREDIPAL e pelo Banco do Brasil em Nova Palma (1988-1993) 133*
23. *Evolução do patrimônio na CAMNPAL (1988-1993) 154*
24. *Comparação entre algumas variáveis das atividades abordadas 164*
25. *Evolução dos pequenos estabelecimentos "industriais" e comerciais no Município de Nova Palma (1976-1993) 168*

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo abordar alguns aspectos do processo de construção do espaço no Município de Nova Palma/RS.

Analizamos a produção do espaço mostrando indícios do crescimento desigual entre atividades industriais e artesanais, e, um pouco da subordinação e alienação do trabalhador direto em uma atividade com relações sociais embrionárias do capitalismo clássico e em atividades com trabalho familiar, como a produção artesanal e agrícola.

Destacamos as relações que os pequenos agricultores locais mantêm com a Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda, descrevendo algumas das atividades que fazem para sobreviver, ao lado do incremento do patrimônio da referida Cooperativa.

RÉSUMÉ

Le présent étude a comme objectif aborder quelques aspects du procès de construction de l'espace au Municipipe de Nova Palma/RS.

Nous analysons la production de l'espace en montrant les indices de l'accroissement différent entre activités industriels et artisanales, et, un peu de la subordination et aliénation du travailleur immédiat à une activité avec relations embryonnaires du capitalisme classique et en activités avec du travail familial, comme la production artisanal et agricole.

Nous remarquons les relations que les petits agriculteurs locaux tiennent avec la Coopérative Agricole Mixte Nova Palma Ltda, décrivant un peu des activités dont ils font pour survivre, a côté de l'incrément du patrimoine de la Coopérative.

INTRODUÇÃO

O homem procura dinamizar suas atividades cotidianas na e para a produção social do espaço, e por isso territorializa-se através das condições naturais, das técnicas e do capital de que dispõe, utilizando este espaço de forma desigual e contraditória.

Historicamente, a partir da expansão das relações capitalistas de produção no século XVIII, a construção social do espaço tem ocorrido basicamente em torno da produção e circulação de mercadorias, a partir de uma intrincada divisão social e territorial do trabalho e, concomitantemente, de uma certa complementaridade entre as atividades produtivas de cada lugar.

Uma quantidade sempre menor de homens definirão o que será produzido, onde, como e para quem, privilegiando alguns espaços e setores em detrimento de outros, e contribuindo à reprodução incessante das forças e relações capitalistas de produção.

E é nesta contraditória e desigual expansão das forças e relações capitalistas de produção no Brasil, sobretudo, que pretendemos apreender alguns momentos do processo de apropriação e produção do espaço gaúcho, enfatizando o processo de colonização da Encosta do Planalto Rio-grandense por imigrantes italianos a partir de 1875.

Em meio ao século XVIII, para garantir a posse das terras do extremo Sul do país ameaçadas constantemente pelos espanhóis, e

para diversificar a economia sulista, era preciso povoad-las rapidamente, de preferência, fixando o homem à terra através da prática agrícola, pois até então predominava na economia gaúcha a pecuária extensiva e as charqueadas. E foi o que o Governo tentou fazer promovendo a vinda de açorianos a partir de 1751. Eles fundaram várias cidades, porém os resultados em termos de povoamento e economia não foram muito positivos.

Mesmo após a Independência do país, o Norte do RS e a encosta do Planalto Rio-Grandense, ainda estavam desocupados. Para tanto, o Governo brasileiro trouxe os colonizadores alemães a partir de 1824. Eles fundaram várias cidades como Novo Hamburgo, São Leopoldo, Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul. E posteriormente foi promovida a colonização de parte do território gaúcho pelos imigrantes italianos.

Em 1875 funda-se por iniciativa do Governo Imperial as primeiras Colônias italianas no RS: Conde d'Eu (hoje Município de Garibaldi), Dona Isabel (hoje Município de Bento Gonçalves) e Nova Palmira ou Caxias (hoje Município de Caxias do Sul) a Nordeste da então Província gaúcha. Três anos depois, a partir da mesma política de distribuição e ocupação dos lotes coloniais, também em plena encosta mas já na porção central da Província, funda-se uma 4ª Colônia de imigração italiana: Silveira Martins, conforme mapa nº 01 da página seguinte. E é nesta quarta Colônia que fizemos nossa investigação.

[illegible]

ESCALA : 1 : 4.600.000

FONTE : MAPA MORFOLOGICO
DO ESTADO DO RS. 1986

Com relação às demais Colônias italianas, devido a sua localização, Silveira Martins ficou praticamente isolada, sem interligação direta. Inicialmente, a viagem dos colonizadores de Porto Alegre até Rio Pardo ocorria através do Rio Jacuí. Daí até a Sede da Colônia seguiam a pé, a cavalo ou em carroções. Já a partir de 1885, o trajeto Porto Alegre-Santa Maria era feito via estrada de ferro.

Ora, por que esta quarta Colônia no interior do estado? Conforme depoimento do Pe. e microhistoriador Sponchiado, o motivo principal foi o fato de que fazia-se necessário ocupar de forma efetiva aquela região central ainda praticamente desocupada. Era necessário espalhar o mais possível os imigrantes, o que favoreceria o controle de uma área cada vez maior.

A então 4ª Colônia Imperial de imigração italiana no RS foi logo chamada de Colônia Silveira Martins¹, como já demos a conhecer. Colônia porque os imigrantes colonizaram aquele espaço ocupando as terras através dos lotes coloniais, que mediam em média 22 ha. Os imigrantes solicitavam os lotes à chefia da Comissão local de Medição, e enquanto esperavam a posse, permaneciam, nos primeiros anos da colonização na área, em um grande barracão construído pela referida Comissão, e, posteriormente, nas casas de parentes ou amigos conterrâneos. Aquelas terras da encosta do Planalto ainda cobertas pela mata nativa, foram apropriadas por meio da compra, pois a partir de 1854, com a vigoração da Lei de

¹ Silveira Martins, nome que perdura até hoje, foi em homenagem ao líder do Partido Liberal e antirepublicano gaúcho, Gaspar de Silveira Martins.

Terras e Colonização de nº 601 de 1850, se proibia, entre outras definições daquela Lei, as aquisições de terras por meios que não fosse a compra. A estrutura agrária da 4ª Colônia já nasce limitada a pequenos pedaços de terra, portanto. Aliás, se por um lado o processo de imigração no Brasil visou conseguir força de trabalho para a lavoura cafeeira, por outro, teve como objetivo a instituição da pequena propriedade para a prática da policultura².

Apesar da abolição do subsídio que era fornecido pelo Governo Imperial até o Decreto de 20.12.1879, não cessou a vinda de italianos para a Colônia Silveira Martins, conforme anexo nº 01. A partir de 1882 caracterizou-se a chamada "Imigração Espontânea" para daquela Colônia. Naquele período, como os lotes coloniais da Sede já estavam todos ocupados, e não havia mais terras devolutas contínuas à Sede, foram criados Núcleos Interiores, onde os agrimensores mediam os lotes para instalação dos recém chegados. Assim, praticamente fundou-se Dona Francisca em 15.08.1883, cujo nome é mantido até hoje como Município; o Núcleo Norte a 25.09.1883, hoje Município de Ivorá; e o Núcleo Arroio Grande também neste mesmo ano, hoje Distrito do Município de Santa Maria. No ano seguinte, a 01.06 é criado o Núcleo Soturno, hoje Município de Nova Palma. E por fim, em 1896 caracterizou-se a Sede do que hoje vem a ser o Município de Faxinal do Soturno, conforme mapa a seguir, que apresenta o primitivo território da Colônia Silveira Martins.

² Conforme Coradini (1982), em 1824, os primeiros colonos recebiam aproximadamente 77 ha de terras. A partir de 1851 reduz-se o tamanho dos lotes para cerca de 48,4 ha, e a partir de 1889, para 25 ha.

EX. COLONIA SILVEIRA MARTINS . 1890

JULIO DE
CASTILHOS

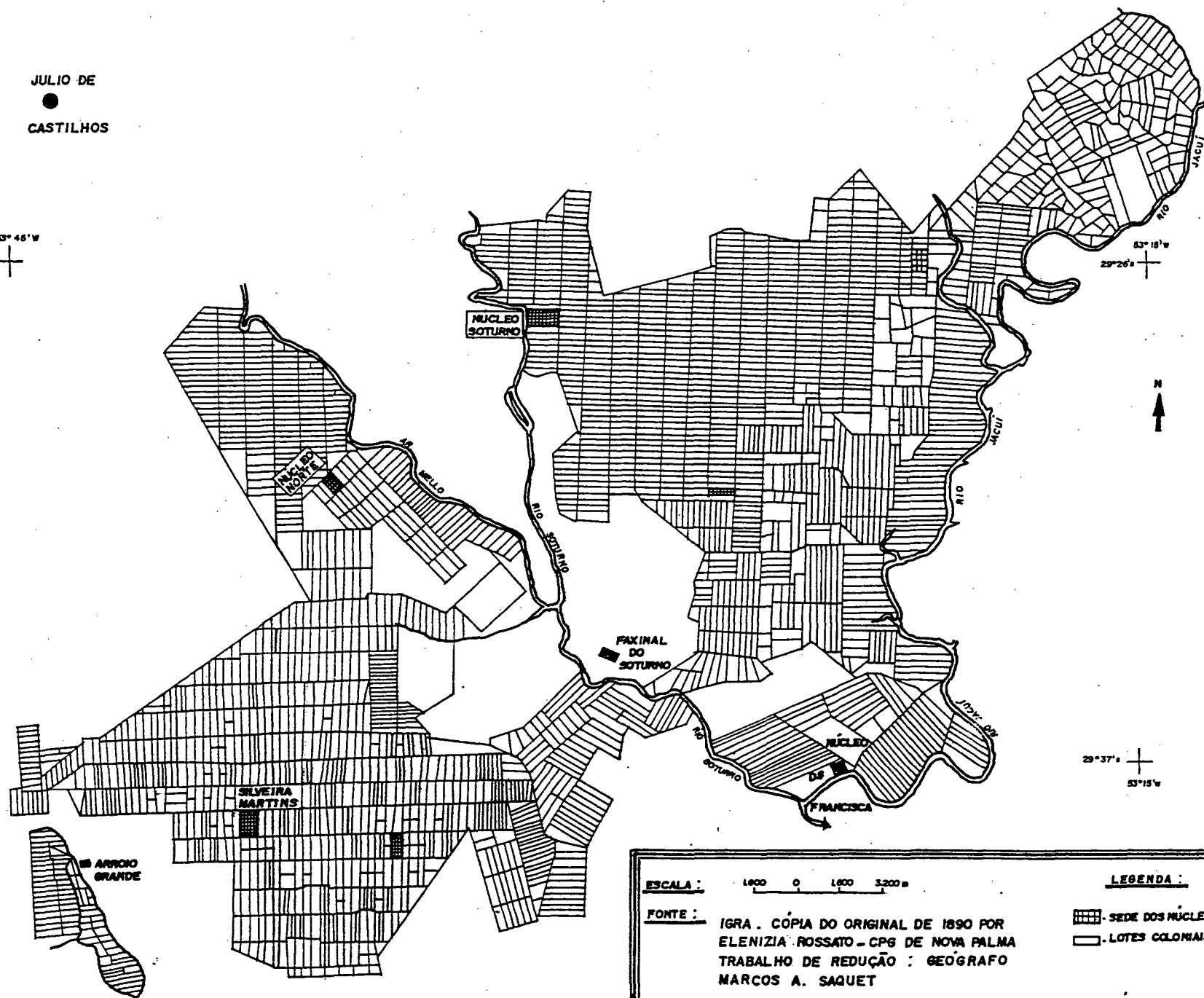
29° 26' S
53° 46' W

29° 26' S
53° 16' W

N

29° 37' S
53° 15' W

SANTA
MARIA



ESCALA : 1:600 0 1:600 3:200 m

FONTE : IGRA . CÓPIA DO ORIGINAL DE 1890 POR
ELENIZIA ROSSATO - CP6 DE NOVA PALMA
TRABALHO DE REDUÇÃO : GEÓGRAFO
MARCOS A. SAQUET

LEGENDA :

SEDE DOS NÚCLEOS
LOTES COLONIAIS

Nossa investigação está centrada na 4^a Colônia de Imigração Italiana, por razões particulares (nascemos nela), como e principalmente, por esta ter vivido em seu crescimento especificidades diferentes das outras três Colônias Italianas. Desenvolvimento que parece ter sido caracterizado, a partir de meados da década de 20, por um certo declínio das atividades produtivas. Processo de decadência que nos impulsiona a tentarmos elucidar alguns dos vários momentos de sua concretização, pois parece-nos importante, para apreendermos alguns aspectos do atual nível de vida diária dos homens que habitam o Município de Nova Palma. Município este, originado, como já nos referimos, do Ex-Núcleo Soturno, constituinte do primitivo território da Colônia Silveira Martins. Os cinco Municípios que se originaram desta Colônia, são visualizados no Mapa nº 03, a seguir.

MAPA Nº 03

ATUAIS MUNICÍPIOS DA EX-COLÔNIA SILVEIRA MARTINS

LEGENDA:

- SEDE DOS MUNICÍPIOS
- LOCALIDADES
- LIMITE POLÍTICO
- MAIHA VIÁRIA
- REDE FLUVIAL

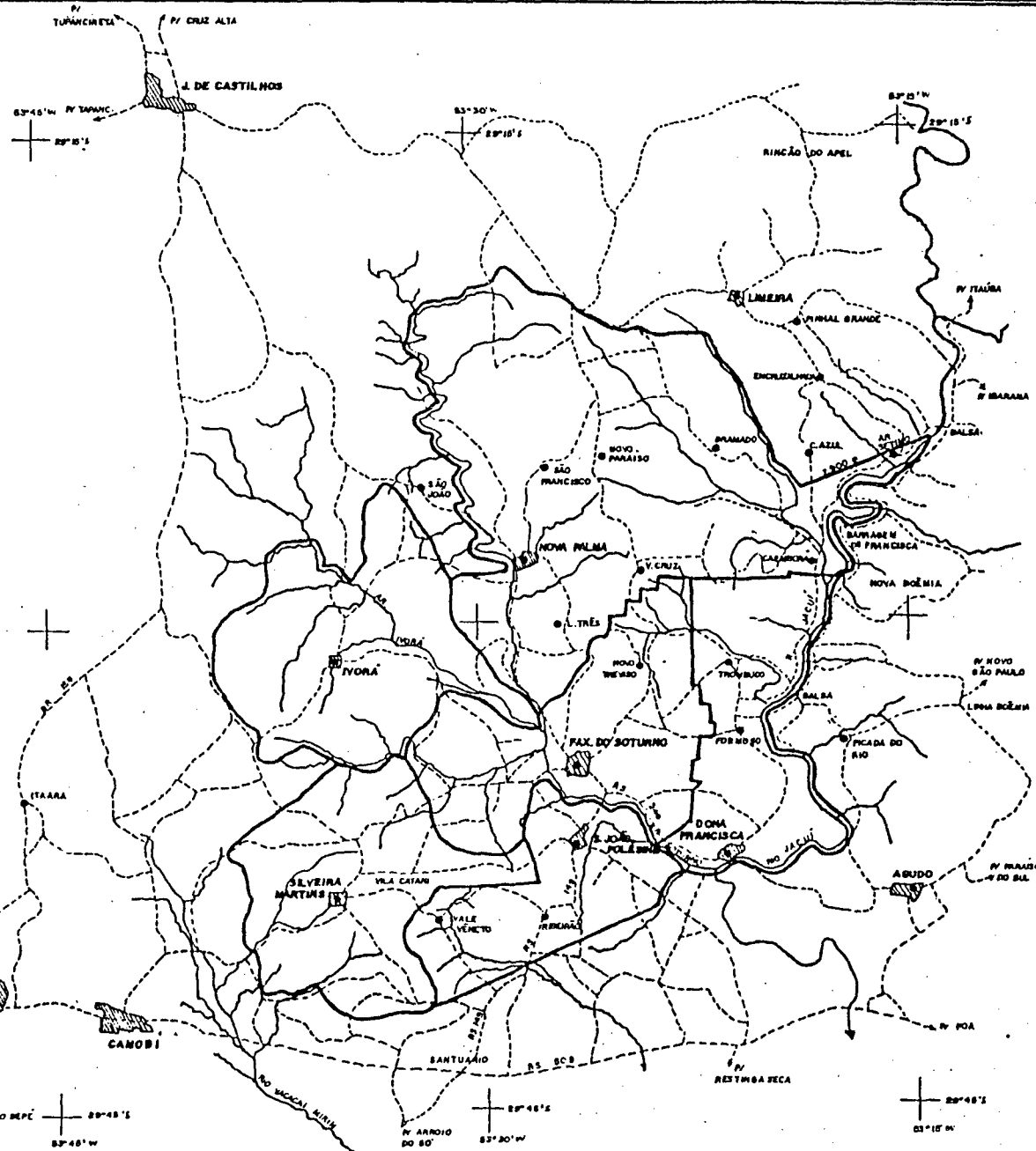
INTE:

LHA: SANTA MARIA 9H 22-V.C

PRESSÃO : 1983

INPECÇÃO : GEOG. MARCOS A. SAQUET

EALA : 2.800 0 2.800 2.800m



Estes cinco Municípios apresentam a seguinte evolução populacional a partir de 1980:

TABELA Nº 01

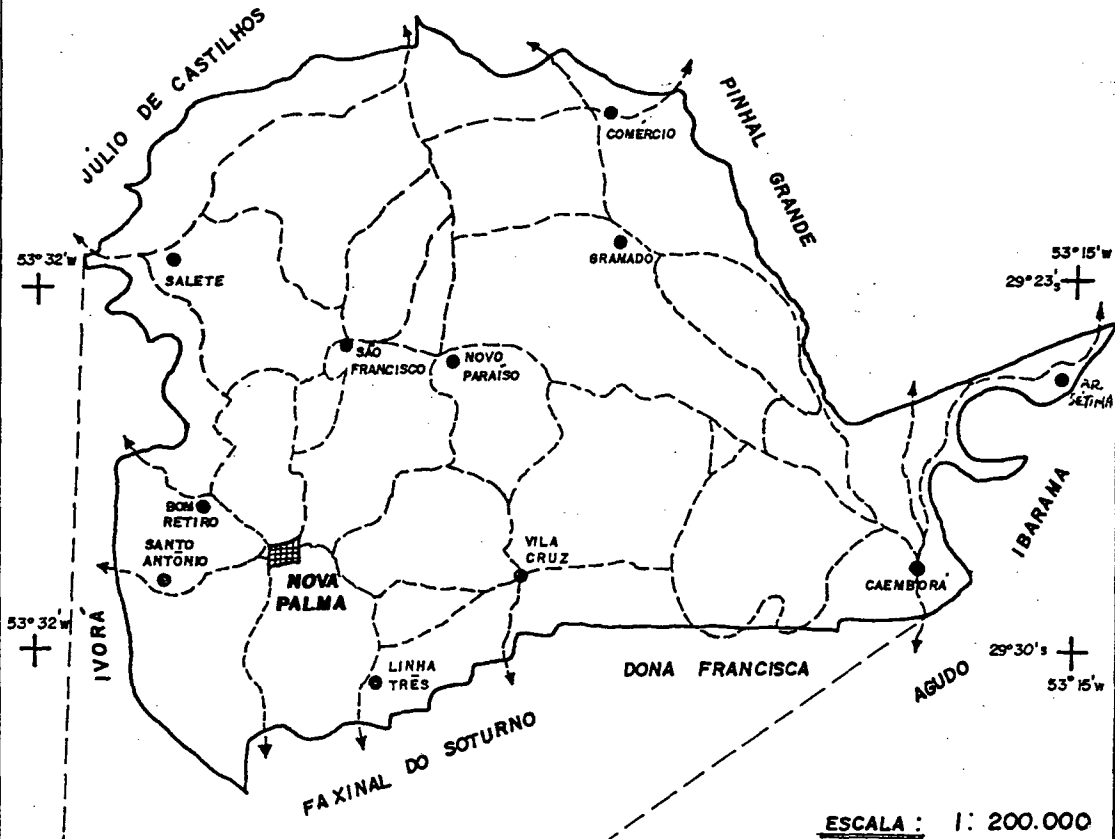
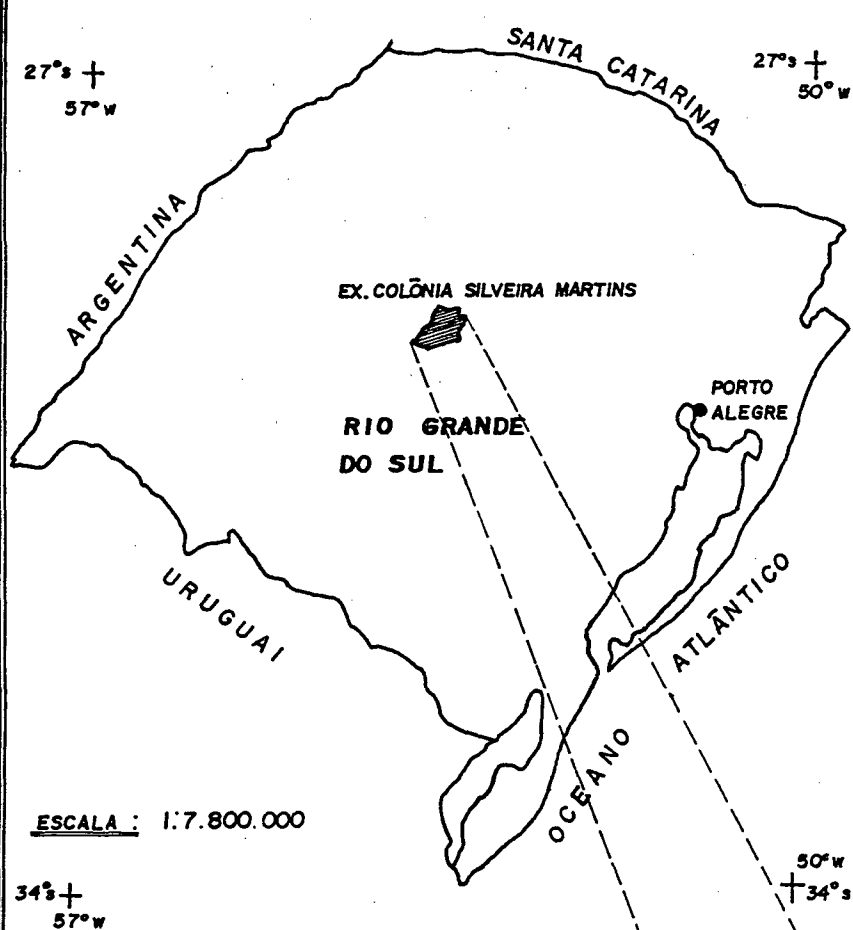
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE

MUNICÍPIO	1980	1991	TX CRESC.	ÁREA/Km ²
D. Francisca	3.121	3.579	1.25	82
F. Soturno	8.782	9.073	0.29	250
Ivorá	2.577	2.564	-0.04	130
Nova Palma	8.030	7.650	-0.43	342
S. Martins	2.631	2.378	-0.91	122
TOTAL	25.141	25.244	0.16	926

Fonte: Censo Demográfico 1991: Resultados preliminares (FIBGE).RJ, IBGE, 1992. Montagem do autor.

Percebemos pelos dados da Tabela, que todos Municípios têm pequena extensão territorial, e reduzida população residente. A taxa de crescimento da população entre 1980 e 1991 é bastante baixa; apenas dois Municípios apresentam crescimento positivo: Faxinal do Soturno e Dona Francisca. Já os demais apresentam índice negativo, sendo que no Município de Silveira Martins foi onde mais diminuiu a população.

Destes cinco Municípios nossa área de estudo é o Município de Nova Palma, e pode ser visualizada no mapa nº 04, na página seguinte.



TRABALHOS DE REDUÇÃO E MONTAGEM :
GEÓ. MARCOS A. SAQUET

A economia do Município de Nova Palma/RS, segundo dados do IBGE, em 1990, dependia em torno de 59,66% da atividade agropecuária, 33,06% do comércio, 4,47% da indústria, 2,75% do setor de serviços, e 0,05% da extração mineral.

No que tange as terras deste Município, segundo o Relatório Anual da Secretaria Municipal da Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SMADEMA), 70% pertencem à escarpa do Planalto Rio-grandense, e são portanto, acentuadamente onduladas apresentando afloramento de rochas. Apenas 30% das terras de Nova Palma oferecem condições satisfatórias para o uso do solo pela atividade agrícola.

A produção no Ex-Núcleo Soturno, hoje Município de Nova Palma, deu-se inicialmente a partir do processo de trabalho agrícola e da atividade comercial, e, posteriormente, com o processo de trabalho artesanal ou industrial. Processos de trabalho enfatizados em nossa investigação sobre a construção do espaço local, a partir de alguns exemplos atuais de trabalho familiar e de trabalho assalariado, os quais, pensamos que expressam o resultado de um rápido momento do processo de re-produção das condições gerais da sociedade capitalista.

A temática central de nosso plano de estudos foi motivada pela necessidade de desvendarmos alguns aspectos da re-produção do espaço geográfico, e ao mesmo tempo, das atividades da vida diária. Parece-nos que as atividades do dia-a-dia contêm o "espírito", a lógica da sociedade em que vivemos, e seus principais aspectos culturais. Isto constitui um desafio para nós.

Além disso, visualiza-se e vive-se no Município de Nova

Palma, e nos demais originados da Colônia Silveira Martins, interações político-econômicas e sócio-culturais intra e extra regionais, e até mesmo a nível internacional. A própria ocupação e produção social do espaço brasileiro foi delineada a partir da evolução das relações capitalistas de produção, a nível internacional, na medida que, lentamente, este integrava a si novas forças mercantis. Mas não é só isto. Na Colônia Silveira Martins, e conseqüentemente no Município de Nova Palma, como não poderia deixar de ser, vive-se relações contraditórias entre exploradores e explorados. Portanto, há de se perguntar: Quem são os exploradores? Quem são os explorados? A exploração existe somente em atividades produtivas especificamente capitalistas com trabalho assalariado? Ou a exploração também existe nas pequenas unidades de exploração agrícola e artesanais com trabalho familiar? De que forma? Os exploradores são pertencentes ao território do Município de Nova Palma?

Parece-nos que se folhearmos as páginas da intrincada vida do Município de Nova Palma, e entrarmos no processo produtivo do dia-a-dia de seus habitantes, encontraremos os agentes capitalistas intervindo na produtividade do trabalho, e conduzindo os trabalhadores a um ritmo de vida sempre mais rápido, ao consumo de mercadorias, e, simultaneamente, à subordinação aos detentores do poder político-econômico.

É claro que o processo de apropriação e produção social do espaço em Nova Palma não é puramente econômico. Deve ter também um fundo político, cultural, religioso, ideológico, etc. No entanto, é impossível abordarmos todos estes aspectos. Priorizamos

os fatores mais econômicos, digamos, porque pensamos que estes correspondem ao pano de fundo, a base para a construção do espaço geográfico em qualquer lugar da sociedade capitalista.

Nosso objetivo principal é apreender alguns aspectos do processo de produção do espaço local; É mostrar um pouco da subordinação do trabalhador direto em atividades especificamente capitalistas e em atividades não capitalistas, com trabalho familiar, e indícios do desenvolvimento desigual a nível local.

Nesse sentido, dividimos nossa Dissertação em quatro Capítulos. No primeiro, fizemos algumas considerações teóricas sobre a vida cotidiana e o espaço geográfico.

Procuramos trilhar os caminhos do materialismo histórico e dialético como método de interpretação. O espaço geográfico é aqui entendido como um produto da dinâmica sócio-espacial, ou seja, das relações sociais que os homens mantêm entre si e com a natureza nata. Espaço que é dia-a-dia re-produzido através do trabalho e demais atividades do homem, e expressa as contradições e desigualdades sociais. E é no trabalho assalariado e familiar, em produções agrícolas, artesanais e industrial que centraremos nossa abordagem.

Com relação à construção do espaço e à vida cotidiana, destacamos alguns autores como Lefebvre, Kosik, Vasquez, e Silva (1991), que abordaremos no próximo Capítulo.

No segundo Capítulo abordamos um pouco do processo de formação do espaço regional, no intuito de mostrarmos o porquê da estrutura fundiária baseada na pequena propriedade e a sobrevivência de algumas atividades artesanais. As pequenas

unidades produtivas agrícolas e artesanais serão objeto de nosso estudo nos Capítulos III e IV. O Capítulo II é introdutório portanto, pois é bem provável que as produções artesanais que abordamos só sobrevivem ainda devido ao declínio econômico da Colônia Silveira Martins.

No Capítulo III, destacamos as relações existentes entre os pequenos produtores agrícolas locais e a Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda, ou, em outras palavras, alguns dos tentáculos da expansão do grande capital através das Cooperativas Agrícolas.

Primeiramente tentaremos mostrar a subordinação do operário ao capital na Fábrica de Massas Alimentícias localizada na cidade de Nova Palma, atividade que parece-nos especificamente capitalista, e posteriormente, tentaremos mostrar a possível subordinação do pequeno produtor familiar, artesanal e agrícola, ao capital.

No que refere-se às produções artesanais com trabalho familiar, a escolha das amostras foi propositada. Escolhemos unidades produtivas localizadas na cidade de Nova Palma e no interior do Município, com a finalidade de mostrarmos a articulação dos mais distantes lugares e atividades ao circuito mercantil. As amostras são as seguintes: uma Fábrica de picolés e sorvetes localizada num dos Distritos do Município de Nova Palma; uma Fábrica de vassouras localizada noutro Distrito; uma Fábrica de calçados localizada na cidade; e alguns pequenos produtores de vinho também localizados no interior do Município de Nova Palma.

Já no que refere-se aos pequenos produtores agrícolas, a

escolha das amostras foi aleatória em virtude da grande quantidade, e todos se localizam, obviamente, no espaço agrário do Município de Nova Palma. A matriz da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda está na sede do Município.

Como acreditamos que a re-produção ampliada do MPC se dá, também, articulada à relações sociais não especificamente capitalistas, priorizamos em nossa investigação processos produtivos com trabalho familiar e com baixíssimo nível tecnológico. As áreas de amostragem podem ser visualizadas a seguir, no mapa nº 05.

P/ JÚLIO
DE CASTILHOS

JÚLIO DE CASTILHOS

53°32' W

29°22' S

RINÇÃO DO
PADILHA

SOTURNO
RIO

P/ JÚLIO
DE CASTILHOS

IVORA

NOVA
PALMA

SÃO FRANCISCO

NOVO
PARAISO

COMÉRCIO

P/ LIMEIRA

PINHAL
GRANDE

GRAMADO

BUGRE

VILA
CRUZ

CAENBORA

DONA FRANCISCA

P/ D.FRANCISCA

AGUDO

29°30' S

53°15' W

ARROIO
DA SETIMA

P/ PINHAL
GRANDE

IBARAMA

JACUI
RIO

53°15' W

29°22' S



MUNICÍPIO DE

NOVA PALMA / RS

ESCALA : 1 : 150.000

FONTE : MAPA HIDRO.RODOVIÁRIO DO MUN.
NOVA PALMA.PREFEITURA MUNICIPAL
RESP. TÉCNICO : ENGº EVANDRO BURIOL
TRABALHOS DE REDUÇÃO E ADAPTAÇÃO :
GEÓG. MARCOS A. SAQUET

LEGENDA :

- . LIMITE POLÍTICO
- . RODOVIAS
- ~ . RIOS E ARROIOS
- . ÁREAS DE AMOSTRAGEM

No quarto e último Capítulo destacamos o fluxo das mercadorias produzidas nas atividades abordadas, uma vez que as produções da Fábrica de Massas Alimentícias, da Fábrica de picolés e sorvetes, da Fábrica de vassouras e da Fábrica de calçados, são totalmente voltadas ao comércio. No que diz respeito aos agricultores e produtores de vinho arrolados, eles produzem não só culturas de subsistência como também para o mercado. Também tentaremos mostrar, neste Capítulo, um pouco do nível de vida dos habitantes do Município de Nova Palma, e sinais do crescimento desigual das atividades estudadas, constituintes do espaço local.

Segundo Marx em os Grundrisse, considerando o movimento de rotação do capital como um todo, se destacam dois momentos essenciais, que são os processos de produção e circulação. Ambos se condicionam mutuamente, e constituem concomitantemente o capital e a exploração do trabalhador imediato. Por isso também, enfatizamos neste trabalho a produção e a circulação, aspectos mais econômicos.

Ainda é importante salientar que nos Capítulos III e IV priorizamos as atividades agrícolas, porque os pequenos produtores constituem juntamente com os membros de suas famílias e os produtores artesanais, em torno de 76% da população do Município de Nova Palma.

Na metodologia utilizada se destacam dois momentos. No primeiro, fizemos inúmeras leituras sobre o processo de produção do espaço no RS, priorizando estudos e reflexões sobre a formação da Colônia Silveira Martins entre 1878 e 1925. Fizemos um levantamento também de documentos e relatórios referentes àquela Colônia, quando encontramos um bom acervo junto ao Centro de Pesquisas Genealógicas

de Nova Palma, coordenado pelo Pe. e microhistoriador Luis Sponchiado. Neste primeiro momento ainda realizamos a leitura de trabalhos específicos relativos à vida cotidiana, ao processo de alienação do trabalho assalariado, e à subordinação do trabalho familiar em atividades agrícolas.

No segundo momento de nossa investigação fizemos as entrevistas gravadas, aplicamos alguns questionários, e procuramos permanecer o máximo possível na área de estudo. Todas as entrevistas e gravações foram atentamente anotadas e transcritas, respectivamente, e formam a base empírica das interpretações, juntamente com os dados e informações coletados referentes as respectivas atividades. Nesta fase também confeccionamos todos os mapas de que precisávamos.

Quanto as técnicas de pesquisa, como de certa forma já demos a conhecer, basicamente trabalhamos com a pesquisa bibliográfica e com os dados e informações coletados em documentos, relatórios e entrevistas diretas. Posteriormente manuseamos o material coletado na tentativa de apreender satisfatoriamente a problemática em questão.

As dificuldades para a coleta de dados sobre o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins foram imensas. Foi possível apenas trabalhar com dados esparsos encontrados sobre a Sede da Colônia. Com relação aos Núcleos Interioranos, os dados simplesmente não existem, talvez, em função da fragmentação político-econômica que a Colônia sofreu a partir de 1891, quando seu território foi "repartido" entre os Municípios de Santa Maria, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul. O que fizemos,

foi buscar a "história viva" por meio de entrevistas com pessoas de idade avançada que viveram no local durante a década de 30, as quais nos forneceram informações importantes, como veremos no decorrer do Capítulo II.

Com relação à bibliografia referente ao desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins, as publicações são raras. Se destaca o livro de Santin (1986), *A imigração esquecida*. Encontramos pequenas referências com relação a esta Colônia em publicações sobre as Colônias de Caxias, Bento Gonçalves e Garibaldi. Algumas publicações onde trabalha-se a geografia econômica do RS, como Vieira e Rangel (1993), por exemplo, nem sequer citam a Colônia Silveira Martins ao descreverem o "sistema espaço-tempo italiano" no RS. Isto só para citar um exemplo, porque este "esquecimento" acontece também em outras obras que abordam a imigração italiana no RS. O que encontramos, foram dados esparsos que procuramos trabalhá-los, junto ao Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma/RS, ao Arquivo Histórico do RS localizado em Porto Alegre, e junto ao Arquivo Público Municipal de Júlio de Castilhos.

No trabalho de campo as dificuldades também foram grandes. O contato antecipado foi possível num número reduzido de casos devido ao difícil acesso, e até pela falta, em alguns casos, de vias e meios de comunicação. Fizemos várias viagens ao interior do Município de Nova Palma, em diferentes períodos, entre Janeiro/1994 e Fevereiro/1995, e, posteriormente, durante o mês de junho de 1995. Os acessos rodoviários às unidades produtivas agrícolas e artesanais, em sua maioria, são péssimos. Todas as estradas do Município são de terra, com buracos e pedregulhos.

Muitas possuem fortes aclives e declives, e tornam-se praticamente intransitáveis em dias de chuva. Sem contar, que, por várias vezes, após andarmos por vários quilômetros pela escarpa do planalto, não encontramos os agricultores em suas propriedades.

Quando da pesquisa direta, os agricultores, em sua maioria, mostraram-se desconfiados para fornecer as informações e dados que precisávamos, achando que éramos fiscais ou algo do ramo. Com isso, nos identificávamos como estudante, explicando que apenas estávamos tentando fazer um estudo sobre a economia do Município. Já com relação às produções artesanais, à Fábrica de massas alimentícias e à Cooperativa Agrícola local, a coleta dos dados e informações foi bem mais fácil. O total de entrevistados foi de 75. Destes, 45 são pequenos agricultores, 13 pequenos comerciantes, 09 empregados, 06 artesãos, e 02 patrões.

Para efeito de demonstração, trabalhamos com o período 1988-1993, por dois motivos principais: - Este é o período de maior crescimento da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda, que por sua vez, envolve a maioria da população do Município de Nova Palma, que são os agricultores; - É a partir de 1988 que a Fábrica de Massas Alimentícias tem um salto em sua produção. Só fugiremos a esta padronização, nos casos em que aconteceu algum fato importante para a abordagem da temática em questão, ou, quando não encontramos alguns dos dados de que precisávamos.

Ao abordarmos a relação custo de produção versus ganho líquido do pequeno produtor agrícola no Capítulo III, devido a diversidade da produção no Município de Nova Palma, exemplificaremos com o cultivo da soja, porque é produzida

exclusivamente como valor de troca, e porque representa uma das maiores produções do Município. Dos 45 pequenos agricultores entrevistados, só fizemos esta relação em 12 casos, porque as respostas tornaram-se repetitivas. Trabalhamos com a safra 1992/93, última safra do período escolhido, ou seja, fizemos uma análise in loco de um rápido instante do período estudado. E isto também vale dizer para os demais trabalhos de campo realizados sobre todas as atividades abordadas, como a relação custo versus ganho nas produções artesanais, onde utilizamos como base o mês de Dezembro do ano de 1993, porque é o último mês do período abordado.

Alertamos para a não exatidão dos valores apresentados correspondentes ao custo de produção e ao ganho líquido dos produtores agrícolas. Não tivemos acesso às notas fiscais de compra dos insumos, por exemplo, mesmo porque, a maioria dos entrevistados nem as tinham mais. Eles calculavam os gastos e os ganhos em sacas de soja. Por isto, e pela não computação no custo de produção do valor correspondente à força de trabalho dispendida na produção pelo pequeno agricultor e os membros de sua família, e dos gastos com a reposição das máquinas agrícolas, procuramos utilizar os termos "cerca de", "em torno de", "aproximadamente", quando nos referimos ao ganho líquido por entrevistado no Capítulo III. Esta última consideração também é válida para os pequenos produtores artesanais abordados.

CAPÍTULO 1: PEQUENA REFLEXÃO TEÓRICA

"O mundo dos fenômenos (das impressões sensíveis) opõe-se ao mundo mais profundo, o das coisas em si, das leis, das essências e das idéias; mas se trata de uma oposição dialética, no interior de uma unidade concreta" (Lefebvre, 1983, p.220).

Como trabalhamos alguns aspectos da construção do espaço novapalmense, tentando mostrar um pouco do que significa o trabalho diário do trabalhador imediato, destacamos os trabalhos de Vasquez, em a Filosofia da Praxis; Kosik na Dialética do concreto; Lefebvre, em A vida cotidiana no mundo moderno; e Lenyra Rique da Silva, em A natureza contraditória do espaço geográfico. Também encontramos subsídios valiosíssimos em alguns trabalhos de Karl Marx, como no Capítulo VI Inédito de O CAPITAL, nos Manuscritos de 1844, e em O CAPITAL.

Adolfo S. Vasquez, em a Filosofia da Praxis, nos oferece riquíssimos subsídios referentes à praxis produtiva e transformadora da vida diária centrado na filosofia marxista. Este autor caracteriza a atividade e o pensamento do homem comum, prático-utilitário como denomina o homem da prática produtiva cotidiana.

Para estes homens comuns, as coisas são e existem, sobretudo, por sua significação prática e imediata, e Vasquez nos mostra que estes mesmos homens e suas atividades estão

condicionados histórica e socialmente por fatores internos e externos ao local, ou, em outras palavras, por um processo dialético.

Segundo Vasquez (1990), o homem comum não consegue ver até que ponto, com seus atos, contribui para escrever a história da humanidade; não compreende até que grau a praxis necessita da teoria, nem que seus atos individuais e cotidianos relacionam-se reciprocamente com os atos de outros indivíduos de outros lugares.

Vasquez (1990) também nos oferece subsídios com relação à teoria da alienação em Marx. Ele afirma que a atividade produtiva cria um mundo de objetos humanos, e simultaneamente, um mundo de objetos nos quais os produtores imediatos não se reconhecem, e, resume o processo de alienação do trabalhador em três momentos: alienação em relação ao resultado da produção; à atividade produtiva; e em relação aos outros homens. É a negação do homem através de sua própria força produtiva, e ao mesmo tempo, sua reprodução biológica e social.

Sobre a teoria marxista da alienação, Agnes Heller (1991), uma das principais representantes da Escola de Budapeste, afirma que esta é uma crítica à vida diária da sociedade capitalista. A alienação não tem sido sempre igual em cada sociedade, comenta Heller, e assume qualidades específicas na sociedade de classes, onde os homens, ou a maioria deles, não conseguem desenvolver suas qualidades e produzir para si.

Em Karel Kosik (1989), há de se destacar os seguintes itens: O mundo da pseudoconcreticidade e a sua destruição, A totalidade concreta, e a Metafísica da vida cotidiana. Para este autor, o pensamento

que quer conhecer adequadamente a realidade do homem, tem que destruir a aparente independência do mundo dos contatos imediatos de cada dia. Tem-se que destruir a pseudoconcreticidade para chegar à concreticidade, a partir da apreensão do mundo sensível:

"(...) por trás da aparência externa do fenômeno se desvenda a lei do fenômeno; por trás do movimento visível, o movimento real interno; (...)" (Kosik, 1989, p.16).

Isto, porque o universo real é o universo da praxis humana, que é preñe de infinitas ações e reações historicamente definidas que efetivam a produção, onde, cada fenômeno, cada momento, é um momento de um todo contraditório e unitário. Para Kosik, a cotidianidade nutre a história, e sem ela, a cotidianidade é vazia e imutável. O homem é aquilo que o mundo é. E o mundo é aquilo que os homens são.

Henri Lefebvre, em *A vida cotidiana no mundo moderno*, por sua vez, realiza uma digressão pelas contradições dos labirintos elementares de concretização da vida diária, como a cultura, o desejo, o não desejo, a técnica, a filosofia, e os meios de comunicação, entre outros, enfatizando o desvendamento no tempo e no espaço, da cotidianidade, a partir da produção social do espaço. Para este autor, as atividades da vida diária estão intimamente articuladas à dinâmica sócio-espacial mediada pelo trabalho.

Referindo-se à vida cotidiana, comenta Lefebvre:

"A satisfação e a insatisfação andam lado a lado, se afrontam segundo os lugares e as pessoas. O conflito não aparece sempre nem é dito. Evita-se falar dele e torná-lo manifesto. Mas ele está aí, constante, latente, implícito" (p.87).

Este autor ainda vai além quando diz que o estudo da atividade criadora conduz necessariamente à análise da re-produção, ou seja, à análise

"(...) das condições em que as atividades produtoras de objetos ou de obras se re-produzem elas mesmas, re-começam, re-tomam seus elos constitutivos (...)" (Ibid, p.24).

Para Lefebvre, o estudo das atividades produtivas da vida cotidiana significa ao mesmo tempo a abordagem da re-produção geral da sociedade. Re-produção das forças produtivas e das relações sociais de produção no espaço. Re-produção que pretendemos exemplificar através de alguns casos em Nova Palma/RS.

E é exatamente por isto que nos alongaremos comentando alguns conceitos que pensamos serem importantes no entendimento da temática em questão, qual seja, o processo de produção e apropriação social do espaço, o processo de territorialização das forças e relações produtivas interconectadas, no Município de Nova Palma/RS, predominantemente formado por colonizadores italianos e seus descendentes desde 1884, data de sua fundação oficial. Território este primitivamente produzido e apropriado socialmente por grupos indígenas, através de técnicas e mitos, para poderem sobreviver.

Lentamente, estes lugares concretos de vida são tornados cada vez mais abstratos (o que não implica que o momento espaço-temporal primitivo não era também abstrato), diversos, contraditórios e desiguais, a partir do processo de mundialização da economia capitalista. Processo onde produzir significa criar algo que não existia anteriormente, com novas qualidades, sem,

evidentemente, suprimir os elementos e momentos anteriores.

A partir da afirmação das relações capitalistas de produção, centrada na propriedade privada, segundo Marx (1984), produz-se o homem não somente como mercadoria humana, mas o produz de acordo com esta determinação, como um ser deshumanizado tanto física como espiritualmente. Esta produção, esta objetivação caracteriza para o referido autor a imoralidade, a deformação e o embrutecimento de trabalhadores e capitalistas. Trabalhadores e capitalistas que para nós, embrutecidos ou não, além de estarem no espaço, também são e constroem o espaço geográfico.

"O espaço geográfico, (...) é produzido pelas relações contraditórias entre a natureza orgânica e inorgânica interior e exterior ao homem. O homem é espaço, está no espaço e produz espaço a um só tempo. Espaço social" (Silva, 1991, p.50).

Além disso, para esta autora, o espaço geográfico é não-espacializado. Um lugar, que aparentemente é um momento da evolução do processo produtivo, que nos aparece, é também não-espacializado, uma vez que em sua essência, em seu mediató, encontra-se uma infinidade de outros lugares expressos pela força de trabalho dispendida em sua produção, na produção dos objetos e obras que o concretizam. Um lugar portanto, é e não é, concomitantemente, espacializado. Ele é local, e ao mesmo tempo, através do produto do trabalho e das redes de circulação, é mundial. Ele possui um presente que passa muito rápido, que já é passado portanto, e possui um devir. Devir que além de ser começo, é também sequência, e portanto, movimento.

Não obstante, o espaço social local, também é

simultaneamente natural, pois até mesmo os elementos do ambiente construído, materiais ou ideológicos, contêm frações da natureza homem. Segundo Silva (1991),

"No homem reside a dupla determinação do natural e do social, do indivíduo natureza e da pessoa social. O motor da história é movido pela natureza pensante universal que produz desde os objetos mais simples, aos mais requintados, ao mesmo tempo em que produz sua vida e sua história" (p.37).

O homem é natureza nata e social. O ser humano, animal produtor, no ato da produção exterioriza-se coisificando-se nos objetos e obras por ele produzidos. Ou seja, por palavras de Marx (1984):

"(...) o trabalhador põe sua vida no objeto, pois a partir de então já não lhe pertence a ele, senão ao objeto. Quanto maior é a atividade, tanto mais o trabalhador carece de objetos" (p.106).

É o que Marx denomina de trabalho alienado. É o gastar energia do trabalhador em seu trabalho que, portanto, existiu e existe em todas formações sócio-econômicas e político-culturais que contribuíram, e contribuem, na produção da atual situação mundial.

A produção depende, como sabemos, dos interesses do dono dos meios de produção, que é também quem se apropria do sobretrabalho gerado no processo produtivo através da realização das mercadorias produzidas. É na circulação que dá-se a apropriação do sobretrabalho. Como diz Marx (1984), certamente o trabalho produz maravilhas para os ricos, pois produz privações para o trabalhador. O trabalhador assim, não é dono, nem se apropria da maior fração do que produz com sua força de trabalho. O trabalhador

é quem menos se beneficia com os "bens" por ele produzidos.

"(...) Em seu trabalho, o trabalhador não se afirma, mas se nega; não se sente feliz, mas desgraçado; não desenvolve uma livre energia física e espiritual, e sim que mortifica seu corpo e arruína seu espírito. (...) Está em si quando não trabalha e quando trabalha não está em si. Seu trabalho não é, assim, voluntário, e sim forçado, trabalho forçado. (...) A atividade do trabalhador não é sua própria atividade. Pertence a outro (...)" (Marx, 1984, p.108/109).

"Assim, pois, mediante o trabalho alienado cria o trabalhador a relação deste trabalho com um homem que está fora do trabalho e lhe é estranho. A relação do trabalhador com o trabalho engendra a relação deste com o capitalista ou como queira chamar-se ao patrão do trabalho" (Ibid, p.116).

Além disso, Marx, ao falar de natureza, fala do homem:

"(...) a natureza é o corpo inorgânico do homem; a natureza, enquanto ela mesma, não é corpo humano. Que o homem vive da natureza quer dizer que a natureza é seu corpo, com o qual tem de manter-se em processo contínuo para não morrer. Que a vida física e espiritual do homem está ligada com a natureza não tem outro sentido que o de que a natureza está ligada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza" (Ibid, p.111).

Nosso corpo é natureza, e a natureza nata é uma extensão do homem. A natureza assim, com ou sem a intervenção do homem, é social, humanizada. Homem e natureza se confundem numa contínua relação recíproca, ou seja, ambos só vêm a ser na relação de um com o outro, a partir de uma prática não unilateral.

Ora, algo semelhante acontece na relação patrão versus empregado, na relação entre os espaços agrário e urbano, etc. Assim como a idéia difere da matéria, por exemplo, o sujeito difere do

objeto, enquanto que urbano e agrário também são diferentes, mas não excludentes. E, como idéia e matéria se relacionam mutuamente; sujeito e objeto da mesma forma; o urbano se relaciona reciprocamente com o agrário em qualquer lugar. Ambos, ou seja, tanto um quanto outro, só vêm a ser, pelo outro. O urbano só é, a partir de sua interação com o agrário, e da mesma forma, e concomitantemente, o agrário só é, a partir de sua relação mútua com o urbano. Logo, um não existe concreta e abstratamente, sem a existência do outro. Entre estes opostos, há uma interação e um movimento incessantes, que os constitui e dá vida à sociedade.

Outro conceito sempre presente em nossos estudos é o do real vivido por aqueles indivíduos, já referido nesse trabalho. Ao tratar da relação concreto/abstrato, Lefebvre (1983) diz que incessantemente um está no outro. Quanto mais o pensamento penetrar o real, o mediato, mais concreto ele é. É o processo de concretização defendido por Kosik (1989). Na verdade, "a verdade do abstrato reside no concreto" (Lefebvre, 1983, p.113), e o concreto, quando pensado, é abstrato, ou seja, o abstrato é um momento do movimento de produção do concreto. Logo, segundo Lefebvre (1983), para apreender o concreto é preciso passar pela abstração; para atingir o verdadeiro, é preciso penetrar além do imediato, além do mundo sensível. E por real, entenda-se aquilo que é concreto, e apresenta contradições, movimento, reciprocidade, e simultaneamente, unidade. "A contradição dialética não é apenas contradição externa (...), mas unidade das contradições (...)" (Lefebvre, 1983, p.192). Sem as contradições não há movimento, e o real não pode vir a ser. Não há vida portanto.

Como o espaço é produzido em e por uma formação social antagônica, ele possui uma dinâmica própria repleta de contradições e desigualdades que nascem da natureza dialética do movimento sócio-espacial no processo produtivo. Processo que é efetivado pelo trabalho na valorização do capital, como resultado do avanço das forças produtivas e de concomitante divisão social e territorial do trabalho.

O ato de gastar energia no espaço, ao produzir, também é espaço, além de estar no espaço, produzindo o espaço geográfico. Deste ato de gastar energia, que é a venda da mercadoria força de trabalho, só visualizamos seu resultado concreto, sua aparência, que é um momento da vida do espaço territorializado, como já nos referimos. Para Silva (1991),

"O espaço na geografia precisa ser compreendido segundo uma concepção de totalidade. Ele é constituído de momentos, de totalidades mais abrangentes, que se articulam com a totalidade global, infinita. As totalidades, os momentos do espaço geográfico expressam o movimento dialético da matéria natural e social e suas determinações específicas em termos de tempo e de lugar" (p.20).

Cada momento assim, possui especificidades subordinadas à dinâmica geral da sociedade, às peculiaridades de cada lugar, e ao período/tempo histórico, se materializando diferentemente na paisagem, no fenômeno sensível de um dado lugar. O que muda aparentemente, após um salto, não é o espaço, mas um momento, que aparece, do processo de construção social do espaço geográfico. No dizer de Silva (1991),

"o que cada momento espacial espelha é o resultado da produção: edificações para fins produtivos, para reprodução dos capitalistas e da força de trabalho, ou para serem ocupados pelos diversos fins institucionais privados ou públicos do Estado burguês. Em cada uma das totalidades dos espaços geográficos as relações de produção, distribuição e troca pertencem a diversos processos produtivos. (...) Por isso o espaço geográfico ultrapassa territórios, fronteiras e limites convencionais: é heterogêneo, descontínuo e sobreposto" (p.26).

A paisagem assim, é apenas um rápido momento espacial, constituído por processos de trabalho que não pertencem à mesma produção.

É no processo produtivo que encontramos o concreto do espaço geográfico, seja ele urbano ou agrário, seja ele modernizado tecnologicamente ou não, em qualquer lugar da superfície terrestre. Segundo Silva (1991), a produção social do espaço se dá pelo trabalho alienado, que é materializado nas construções, no material de trabalho, e enfim, em tudo que é produzido. O processo de reprodução dos homens é ao mesmo tempo a re-produção do espaço geográfico.

O espaço geográfico capitalista tem sua essência nos homens coisificados, estratificados, onde as relações sociais no espaço são relações entre dominadores e dominados, ou seja, entre os detentores do poder, dos meios de produção e os direta ou indiretamente subordinados, como os trabalhadores manuais, técnicos, gerentes, etc. Espaço geográfico portanto, resultado de lutas incessantes, que se expressam na paisagem, em direção à reprodução das forças e relações produtivas vigentes.

No processo de apropriação e produção do espaço, onde as

partes relacionam-se desigualmente entre si e com o todo, dá-se o desenvolvimento desigual entre os lugares, atividades e pessoas, no interior de uma sociedade global. Aliás, é das desigualdades sócio-econômicas e político-culturais, no espaço, que o capitalismo se renova cada vez mais forte, integrando ao movimento de re-produção do capital não só atividades capitalistas clássicas, como também atividades não especificamente capitalistas, com trabalho familiar, como as que abordamos neste trabalho.

CAPÍTULO 2: ALGUNS ASPECTOS DA FORMAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL (1872-1925)

A produção social do espaço regional, urbano e agrário, expressa o movimento geral do processo produtivo. No Rio Grande do Sul, as áreas de mata são integradas a outras instâncias sócio-econômicas a partir de 1875 com a colonização por imigrantes italianos, e ao mesmo tempo, com a concretização da pequena produção mercantil, no intuito de produzir alimentos para o mercado nacional. É neste processo de imigração e colonização que praticamente todas as Colônias e Núcleos de imigração italiana, lenta e respectivamente, transformaram-se em Municípios e cidades, e contribuíram para a constituição do território gaúcho³.

Nestes Núcleos de colonização italiana, a propriedade privada familiar da terra, suporte da pequena produção mercantil, foi proporcionada pelo Governo Brasileiro, como podemos observar pelos Anexos nº 02 e 03, onde verificamos a compra dos lotes pelos colonos, que tinham até 05 anos para pagar as terras ao Governo. É a terra configurada em mercadoria pela articulação Estado-capital.

É o Estado que propicia também as demais condições iniciais necessárias à instalação e reprodução do colonizador, e ao

³ Isto ocorreu com todas as chamadas Colônias Velhas italianas, como Nova Palmira ou Caxias (hoje Caxias do Sul), Dona Isabel (hoje Bento Gonçalves), Conde d'Eu (hoje Garibaldi), e Silveira Martins, e, com as chamadas Colônias Novas fundadas a partir de 1889, como Ijuí, Erechim, Tapera, Panambi, Carazinho, etc.

mesmo tempo, de relações mercantis em um espaço até então ocupado de forma esparsa por alguns caboclos e indígenas.

Dentre as condições iniciais propiciadas aos colonizadores pelo Estado, encontram-se a medição dos lotes de terra⁴, o alojamento temporário na Sede das Colônias, o transporte da Itália às Colônias no Brasil, e longos financiamentos para o pagamento das terras adquiridas. Terras de onde os colonizadores extraíam o sustento de suas famílias praticando a policultura, a criação de pequenos animais e comercializando.

Na literatura referente ao desenvolvimento sócio-econômico das Colônias italianas, várias obras são encontradas referindo-se à Caxias, Dona Isabel e Conde d'Eu. No entanto, sobre a Colônia Silveira Martins, destaca-se apenas o trabalho de Santin (1986). Em *A imigração esquecida*, este autor afirma que a Colônia Silveira Martins viveu um período -1878 até fins da década de 30- onde sua economia equiparou-se a das Colônias Caxias, Bento Gonçalves e Garibaldi, e posteriormente, um período de estagnação:

"(...) antes de dobrar a primeira metade do século a caminhada diminui o ritmo. Acontece uma parada. Instala-se a estagnação. Processa-se um esvaziamento. Surge a decadência" (Ibid, p.50).

Santin (1986) aponta várias razões para aquilo que chama de estagnação e decadência da Colônia Silveira Martins:

- A falta de dirigentes competentes, quando da primeira tentativa de emancipação política da Colônia na última década do século

⁴ "Os agrimensores eram pago pelo Império e pela Província. Os recursos vinham de lá. (...) Às vezes levava meses pra chegá", afirmou-nos o Pe. Sponchiado em entrevista.

passado;

- A divisão do território da Colônia em três partes: uma pertencente ao Município de Santa Maria, outra ao Município de Júlio de Castilhos, e outra, ao Município de Cachoeira do Sul:

"É verdade que a divisão do território, por mais que se queira minimizar suas conseqüências, ela acabou provocando uma desintegração do espírito gregário e associacionista" (Ibid, p.57).

Porém, acrescenta o autor, que as conseqüências desta fragmentação poderiam ter sido superadas, não fosse a falta de "idealismo e liderança à Sede de Silveira Martins" (p.58), e a rivalidade entre os diferentes grupos de imigrantes da Colônia;

- A existência na vida da Colônia, daquilo que chama de momentos turbulentos na questão religiosa local. Estes momentos, segundo este autor, também foram responsáveis pela desestabilização da unidade e pelo enfraquecimento da Colônia, e giraram em torno de dois conflitos principais: um entre os membros do Clero e os anticlericais; e outro entre os membros do Clero Secular e os da Ordem Palotina;

- A situação geográfica desfavorável da Colônia Silveira Martins, ou seja, enquanto as outras três Colônias tinham como ponto de referência Porto Alegre, Silveira Martins tinha Santa Maria:

"Tal fato deve ser significativamente diferenciante. Santa Maria não era um grande centro urbano, era uma pequena cidade que não oferecia grandes recursos, nem mesmo se constitua numa grande praça de consumo" (Ibid, p.68).

Isto por um lado. Por outro, segundo Santin, o território

da Colônia Silveira Martins era cercado por culturas estranhas aos italianos:

"A presença acentuada de elementos culturalmente estranhos fez com que rapidamente fosse rompida a homogeneidade cultural do italiano" (p.70).

Para o autor, a integração do italiano com outras etnias, foi mais decisiva do que a fragmentação, no processo de enfraquecimento dos ideais de uma "Cité-Nuova", que os italianos pretendiam formar na Sede da Colônia;

- O ensino pouco prático, ou seja, não voltado aos interesses da lavoura e dos agricultores, era praticamente inútil, segundo Santin;

- O declínio da fertilidade das terras e da produtividade que diminuiu a quantidade de produtos comerciáveis. Para o autor,

"precisava-se incentivar a organização de cooperativas e associações, capazes de garantir industrialização e comercialização. Isto não aconteceu" (p.77).

Com isso, segundo Santin, a procura de terras novas e melhores foi geral. Logo,

"o comércio, alicerçado na economia rural, sofre uma dupla perda, a dos consumidores de seus produtos manufaturados, e a dos fornecedores de seus produtos de comercialização provenientes da lavoura" (p.79);

- E por fim, este autor afirma que não houve modernização administrativa no setor industrial da Colônia: "(...) não se deu a travessia da administração familiar para a empresarial" (p.79). Faltou maior espírito inventivo, afirma o autor. Com a queda da

agricultura, esta levou consigo comerciantes e industriais:

"faltou ao comerciante e ao industrial capacidade para se tornarem a espinha dorsal da economia da Colônia, substituindo a agricultura" (Ibid, p.80).

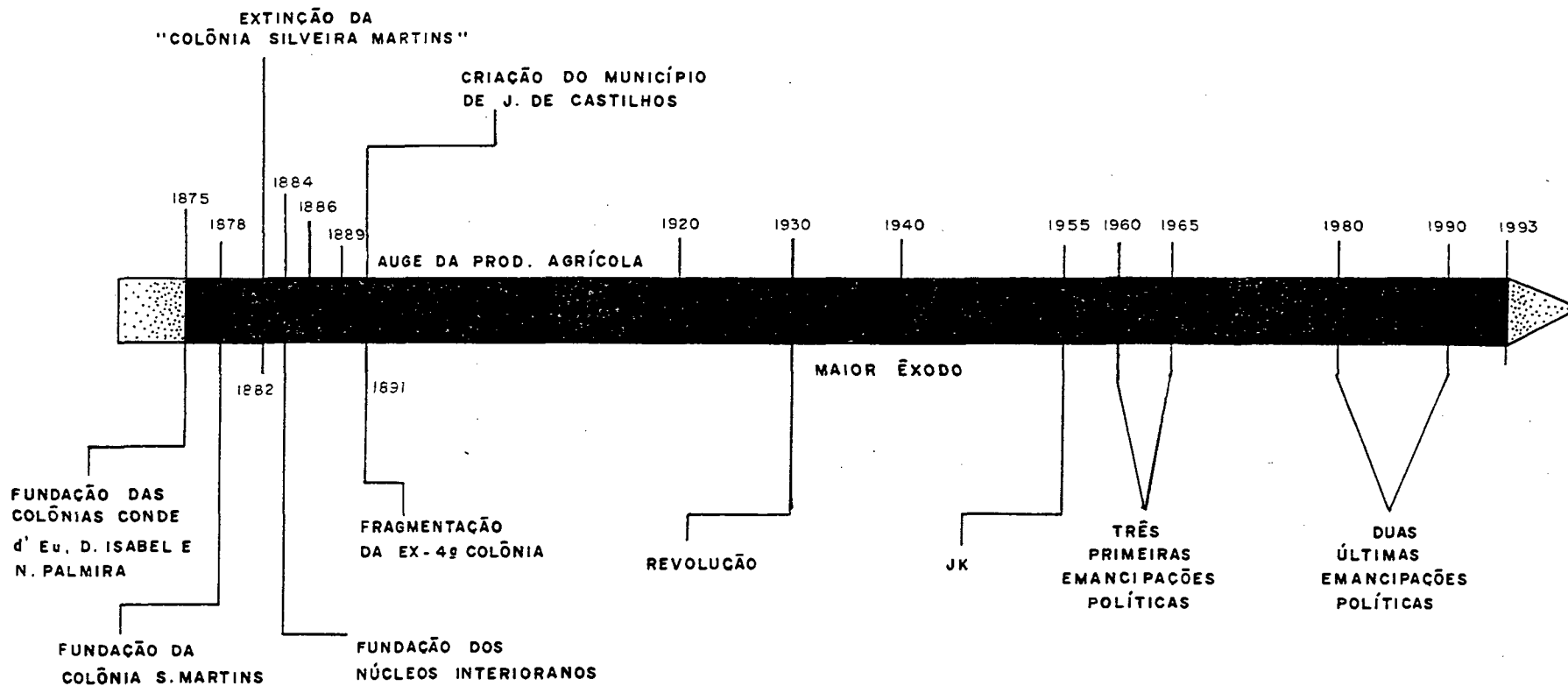
Ora, deu-se realmente o período de auge e equiparação econômica da Colônia Silveira Martins em relação às demais, como afirma Santin (1986)? E posteriormente, no pós-30, a Colônia Silveira Martins chegou a viver um momento de decadência e estagnação?

Com certeza não poderemos responder a estas perguntas satisfatoriamente, porque envolvem todo o processo de produção social do espaço local articulado a outras instâncias. Como não é nosso propósito aprofundar a temática, procuramos descrever alguns dos principais momentos da vida da Colônia Silveira Martins, e aqueles que nos parecem ser alguns indícios do declínio das atividades produtivas.

Privilegiamos em nossas interpretações comparações entre as produções materiais da Colônia Silveira Martins e da Colônia Caxias, por ser esta última, a que apresentou melhor desempenho em seu desenvolvimento sócio-econômico.

Os principais fatos referentes à vida da Colônia Silveira Martins, ou 4ª Colônia, podemos observar na linha de tempo que se segue. Procuraremos no decorrer deste Capítulo abordá-los, mesmo que sucintamente.

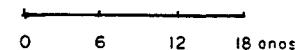
PRINCIPAIS MOMENTOS DA VIDA DA EX - 4ª COLÔNIA



ELABORAÇÃO:

GEÓG. MARCOS A. SAQUET

ESCALA:



Como percebemos, em 1882 se dá a extinção da Colônia Silveira Martins do regime de Colônia Imperial. Por isto, daqui para frente, a denominaremos de Ex-Colônia Silveira Martins ou Ex-4ª Colônia.

Em 1882, segundo Isaia (1987), a Colônia já apresentava um crescimento substancial na área cultivada e conseqüente abundância de alimentos e perspectivas de progresso. Com a criação dos Núcleos interioranos a partir de 1883, já referidos na Introdução deste trabalho, concretiza-se a ocupação da parte central da Encosta do Planalto Rio-grandense.

Com o passar dos anos, os comerciantes, apesar de modestos, proviam os trabalhadores agrícolas dos instrumentos básicos para instalação nos lotes coloniais, e forneciam também gêneros de subsistência. Assim, os comerciantes controlavam a circulação de mercadorias.

Em função do grau de interesse pela atividade mercantil naquele período, e pelo nível de crescimento atingido por muitos, descritos por Ancarani (1914) e Lorenzoni (1975), os comerciantes devem ter acumulado parcela do trabalho excedente produzido nas unidades de produção agrícola e nas atividades artesanais.

"Cada casa de comércio possuía em geral sua tropa de mulas, umas 15 a 20, que, todas as semanas, saíam da Colônia carregadas com produtos coloniais: milho, trigo, feijão, batatas e outros gêneros e voltavam para lá levando açúcar, café, arroz, sal, ferramentas, tecidos, louças, quinquilharias, etc. e, desta maneira, quase todos foram conquistando uma posição" (Lorenzoni, 1975, p. 74).

Tudo indicava um próspero crescimento sócio-econômico na

área ocupada devido ao incremento da produção agrícola e das atividades produtivas artesanais como moinhos, serrarias e ferrarias.

Em cada Núcleo interiorano tudo acontecia em torno da Igreja ou das Capelas. A partir destas, é que se edificava a Sede dos mesmos. A presença destes ambientes construídos e do Padre em cada Núcleo de colonização era sinônimo de progresso para os colonizadores. A segunda construção feita, em importância, era a venda.

Em 1884, conforme Anuário da Província do Rio Grande do Sul (1884), existiam na Sede da Ex-Colônia Silveira Martins 10 Casas de negócios, 04 Tavernas, 04 Sapatarias, 02 Padarias, 02 Hospedarias, 02 Carpintarias, 02 Cervejarias, 01 Açougue, 16 Moinhos e 08 Olarias.

Na produção agrícola da Ex-4ª Colônia, onde inicialmente cultivava-se apenas produtos de subsistência, com o aumento da área cultivada, passou-se a cultivar também produtos para a venda nas localidades mais próximas, como o milho, o feijão, o arroz, o trigo e o fumo. Também passou-se a cultivar os parreirais para a produção de vinho.

Mas nem tudo era expressão do crescimento e sucesso. Desde sua extinção do regime de Colônia Imperial, parte do território da Ex-Colônia Silveira Martins passou a pertencer ao Município de Santa Maria. Extinção que também acontece com as Colônias Italianas de Conde d'Eu, Dona Isabel e Caxias, em 1884.

Em Junho de 1890 a Ex-Colônia Caxias consegue sua emancipação política. É a primeira das quatro velhas Colônias

italianas a emancipar-se, fato, que pode ter influenciado positivamente em seu desenvolvimento econômico.

Em 1890 ainda, porém no mês de Outubro, a Ex-Colônia Dona Isabel, hoje Município de Bento Gonçalves, consegue sua emancipação política. A Ex-Colônia Conde d'Eu, hoje Município de Garibaldi, só vem a emancipar-se politicamente em Outubro de 1900. Enquanto isso a Ex-Colônia Silveira Martins tinha suas tentativas emancipatórias frustradas, como mostra o anexo nº 04. Entre os motivos, Santin (1986) destaca a falta de lideranças locais competentes; e Sponchiado em entrevista, os impecilhos impostos pelos poderes dos Municípios de Santa Maria, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul.

Mas, por que estes três Municípios influenciaram nos rumos da vida dos indivíduos e do território da Ex-Colônia Silveira Martins? Isto ocorreu, principalmente, a partir de 1891, quando se criou o Município de Júlio de Castilhos em homenagem ao líder estadista e republicano de mesmo nome⁵. É aí que se concretiza a tripartição, ou fragmentação político-econômica do território da Ex-Colônia Silveira Martins, sobretudo, por motivos externos. Sponchiado em depoimento às entrevistas destaca as lutas entre republicanos e liberais a nível estadual, ou, mais

⁵ Segundo Costa (1991), Júlio Prates de Castilhos, na certeza de que seria escolhido como primeiro Presidente republicano do estado do Rio Grande do Sul, teria influenciado o Vice-Governador em exercício, seu grande amigo, pedindo a emancipação política de sua terra natal. Assim, a 14.07.1891, mesmo dia em que foi promulgada a primeira Constituição do RS, é criado o Município de Villa Rica, hoje Município de Júlio de Castilhos. Este Município passou a partir de então, político-administrativamente, a controlar parte do território da Ex-4ª Colônia. Júlio Prates de Castilhos chegou a visitar sua terra natal e as terras que lhe pertenciam várias vezes, como em Abril de 1888, Agosto de 1889 e em 1898.

precisamente, entre Júlio Prates de Castilhos e Gaspar de Silveira Martins:

"Júlio de Castilho era republicano, positivista, foi ele que escreveu a Constituição do RS em 1891, praticamente sozinho (...), e era inimigo de Silveira Martins, que era um dos grande do Império, e a nossa Colônia (...) tinha pego justamente o nome dele (...)"

A partir da tripartição da Ex-Colônia Silveira Martins, segundo Lorenzoni (1975), as localidades de Arroio Grande, Val de Serra, Val Feltrina, Val Veronese e a Sede - Silveira Martins -, foram anexadas ao território do Município de Santa Maria; o Ex-Núcleo Norte, hoje Município de Ivorá, e o Ex-Núcleo Soturno, hoje Município de Nova Palma, foram anexados ao território do Município de Júlio de Castilhos; enquanto que as localidades de Vale Vêneto, Ribeirão, Novo Treviso, e os Ex-Núcleos de Dona Francisca e Faxinal do Soturno foram anexados ao território do Município de Cachoeira do Sul⁶.

Com a Proclamação da República Federativa do Brasil em 1889, na política gaúcha, concretizou-se a substituição da Aliança gasparista pela Aliança castilhista. Segundo Pesavento (1985), após a crise no Governo estadual de 1891, com a reintegração de Júlio Prates de Castilhos ao poder, este buscou incrementar o processo de adesão dos colonos italianos à prática política vigente. Para tal, construíram a estrada de ferro que liga Porto Alegre a Caxias do Sul e fizeram estudos para melhorar a navegação do Rio Cai, ambas, vias de escoamento da produção italiana das Ex-Colônias de Caxias,

⁶ Exemplar dos anseios de emancipação política da Ex-4ª Colônia pode ser lido no documento em anexo nº 05.

Conde d'Eu e Dona Isabel. Enquanto isto, nenhum Projeto ou construção referiu-se ou tocou no território da Ex-Colônia Silveira Martins.

Enquanto que as Ex-Colônias Caxias, Conde d'Eu e Dona Isabel, já emancipadas, mantiveram uma certa unidade territorial, com um poder central, a Ex-Colônia Silveira Martins fragmentava-se, diluía-se frente às forças externas que determinavam a re-produção de seu território. Segundo Sponchiado em entrevista,

"Desde a tripartição, cada Núcleo passou a viver por si, dependendo da Sede e dos governantes dos Municípios a que pertenciam".

A união das poucas lideranças, as lutas e reivindicações agora se tornam muito mais difíceis para aqueles pequenos produtores praticamente abandonados pelos administradores do poder nos Municípios a que pertenciam. São os indícios do declínio, parece-nos, se efetivando no processo de territorialização do espaço na Ex-Colônia Silveira Martins.

O primeiro dos fragmentos da Ex-4ª Colônia que consegue se emancipar politicamente foi o Ex-Núcleo Faxinal do Soturno, a 12.02.1959; Depois foi a vez do Ex-Núcleo Soturno, a 29.07.1960, hoje Município de Nova Palma; do Ex-Núcleo Dona Francisca a 17.07.1965; da Ex-Sede da Ex-4ª Colônia -Silveira Martins-, a 11.12.1987, praticamente um século depois da emancipação política de Caxias do Sul; e por fim, emancipa-se o Ex-Núcleo Norte a 09.05.1988, hoje Município de Ivorá. Para Sponchiado, estas emancipações tardias foram de suma importância para o declínio econômico da Ex-Colônia Silveira Martins, porque incentivaram as

migrações.

De acordo com os entrevistados, até as emancipações, estas localidades da Ex-4ª Colônia sofreram o que pode-se denominar de abandono sócio-econômico:

"antes de se emancipá nós era abandonado. Até hoje a estrada de Júlio de Castilho não dá pra passá (...)"

Todos os entrevistados deixaram claro as dificuldades enfrentadas na circulação de mercadorias daquele período:

"(...) os transporte era difícil né (...)"
 "(...) estrada com pura pedra, aberta a picão(...)"
 "(...) as picadas, quando chovia não dava pra passá".

Segundo Sponchiado, as estradas da Ex-Colônia Silveira Martins sempre foram ruins devido ao relevo declivoso e a falta de recursos materiais:

"As subidas da serra sempre foram difícil. Até hoje né. (...) A descida para nós, tinha os grandes atoleiros do Soturno; A saída para baixo (em direção a Santa Maria⁷) era um verdadeiro inferno. (...) Quando chovia ficava tudo trancado. Não tinha recurso, não tinha máquinas, e quem fazia as estradas era o colono mesmo né".

A circulação de mercadorias era fortemente dificultada pela precariedade das estradas, e deve ter contribuído no pouco crescimento econômico da Ex-Colônia Silveira Martins.

Além deste fator que deve estar entre as contradições inerentes ao processo que levou ao abandono e declínio sócio-econômico da Ex-Colônia Silveira Martins, encontramos os fatores de

⁷ Esclarecimento acrescido pelo autor.

ordem religiosa. Ou melhor, as lutas entre as lideranças das diferentes localidades para sediar Paróquias e ter os Sacerdotes.

A exemplo, sem poder alongarmo-nos, recorremos a Santin (1986), quando retrata as disputas entre a Sede do Ex-Núcleo Soturno e uma localidade do interior deste Ex-Núcleo - Linha Sete - pela instalação da Sede Paroquial na última década do século passado: a Sede do Ex-Núcleo Soturno, hoje cidade de Nova Palma, levou a melhor, ou seja, passou a ser o local de residência do Padre. O importante aqui, é ressaltar que estas disputas também dificultavam ou impediam, obviamente, a união entre as lideranças das diferentes localidades nas possíveis reivindicações.

Dentre os aspectos econômicos, Iniciaremos nossa abordagem pelo Relatório de Carvalho (1886), sintetizado na Tabela nº 02, a seguir.

TABELA Nº 02

Produção para venda das Ex-Colônias Imperiais de Imigração italiana no Rio Grande do Sul - 1884/1885

<i>Prod\Ex-Col.</i>	<i>Conde d'Eu</i>	<i>D. Isabel</i>	<i>Caxias</i>	<i>Silv.Mart.</i>
<i>Trigo (sc)*</i>	15.209	25.284	20.740	5.870
<i>Centeio(sc)</i>	25.680	24.221	10.820	768
<i>Feijão (sc)</i>	28.473	30.367	27.731	7.680
<i>Milho (sc)</i>	62.718	52.777	56.070	45.263
<i>Cevada (sc)</i>	4.680	6.497	-	455
<i>Arroz (sc)</i>	647	755	-	6.992
<i>Aveia (sc)</i>	-	-	8.920	810
<i>Fumo (Kg)</i>	-	-	-	2.236
<i>Farinha</i>	-	-	-	X**
<i>Banha</i>	X	X	-	X
<i>Toucinho</i>	X	X	-	-
<i>Galinhas</i>	X	X	X	X
<i>Ovos</i>	X	X	X	X
<i>Manteiga</i>	-	-	X	X
<i>Salame</i>	X	X	X	X
<i>Presunto</i>	X	X	X	X
<i>Vinho (l)</i>	2.935.200	4.880.640	3.005.760	264.960

* 1 sc = 60 Kg;

** Estes produtos assinalados foram apenas citados pelo autor, mas não foram quantificados.

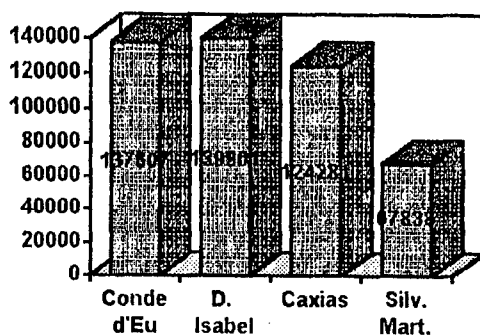
Fonte: Carvalho, Manoel de. Relatório apresentado ao Governo Imperial, referente à inspeção feita nas Ex-Colônias italianas do RS - Março de 1886. Montagem do autor.

Percebemos que a Ex-Colônia Silveira Martins é a que apresenta a maior diversidade de produtos destinados à venda, porém, na produção agrícola, Silveira Martins é a que apresenta as menores quantidades, à exceção do arroz, e do fumo que as demais

Ex-Colônias não produziam. Vejamos o gráfico nº 01:

GRÁFICO Nº 01*

Total da produção agrícola em sacas - 1885



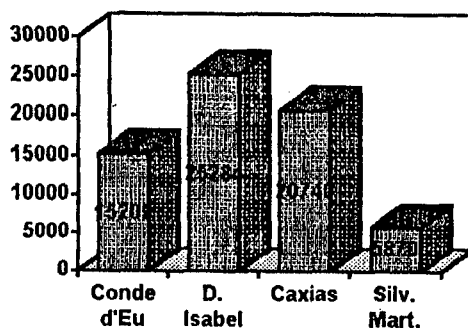
* Montagem do autor.

Somando toda a produção agrícola de cada Ex-Colônia, percebemos que a produção da Ex-4ª Colônia corresponde praticamente a metade da produção da Ex-Colônia Caxias e a 40% da produção das Ex-Colônias Conde d'Eu e Dona Isabel.

Na produção de trigo, por exemplo, a diferença entre a produção da Ex-4ª Colônia e as demais, é extremamente substancial. Vejamos o Gráfico nº 02:

GRÁFICO Nº 02*

A produção de trigo em sacas - 1885

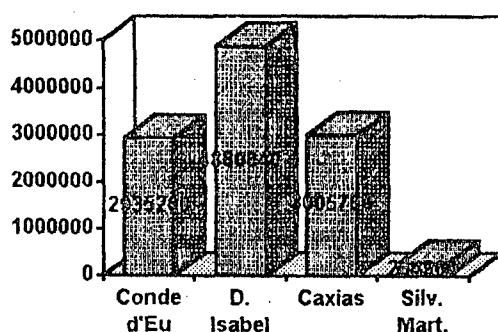


* Montagem do autor.

A produção de trigo na Ex-Colônia Silveira Martins, produto de grande importância para a economia das Colônias, por exemplo, correspondia a apenas 28,3% da produção caxiense em 1885.

Algo semelhante acontece na produção de vinho, produto de menor importância para a economia das Colônias naquele período, como mostra o gráfico nº 03.

A produção vinícola em litros - 1885



* Montagem do autor.

A produção vinícola na Ex-Colônia Caxias era 11,3 vezes maior do que a de Silveira Martins, ou, podemos dizer que a produção vinícola da Ex-Colônia Silveira Martins correspondia apenas a 8,8% da produção caxiense em 1885. A diferença neste caso é ainda maior.

Em geral, a Ex-Colônia Silveira Martins, no período 1884/1885, tinha uma produção bastante inferior às demais Colônias, como na produção de trigo, centeio, feijão, milho, cevada, aveia, e na produção de vinho, provando que não havia equiparação econômica entre as quatro Colônias italianas imperiais, pelo menos naquele período.

É bem verdade que enquanto a Sede da Ex-Colônia Silveira

Martins vivia seu 7º ano de vida e os Núcleos interioranos uma média de 02 anos em 1885, as demais Ex-Colônias já viviam seu 10º ano de ocupação. Porém, acreditamos que este fato não desmerece nem desqualifica nossa descrição.

Segundo Carvalho (1886), apesar de ser menos extensa e populosa, a Ex-Colônia Silveira Martins acompanha as outras no seu progresso (sic). Seu território apresentava, além das praticamente intransitáveis, estradas mal conservadas como a que ligava a Sede à cidade de Santa Maria, onde se vendia a maior parte da produção colonial. Uma pequena parcela da produção agrícola e artesanal da Ex-4ª Colônia era vendida em Porto Alegre, e era transportada por via férrea.

O relato de Carvalho também comenta que a Ex-Colônia Silveira Martins limitava-se com terras particulares ao Norte, Sul e Oeste, além de trechos em seu interior, também de particulares, impedindo a plena união da Colônia, ou seja, da Sede com os Núcleos interioranos. A população das Ex-Colônias italianas conforme este relatório, em 1885, era a seguinte:

Conde d'Eu	Dona Isabel	Caxias	Silv. Mart.
6.783	14.300	13.818	5.318

A Ex-Colônia Silveira Martins também tinha população inferior às demais três Colônias italianas, segundo Sponchiado, porque o número de lotes coloniais na Ex-4ª Colônia era menor do que o de Caxias, por exemplo.

Carvalho (1886) também indica a necessidade de aperfeiçoamento no fabrico da farinha e do vinho, além da renovação

periódica das sementes de trigo e de novas qualidades de vinhas para serem cultivadas. Fato que demonstra já naquele período preocupações em conservar, ou aumentar, a produção e a produtividade das Colônias, garantindo assim, segundo Carvalho (1886), a continuidade do progresso das Colônias italianas.

No que refere-se a produção de farinha, conforme Tabela nº 02 descrita na página 46, parece-nos que o autor do relatório refere-se, principalmente, à Ex-Colônia Silveira Martins, pois é a única que destacava-se na venda daquele produto. Isto não significa evidentemente que as melhorias não foram indicadas também para as demais Ex-Colônias. Porém, devido as falências e desativações dos moinhos e produções artesanais de vinho que abordaremos mais adiante, tudo indica que este aperfeiçoamento no fabrico da farinha e do vinho não se concretizou, pelo menos de forma eficiente.

Referente a venda do vinho da Ex-4ª Colônia, Couto (1888) relata que parte deste era consumido no local, e a outra parte era vendida aos negociantes de Santa Maria que o comercializavam para as cidades da Campanha Gaúcha, a Sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1914, apesar das migrações que já ocorriam na Ex-4ª Colônia, a situação econômica, principalmente a referente às produções artesanais da Sede, mantinha-se em ordem crescente, conforme nos relata Ancarani (1914):

Núcleo Norte, situado a 16 Km da Sede Silveira Martins, possuía boas casas de negócio e 270 famílias que cultivavam fumo,

milho e trigo especial em grande quantidade⁸;

Dona Francisca, situado a 36 Km da Sede, era formado por mais de 200 famílias italianas que cultivavam fumo em folha em grande quantidade, feijão, arroz, milho, alfaça e vinho;

Geringonza⁹, situado a 36 Km da Sede, possuía quase 200 famílias italianas que cultivavam fumo em folha de primeira qualidade, milho, feijão e vinho, e criavam gado e suínos;

Núcleo Soturno, distante 39 Km da Sede, formado por mais de 250 famílias italianas, possuía boas casas de negócio, o cultivo do milho, alfaça, fumo, vinho, e a produção de carne suína;

Silveira Martins, Sede da Ex-4^a Colônia, onde havia quase 4.000 pessoas; 24 Casas de negócio; 02 Hotéis de primeira ordem; 05 Oficinas de sapateiros; 06 Restaurantes; 01 Açougue; 01 Fábrica de fumos; 03 Alfaiatarias; 05 Ferrarias; 01 Marcenaria; 03 Carpintarias; 02 Selarias; 01 Curtume; 01 Funilaria; 02 Fábricas de objetos de vime; 01 Cervejaria; 04 Fábricas de vassouras; 04 Fábricas de chapéus de palha; 01 Fábrica de louça de barro; 06 Alambiques de aguardente; 01 Serraria a vapor; 03 Engenhos de cachaça; 08 Moinhos a água e a vapor para beneficiar a farinha; 02 Olarias; 155 carroças de 4 rodas e 33 carroças de 2 rodas¹⁰.

⁸ Cabe destacar que o autor não quantifica a produção.

⁹ Geringonza não foi tido como um dos Núcleos interioranos da Colônia Silveira Martins, mas foi mencionado por Ancarani, certamente, pelo vulto que tomou sua formação a partir dos lotes coloniais medidos no Ex-Núcleo Soturno. São os colonizadores de Geringonza que adquirem as terras e caracterizam a partir de meados da última década do século passado Faxinal do Soturno, por nós considerado por isso, um dos Núcleos interioranos da Ex-4^a Colônia.

¹⁰ Cabe salientar que o autor não descreveu a produção agrícola referente a Sede da Colônia.

Sobre a comercialização neste período,

"os produtos de toda essa região são transportados em carretas a 07 cavalos para as estações de Colônia (hoje Camobi, nas proximidades da cidade de Santa Maria¹¹), Val de Serra, Arroio do Só e Santa Maria" (Ancarani, 1914).

Os colonizadores vendiam os produtos coloniais e adquiriam,

"artigos em secos e molhados, importados, em sua maior parte, pelo comércio de Porto Alegre" (Ibid.).

Outra importante informação fornecida por Ancarani (1914) é o fato de, desde 1876, portanto, desde antes da fundação oficial da Colônia Silveira Martins, alguns industriais, negociantes e construtores italianos irem se estabelecendo na cidade de Santa Maria, cooperando para o progresso daquele espaço urbano desenvolvendo suas atividades econômicas, e ao mesmo tempo, para o não progresso econômico da Ex-Colônia Silveira Martins¹².

Muitas cidades do Rio Grande do Sul e do Brasil nasceram

¹¹ Esclarecimento acrescido pelo autor.

¹² Eis os sobrenomes dos empreendedores citados por Ancarani:
 Negociantes: Marsiaj; Tóffoli Culau; Agostini; Mongrandi; Bertóia; Dalcol; Grassi; Moroni; Micheloni; Grinaldi; Germani; Lanesi; Saccol; Segalla; Coluzzi; Emanuelli; Stangherlini; Bolzon; Begnis; Rotta; Fiori; e Toaldo.
 Industrialistas: Tóffoli Culau & Cia; Irmãos Moro; Pelegrini (fábrica de velas, sabão, sabonete e perfumaria barata); Tombesi; Casagrandi (carpinteiro e marceneiro); Dânia (alfaiate); Cauduro; Fitipaldi (alfaiate); Prestefelipe; Mastracuzza; Votto (sapateiro); Callage (alfaiate); Sfoggia; Irmãos Vallandro (carpintaria e fábrica de carros); Gambaro; e Rizzardì.
 Construtores: Da Corso; Grassi; Scangarelli; Mussoi; Cassel; e Cattaneo.
 Hotéis e restaurantes: Fitipaldi e Schettini; Saccol; Agostini e Irmãos; e Coderini.

e se desenvolveram com a participação de bens e capitais produzidos no espaço agrário, transferidos para as cidades através do mercado. A exemplo, não de nascimento, mas de fortalecimento, sobretudo do setor comercial, podemos citar, Segundo Rocha (1993), a drenagem da renda fundiária concretizada pelos agentes do espaço urbano santamariense. Esta drenagem pode ter prejudicado o maior crescimento das pequenas cidades que se formaram a partir dos Núcleos que constituíam a Ex-Colônia Silveira Martins.

A cidade de Santa Maria primeiramente atraía os investimentos dos colonos italianos por ser ponto estratégico militar. Porém, a partir do início deste século Santa Maria se torna importante centro ferroviário¹³, contribuindo na distribuição da produção agropecuária regional.

Segundo Rocha (1993), com o entroncamento ferroviário, surgem na cidade de Santa Maria inúmeras casas comerciais, hotéis de luxo, frigoríficos, depósitos de produtos agrícolas e pastoris, e, cresce substancialmente a população da cidade: dos 3 mil em 1894 passa para 15 mil em 1904. Neste mesmo período, a quantidade de edificações urbanas passa de 400 para 1500. Provavelmente, muitas

¹³ A ferrovia Porto Alegre-Uruguaiana atingiu a estação Camobi nas proximidades da cidade de Santa Maria já em 1885, e o entroncamento ferroviário referido concretiza-se até o final do século com o direcionamento da linha férrea para a cidade de Júlio de Castilhos, não passando pela Sede da Ex-Colônia Silveira Martins, como propuzera a Lei de nº 1832 sancionada a 28.06.1889, em Anexo sob nº 06. É importante salientar que neste período o Presidente da Província do RS era exatamente Gaspar de Silveira Martins, exilado no Uruguai depois da Proclamação da República. Este pode ter sido um forte motivo para a não realização da ferrovia passando pela Sede da Ex-4ª Colônia, pois com a República, quem assume a Presidência da Província gaúcha é Júlio de Castilhos, adversário ferrenho de Gaspar de Silveira Martins, como já nos referimos.

eram de propriedade dos italianos de Silveira Martins:

"Grande parte das casas comerciais do comércio tradicional de Santa Maria tem suas raízes e começos, em certos casos de grande esplendor, nos pequenos Núcleos de imigração italiana" (Santin, 1986, p.69).

Hoje, boa parte das casas comerciais daquela cidade pertencem aos descendentes de imigrantes italianos¹⁴.

Outros dados nos são apresentados por Truda (1925). Em 1923, segundo este autor, a Ex-Colônia Dona Isabel contava com um total de 226 fábricas com operários; Caxias com 1.749 fábricas; e Conde d'Eu com 182 fábricas. Apesar de não abordar a Ex-Colônia Silveira Martins, com base nos dados apresentados na Tabela nº 03 - a seguir - e nas informações orais transmitidas pelo Pe. Sponchiado, podemos afirmar que esta contava por volta de 1923, com aproximadamente 60¹⁵ fábricas semelhantes às referidas por Truda.

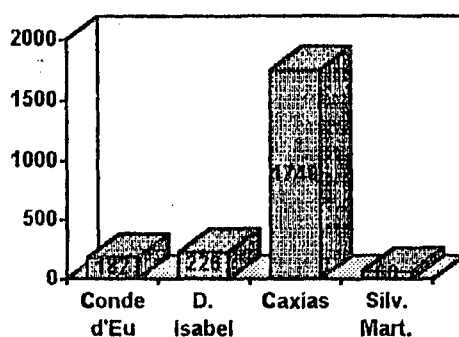
¹⁴ Juntamente com o michoristoriador Sponchiado, grande conhecedor da genealogia dos italianos de Silveira Martins, conseguimos identificar alguns estabelecimentos comerciais e industriais que ainda pertencem aos descendentes dos italianos na cidade de Santa Maria: Beltrame Santo & Cia Ltda; Albino Pozzobon e Cia Ltda; Barichello e filhos Materiais de Construção; Berleze Primo & Cia Ltda; Cassol & Cia Ltda; Denardin Corrieri e Cia Ltda; Supermercado Copetti; Gabbi Comércio Chocolates e Doces Ltda; Guerra Comércio de areia e brita; Masiero Tintas; Antoniazzi e Cia Ltda; Supermercado Carlesso; Supermercado Feltrin; Supermercado Noal; Transportadora Trevisan Ltda; Zanini Argamassa; Bolzan Construções e Incorporações Ltda; etc.

¹⁵ Segundo Sponchiado, na primeira metade da década de 20, existiam aproximadamente 240 pequenas fábricas em toda Ex-4ª Colônia, principalmente olarias, moinhos, serrarias e fábricas de móveis, ferrarias e alambiques. Conforme esta mesma fonte, na Ex-Colônia Silveira Martins não existia trabalho assalariado naquele período. Existia sim, os chamados aprendizes: "Eles botavam as pessoas da família pra trabalhá. (...) Do total, uns 25% devia ter aqueles aprendizes, como diziam naquela época", afirmou-nos Sponchiado em entrevista. Ou seja, cerca de 60 daquelas pequenas fábricas possuíam aprendizes, e são estas que comparamos com os

Vejamos o Gráfico nº 04:

GRÁFICO Nº 04*

Quantidade de fábricas em 1923



* Montagem do autor.

Conseguimos constatar a supremacia caxiense neste setor em relação às demais Ex-Colônias no início da década de 20. Com relação à Ex-Colônia Silveira Martins, Caxias apresentava 35 vezes mais fábricas com operai, ou, em outras palavras, podemos dizer que a quantidade destas fábricas de Silveira Martins correspondia apenas a 2,85% do total das fábricas caxienses registradas em 1923.

Algo semelhante podemos observar a partir dos dados a seguir relacionados na Tabela nº 03.

TABELA Nº 03

Produção agrícola, artesanal e estabelecimentos secundários diversos das Ex-Colônias italianas no Rio Grande do Sul em 1925

<i>Prod\Ex-Col.</i>	<i>Conde d'Eu</i>	<i>D. Isabel</i>	<i>Caxias</i>	<i>Silv.Mart.</i>
<i>Vinho (l)</i>	250.000	3.500.000	20.000.000	X**
<i>Milho (sc)*</i>	X	100.000	50.000	X
<i>Arroz (sc)</i>	-	1.000	17	X
<i>Aveia (sc)</i>	-	2.000	1.667	-
<i>Centeio(sc)</i>	X	2.000	67	-
<i>Cevada (sc)</i>	-	-	134	-
<i>Feijão (sc)</i>	X	60.000	3.334	X
<i>Fumo (Kg)</i>	-	-	2.000	X
<i>Trigo (sc)</i>	-	40.000	-	X
<i>Cana-de-açúc</i>	-	X	-	X
<i>Batata</i>	X	-	-	X
<i>Mandioca</i>	X	-	-	X
<i>Açougues</i>	-	-	-	2
<i>Restaurantes</i>	6	X	X	3
<i>Ag. Automóv.</i>	1	1	1	-
<i>Bancos</i>	3	5	7	2
<i>Casas comerc</i>	90	100	235	X
<i>Carpintarias</i>	6	36	28	3
<i>Marcenarias</i>	13	12	-	2
<i>Selarias</i>	-	12	-	1
<i>Alambiques</i>	123	199	334	X
<i>Alfaiatarias</i>	12	13	29	3

Prod\Ex-Col.	Conde d'Eu	D. Isabel	Caxias	Silv.Mart.
Serrarias	-	-	-	1
Moinhos	-	-	X	X
Ofic. fabril	24	-	36	-
Ofic. calçado	X	14	25	3
Fáb. cigarros	-	-	-	1
" facas	4	-	-	-
" louças	2	-	-	1
" tijolos	3	4	-	1
" pólvora	-	1	-	-
" veículos	-	-	8	-
"metalurgica	-	-	4	-
" chapéus	4	1	5	-
" salame	3	8	7	-
" óleo linho	-	-	1	-
" vassouras	-	-	5	-
" sabão	2	2	3	-
" gazosa	3	7	8	-
" obj. vime	-	-	3	-
" sapatos	-	-	1	-
" queijos	-	-	4	-
Outras fáb.	X	X	X	X

*1 sc = 60 Kg;

** Estes produtos assinalados, foram apenas citados pelos autores, mas não foram quantificados.

Fonte: CROSETTA, Benvenuto. I municipi dello Stato e le industrie ed i commerci degli italiani e loro discendenti. IN: Cinquantenario della Colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud (1875-1925) - La cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud. Porto Alegre, Globo, 1925; BOMBASSARO, Pe. Antonio. Ex-Colônia Silveira Martins. IN: Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sul (1875-1925); Cura del sotto - Comitato locale per il Cinquantenario della Colonizzazione italiana. Colônia Arroio Grande (Município di Santa maria). IN: Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sul (1875-1925); Montagem do autor.

Infelizmente Pe. Bombassaro e Crocetta não quantificaram todos os dados referentes à produção da Ex-Colônia Silveira Martins e da Ex-Colônia Conde d'Eu.

Referindo-se à produção agrícola, Pe. Bombassaro e Crocetta apenas citam os principais produtos. Já os demais dados apresentados pelo Pe. Bombassaro e pelo Comitato locale per il Cinquantenario della Colonizzazione italiana referem-se apenas à Sede da Ex-4ª Colônia, Silveira Martins, e ao Ex-Núcleo Arroio Grande. Os dados referentes à produção agrícola, artesanal e demais estabelecimentos dos demais Ex-Núcleos como Nova Palma, Faxinal do Soturno, Ivorá e Dona Francisca, simplesmente não existem. O que fizemos foi confirmar a existência dos produtos citados através das entrevistas feitas com pessoas de idade avançada que conheciam a realidade daquela época, e através de dados esparsos coletados e guardados pelo Pe. e microhistoriador Sponchiado no Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma/RS.

Quanto a produção das Ex-Colônias Italianas no Rio Grande do Sul em 1925, e suas demais atividades econômicas sintetizadas na Tabela nº 03, a grosso modo, tudo indica que devia haver mais uma vez um distanciamento de Caxias em relação às demais no que tange à produção artesanal, e às atividades comerciais e financeiras, sobretudo, em relação a Silveira Martins. No dizer de Sponchiado,

"Já em 1895 (...) o pessoal começou a sair. (...) Em vez de empregar o capital aqui e ali na indústria, eles migram. (...) Em 1925 a 4ª Colônia já tava quase vazia, e a produção era bem menor que a de Caxias. Caxias já tava disparada".

Com relação à produção artesanal da Ex-Colônia Silveira

Martins, constatamos através das entrevistas que apesar da diversidade das atividades produtivas na década de 20, não houve sequer destaques à nível regional. As atividades artesanais e as casas de negócio distribuíam-se por todos os Ex-Núcleos interioranos, porém, parece-nos que na Ex-Colônia Silveira Martins prevalecia a diversidade de pequenos empreendimentos em detrimento de investimentos concentrados ou de maior vulto.

A partir das mesmas fontes referidas na Tabela nº 03, em 1925, percebemos também o distanciamento populacional da Ex-Colônia Caxias em relação às demais, sobretudo, mais uma vez, em relação à Ex-Colônia Silveira Martins:

Conde d'Eu	Dona Isabel	Caxias	Silv. Mart.*
18.000	21.465	28.000	12.000

* Este dado, agora, corresponde à soma aproximada de todos os Ex-Núcleos que formavam a Ex-Colônia Silveira Martins.

Segundo il Comitato locale per il Cinquantenario della Colonizzazione italiana (1925), neste período, a Ex-Colônia Silveira Martins atingiu um progresso brilhante (sic). Esta comissão comenta que o cultivo dos parreirais com melhores métodos, produz exuberantemente e de várias qualidades (sic). Entretanto, em geral, a tecnologia empregada naquele período era primitiva, sem melhorias técnicas, afirmou Sponchiado em entrevista.

As afirmações referentes ao progresso brilhante da Ex-4ª Colônia, feitas pela Comissão acima referida, parecem não condizer com o desenvolvimento da Ex-4ª Colônia na década de 20, pois esta, pelo que pudemos constatar até agora, estava mais atrasada economicamente do que as outras três Colônias italianas. No Ex-

Núcleo Soturno, por exemplo, segundo Sponchiado em depoimento oral, os estabelecimentos voltados à produção de vinho nunca se destacaram, muito menos se uniram para caminhar neste sentido.

Segundo esta mesma comissão local escolhida para organizar a pesquisa para as comemorações do cinquentenário da colonização italiana, nos últimos anos¹⁶, se exportou da Sede da Ex-Colônia Silveira Martins aproximadamente 60.000 sacas de arroz; 10.000 sacas de feijão; 30.000 sacas de milho; 1.500.000 Kg de ervas medicinais; e 4 milhões de litros de vinho.

Apesar da força e expressividade dos números, estes dados nos revelam a venda dos últimos anos, e não o resultado de uma safra apenas, o que impede comparações com a produção das outras Colônias.

Parece-nos que na década de 20, a Ex-4ª Colônia já sentia os sintomas do declínio das atividades produtivas. A Sede da Ex-4ª Colônia, Silveira Martins, já apresentava indícios de um menor ritmo de desenvolvimento. Nesta mesma década em toda Ex-Colônia Silveira Martins, segundo Sponchiado, não existia nenhuma fábrica de maior vulto. Somente na década de 30 é que se destaca a fábrica das Trilhadeiras Tigre localizada em Faxinal do Soturno, que por sinal, faliu em 1939.

Durante a década de 20 ainda, enquanto na Sede da Ex-4ª Colônia sobrevivia a casa comercial de Artemio Cervi, que comercializava os mais diversos gêneros, no Ex-Núcleo Soturno, por exemplo, também ainda sobrevivia a casa comercial da família

¹⁶ Os autores não dizem a quantos anos correspondem estes últimos anos.

Aléssio; Assim como na Sede da Ex-4ª Colônia ainda existiam alguns Moinhos, Serrarias, Ferrarias, Alfaiatarias, etc, conforme mostram os dados da Tabela nº 03, no Ex-Núcleo Soturno, hoje Município de Nova Palma, também sobreviviam ainda naquele período 02 Moinhos, 01 ferraria, 03 Fábricas de móveis, etc.

Porém, ao mesmo tempo, ocorriam as migrações, por exemplo. Segundo Costa (1991), as migrações já aconteciam antes de 1930. Para este autor, em 1923, grande parte das casas comerciais da cidade de Júlio de Castilhos pertenciam aos italianos provenientes da Ex-Colônia Silveira Martins. Isaia (1987), por sua vez, afirma que até 1930, a Ex-Colônia Silveira Martins viu reemigrar de suas terras para outras do RS, SC e PR, uma quantidade de colonos italianos e descendentes não inferior aos reemigrados das Ex-Colônias de Caxias, Bento Gonçalves e Garibaldi Juntas.

No que refere-se às migrações do Ex-Núcleo Soturno, hoje Município de Nova Palma, aproximadamente, foi a seguinte a evolução, até 1930:

TABELA Nº 04

Anos*	1895	1900	1910	1918	1920	1930
quantidade famílias	05	20	25	30	40	50

* Estes são os anos de maior fluxo, o que não implica dizer que entre eles não tenha ocorrido migração¹⁷.

Fonte: Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma/RS. Montagem do autor.

¹⁷ Segundo Sponchiado, os principais lugares de destino dos migrantes neste período foram Tapera, Santa Rosa, Santo Ângelo, Erechim, Palmeira das Missões, Herval Sêco e Frederico Westphalen, todos no Noroeste do RS.

Percebemos pelo dados da Tabela, um aumento constante na migração dos habitantes de Nova Palma, passando de 05 famílias em 1895 para aproximadamente 50 em 1930. E esse aumento gradativo, segundo Sponchiado, aconteceu em todo Território da Ex-4^a Colônia.

Em meio aos sintomas da crise, os colonos da Ex-Colônia Silveira Martins foram atingidos pelas notícias de terras mais planas e férteis. Assim, lentamente expandia-se a fronteira agrícola para os solos localizados a Noroeste do estado gaúcho e para o Oeste paranaense, e, para as terras novas, mesmo que onduladas, do Oeste catarinense. Quem conhece a vastidão das terras do Planalto Rio-grandense e das terras do Oeste paranaense, facilmente comprova e ratifica a decisão daquelas famílias que deixaram na Ex-Colônia Silveira Martins história e estórias, casas e casarões vazios e esquecidos no meio da Escarpa do Planalto.

Quando os colonizadores e seus descendentes decidiram migrar deixando para trás a Escarpa do Planalto, a Ex-4^a Colônia não perdeu apenas alguns habitantes, mas sim agentes sociais, homens, trabalhadores agrícolas, comerciantes e artesãos produtores de riqueza. Com eles levam os capitais familiares até então acumulados para ser reinvestido em outros lugares, em detrimento do fortalecimento da economia local.

Na Ex-Colônia Silveira Martins, por exemplo, além da migração de pessoas e capitais, segundo informações prestadas pelos entrevistados, muitos comerciantes fortes quebraram, faliram com a Crise de 1929. Além disso, este período coincide com mudanças estruturais na vida econômica do país, que se manifestaram nos diferentes e longínquos espaços que compõem o território nacional.

Com a mudança do Modelo Econômico nacional, aumenta para o estado do Rio Grande do Sul a competição com outros estados na venda de produtos agrícolas. Só que na Ex-4ª Colônia produzia-se ainda, basicamente, com as antigas técnicas artesanais e trabalho familiar.

Apesar das mudanças que se efetivavam em diferentes lugares do país, os produtores da Ex-Colônia Silveira Martins não conseguem acompanhar as novas exigências do "modelo de industrialização". É uma desarticulação que parece não ter sido superada até a concretização das emancipações políticas dos Ex-Núcleos que constituíam a Ex-Colônia Silveira Martins.

Segundo os dados registrados no Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma pelo Pe. Sponchiado, a partir de 1930, em continuação ao processo migratório, acentua-se a quantidade de famílias que deixam a Ex-Colônia Silveira Martins para investir seus ganhos em outras cidades e lugares do RS e do Brasil. Somente do Ex-Núcleo Soturno, conforme esta mesma fonte, por volta de 1945, 80 famílias migram para os Estados de SC e PR¹⁸. Com a diminuição da população e ao mesmo tempo dos produtores, diminui a quantidade produzida e a circulação de mercadorias no território da Ex-4ª

¹⁸ Juntamente com Sponchiado, entre os que migraram e investiram amplamente em outros lugares entre 1895 e 1945, conseguimos identificar algumas famílias: Rubin (compraram grandes extensões de terra em Pinhal Grande/RS); Pigatto, Fontana, Trevisan, Ceolin, Decian, Soldera, Prevedello e Rossato (compraram grandes extensões de terras); Zasso, Cassol, Battistella, Copetti, Cantarelli, Beltrame, Librelotto, Barchet, Zanon, Sponchiado, e Antoniazzi (investiram no comércio em Santa Maria, Porto Alegre, Erechim e Júlio de Castilhos); Binotto, De David, e Moro (investiram na fabricação de Móveis); Gazzapina (fábrica de cerveja em Uruguaiana); Guerra (produção de telhas); Berleze (beneficiamento de Arroz); Antoniazzi (moinho); entre outras.

Colônia.

Um exemplo de concretização do processo de industrialização articulado a outras instâncias político-econômicas é o caso da Ex-Colônia Caxias, que já vimos comentando sucinta e propositadamente.

Segundo Giron (1977), com base nos dados dos recenseamentos municipais, sucintamente, é o seguinte o aumento do número de estabelecimentos de Caxias do Sul entre 1890 e 1975:

TABELA Nº 05

	1890	1899	1910	1925	1950	1975
Indústrias	120	204	235	280	413	1.443
Casas Comér	38	168	186	235	450	1.671
População	10.000	16.000	18.000	32.000	54.000	180.000

Dados que são demonstrativos, certamente, de um crescimento econômico na área. Conforme dados da Tabela, entre 1890 e 1925, dá-se um aumento substancial nos estabelecimentos industriais e comerciais de Caxias, o que não acontece com a Sede da Ex-Colônia Silveira Martins, como mostraremos a seguir.

Comparando os dados referentes às produções artesanais da Sede da Ex-Colônia Silveira Martins apresentados pelo Anuário (1884), por Ancarani (1914), Bombassaro (1925) e pela Comissão local do Cinquentenário (1925), temos o seguinte quadro-síntese*:

TABELA Nº 06

"Evolução" comercial e artesanal da Sede da Ex-4ª Colônia

ESTABELECtos.	1884	1914	1925
Casas comerc.	10	24	X
Hotéis 1ª Ordem	02	02	01
Açougues	01	01	02
Restaurantes	04	06	03
Sapatarias	04	05	03
Fáb. cigarros	-	01	01
Alfaiatarias	-	03	03
Ferrarias	X	05	02
Marcenarias	-	01	02
Carpintarias	02	03	03
Selarias	-	02	01
Curtumes	-	01	-
Funilarias	-	01	-
Fáb. obj. vime	-	02	-
Cervejarias	02	01	-
Fáb. vassouras	-	04	-
Fáb. chapéus	-	04	-
Fáb. louças	-	01	01
Alambiques	X	09	X
Serrarias	-	01	01
Padarias	02	-	-
Moinhos	16	08	X
Olarias	08	02	01
Bancos	-	-	02

* Montagem do autor.

Considerando os dados apresentados pelos autores anteriormente referidos, em primeiro lugar, percebemos que dos 18

tipos de produção artesanal relacionadas por Ancarani (1914), apenas 06 existiam já em 1884. Comparando os dados de 1884 com os dados de 1925, notamos que das 06 atividades artesanais que existiam na Sede da Ex-4ª Colônia em 1884, somente as Carpintarias aumentam em quantidade de estabelecimentos; 03 diminuem: as Sapatarias, os Moinhos, e as Olarias; e 02 desaparecem: as Padarias e as Cervejarias.

Em segundo lugar, podemos dizer que das 18 produções artesanais relacionadas por Ancarani (1914), comparadas aos dados apresentados em 1925, percebemos que apenas 01 aumentou em quantidade: Marcenarias; 07 mantiveram-se na mesma quantidade: a Fábrica cigarros, as Alfaiatarias, as Serrarias, as Carpintarias, a Fábrica de louças, os Alambiques e os Moinhos; 06 desaparecem, como o Curtume, a Funilaria, a Fábrica de objetos de vime, a Cervejaria, as Fábricas de vassouras e as Fábricas de chapéus de palha; e 04 diminuíram na quantidade de estabelecimentos: as Sapatarias diminuem em quase 50%; as Ferrarias diminuem em 60%; e as Selarias e Olarias em 50%. São indícios claros do declínio das atividades produtivas na Ex-Colônia Silveira Martins.

Referente aos estabelecimentos comerciais relacionados, notamos que o nº de Bancos passa de zero em 1884 e 1914 para 02 em 1925, e os Açougues dobram na quantidade de estabelecimentos; mas verificamos também que os 06 Restaurantes que existiam em 1914 passam para 03 em 1925; e que os 02 Hotéis em 1914 passam para 01 em 1925.

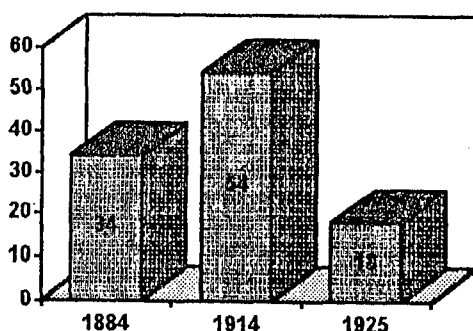
E em terceiro lugar, podemos dizer que do total de 24 estabelecimentos relacionados entre 1884, 1914 e 1925, constatamos

que apenas 03 crescem em quantidade, 07 mantêm-se praticamente na mesma quantidade, e 14 diminuem ou desaparecem, sendo a maioria destes, atividades artesanais.

Em termos gerais, o desenvolvimento "industrial" e/ou artesanal da Sede da Ex-Colônia Silveira Martins teve um crescimento de 1884 para 1914, mas diminui entre 1914 e 1925, o que pode ser visualizado no Gráfico nº 05, onde apresentamos o total destas atividades em cada período.

GRÁFICO Nº 05*

Evolução das produções artesanais na Sede da Ex-4ª Colônia



* Montagem do autor.

Em 30 anos (1884-1914), a quantidade de estabelecimentos artesanais da Sede da Ex-4ª Colônia cresce cerca de 58%, porém, em 11 anos apenas (1914-1925), diminui aproximadamente 68%.

E, conforme os depoimentos de Sponchiado e demais pessoas de idade avançada, é bem provável que o declínio atingiu a todos Ex-Núcleos interioranos da Ex-Colônia Silveira Martins.

Parece-nos que as tradições passadas materializadas naquele território através das atividades na produção, contribuíram para dificultar a introdução das inovações técnico-científicas,

impedindo o incremento da produção local.

Segundo um dos entrevistados, por exemplo,

"os moinhos não avançaro, não se organizaro. Se fica sempre al (...), fica parado, e vai pra trás né. Tu qué crescê, tem que tê evolução, acompanhá".

Não se reinvestiu na melhoria das forças produtivas; Não se diversificou a economia local frente às mudanças da economia nacional; Não se absorveu o que acontecia em outros lugares em termos de desenvolvimento tecnológico. As atividades artesanais voltadas às necessidades locais, como as ferrarias, serrarias, moinhos, selarias, cervejarias e alambiques, não são modernizadas.

Um dos entrevistados nos relatou, referindo-se à vida diária durante a década de 30 no Ex-Núcleo Soturno:

"(...) naquela época não existia o espírito capitalista, a busca do lucro. Se produzia pra vivê".

E assim este produtor e sua família vivem até hoje.

Além de todos os fatores já mencionados, ainda percebemos, por exemplo, através das entrevistas e da relação dos Sub-prefeitos do Ex-Núcleo Soturno, anexo nº 07, que este careceu de lideranças políticas para articular os interesses locais com o poder público municipal, e até mesmo estadual, enquanto pertencia politicamente ao Município de Júlio de Castilhos¹⁹. Isto não

¹⁹ O Ex-Núcleo Soturno pertenceu ao Município de Júlio de Castilhos entre 1891 e 1960, quando é emancipado politicamente. O Ex-Núcleo Soturno teve seu nome alterado para Nova Palma a 08.04.1913, porque Soturno lembrava algo ensombrecido, sem vida, exatamente o contrário do que desejavam as raras lideranças locais, afirmou Sponchiado em entrevista.

significa que não houve forças locais, mas segundo esta relação, notamos que os italianos ou descendentes, apenas começam a se destacar politicamente em Nova Palma no pós-45, ou seja, praticamente no momento em que o declínio sócio-econômico já estava sacramentado, fato que pode ter influenciado no pouco desenvolvimento econômico do Município de Nova Palma.

No pós-45, na medida em que afirmava-se a industrialização em alguns lugares do país e do RS, como em Caxias do Sul, por exemplo, as atividades artesanais da Ex-4^a Colônia desapareciam por falência²⁰ ou reimigração, como já nos referimos. Sem modernização, os moinhos movidos a água deixaram de funcionar, sem serem substituídos por algo mais novo; parte dos parreirais foram abandonados, basta dizer que atualmente, muitos dos pequenos produtores de vinho "importam" uva de Caxias do Sul; etc.

Neste período, a agricultura colonial gaúcha praticada na Ex-4^a Colônia agonizava devido ao baixo nível técnico praticado nos minifúndios; à baixa produtividade; e aos baixos preços impostos pelo Governo aos produtos coloniais. Estes desajustes fizeram dos instrumentos indispensáveis ao desenvolvimento da Ex-Colônia Silveira Martins, elementos praticamente inalcançáveis.

No Rio Grande do Sul, acentuam-se as diferenciações sócio-espaciais. Um elemento decisivo neste processo foi a

²⁰ Entre as que faliram em torno de 1940 no Ex-Núcleo Soturno, podemos citar as seguintes, que conseguimos nominar: Marcenaria Piovesan; Fábrica de Cervejas Librelotto; Fábrica de cerveja e gazosa Wendt; Fábrica de refrigerantes Trebien; Comercial Aléssio; Fábrica de cerveja e gazosa de Pesamosca & Irmãos; Moinho Boezzio; Ferraria Bertoldo; Oficina Prendin; Moinho Bellé; Cooperativa e Cantina Trentin; entre outras.

participação do Estado, direccionando os investimentos e atividades produtivas.

"(...) A ação estatal se orienta de maneira a alcançar combinações satisfatórias sucessivas, conforme as flutuações impostas pela expansão das forças produtivas, em conjugação com as possibilidades abertas pelo sistema de relações sociais" (Ianni, 1989, p.55).

Neste processo de diferenciação, é provável que as articulações vividas pelos agentes da Ex-4ª Colônia tenham ocorrido em intensidade menor do que as feitas pelos da Ex-Colônia Caxias, contribuindo no distanciamento sócio-econômico entre uma e outra. As articulações materializaram-se em re-articulações incessantes, incrementando as áreas de maior crescimento em detrimento das de menor dinamismo sócio-econômico.

Enquanto Caxias já era Município desde 1890, e seus agentes produtivos contavam com os benefícios da concorrência e da infraestrutura já efetivada pela colonização alemã proximamente localizada, vitais para a concretização de seu processo de industrialização, Silveira Martins vivia abandonada pelo Governo Estadual e pelos Governos dos três Municípios a quem pertencia seu território: Santa Maria, Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos.

Enquanto que Caxias contava desde 1928, 1937 e 1940, respectivamente, com uma Estação Experimental de viticultura e Enologia, com uma Associação dos cultivadores de viníferas, e com um Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial²¹, criados pelas Secretarias da Agricultura

²¹ Segundo Antunes (1950), respectivamente, eram as seguintes as finalidades destas três instituições: Aprimorar e desenvolver o cultivo da videira no RS; Fomentar a produção de uvas finas; e "(...) proporcionar aos interessados e à juventude caxiense os

e da Indústria do Estado do RS, a Ex-Colônia Silveira Martins amargurava o abandono a que era submetida pelo poder público.

Com base nos dados e informações aqui expostos, pudemos constatar que a Ex-Colônia Silveira Martins sempre teve um crescimento econômico menor do que a Ex-Colônia Caxias no período estudado. Mesmo depois das emancipações dos fragmentos da Ex-4ª Colônia, tudo leva a crer que o ritmo de desenvolvimento tenha sido muito lento. Enquanto que o território derivado da Ex-Colônia Silveira Martins caminha lentamente desde por volta de 1925, a economia Caxiense vive, atualmente, um momento de alto grau de industrialização²².

Ora, por que não houve uma reinversão do capital familiar produzido nas próprias atividades produtivas da Ex-Colônia Silveira Martins? A re-produção da agricultura familiar praticada entre 1878 e 1945 exigia a acumulação do capital familiar e sua reinversão na própria agricultura? Por que os produtores imediatos não conseguiram absorver as evoluções técnico-científicas que ocorriam em outros lugares? São perguntas que, quem sabe, problematizarão nossas futuras pesquisas relativas à temática abordada neste capítulo.

O declínio da Ex-Colônia Silveira Martins foi caracterizado, principalmente, pela transferência de valor para outros lugares. Valores humanos e materiais, concomitantemente.

meios adiantados de aprender e cultivar a prática industrial, juntamente com a cultura, (...)" (p.102).

²² Atualmente Caxias do Sul forma juntamente com Porto Alegre, Novo Hamburgo, Canoas e São Leopoldo o maior eixo de processamento industrial do RS.

Valor criado pela força de trabalho dos colonizadores e descendentes e transferido a outros setores e lugares, provavelmente, tanto através da comercialização do resultado da produção agrícola e artesanal, quanto através da reimplantação daqueles produtores com o trabalho familiar acumulado.

É devido a todo processo de declínio sócio-econômico que na Ex-4ª Colônia hoje ainda mantêm-se praticamente a mesma estrutura fundiária; as cidades pequenas; o predomínio da população residindo no espaço agrário; estradas sem pavimentação; etc.

No Ex-Núcleo Soturno, com o declínio, a maioria dos que ficaram amarguram o baixo grau de desenvolvimento, e se mantêm como pequenos comerciantes, pequenos fabricantes de móveis e artefatos de madeira, ferreiros, moinheiros, pequenos produtores agrários de vinho, oleiros, agricultores, etc.

A situação econômica atual do Município de Nova Palma, segundo dados apresentados pelo Diagnóstico do Fundo de Desenvolvimento Comunitário de Nova Palma/1993, pode ser assim resumida:

Ocupações principais: 15 artesãos, 1.346 agricultores, 106 comerciantes, e 95 pecuaristas;

Renda média mensal da população: 02 salários mínimos;

Principais produtos cultivados em 1993: soja, milho, feijão, fumo, trigo, e arroz;

Maiores rebanhos: bovino para corte e leite, suíno e ovino;

Maiores indústrias: Fábrica de Massas Alimentícias Nova Palma Ltda, e Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda.

Ou seja, até o final de 1993, pelo menos, só existiam

dois destaques produtivos, ou melhor dizendo, duas expressões do desenvolvimento local desigual, que são a Cooperativa Agrícola local e a Fábrica de Massas Alimentícias. Aparentemente, nem todas as "empresas" de Nova Palma têm um crescimento pequeno e lento. Conforme os dados fornecidos pelo responsável pelo Setor de ICMS da Prefeitura Municipal de Nova Palma, estas duas empresas foram responsáveis por cerca de 90% do valor adicionado²³ para o cálculo do Índice de retorno do ICMS, no ano de 1993, referente às atividades comerciais e "industriais" no Município de Nova Palma. Deste percentual, aproximadamente 80% teve origem nas atividades mercantis da Cooperativa Agrícola. Ao lado de pequenos empreendimentos artesanais e comerciais, estas duas atividades parecem se desenvolver em ritmo mais acelerado, pelo menos a nível local. E são alguns indícios desta desigualdade de crescimento econômico em Nova Palma, também, que tentaremos mostrar no decorrer de nosso trabalho, abordando estas duas empresas maiores referidas, ao lado de pequenas produções artesanais (picolés e sorvetes, vinho, calçados e vassouras) que sobreviveram ao declínio e parecem se desenvolver lentamente, e das pequenas unidades de produção agrícola.

Outrossim, no intuito de mostrarmos alguns aspectos da possível subordinação e alienação do trabalho que existe no processo produtivo local, seja urbano ou agrário, artesanal, industrial ou agrícola, no próximo capítulo, abordaremos as

²³ O valor adicionado equivale a 75% na formação do índice de retorno do ICMS. O percentual restante é assim dividido: população = 7%; área = 7%; propriedades rurais cadastradas = 5%; produção primária = 3,5%; e parcela fixa = 2,5%.

respectivas atividades produtivas.

Primeiramente levaremos em conta alguns aspectos da produção em um caso que envolve relações sociais embrionárias do capitalismo clássico, para só então, a partir dos mesmos princípios de interpretação, entendermos alguns aspectos da suposta subordinação e alienação do trabalho em atividades não-capitalistas. As atividades não especificamente capitalistas ocorrem nas atividades artesanais e nas unidades de exploração agrícola com trabalho familiar.

CAPÍTULO 3: OS PROCESSOS PRODUTIVOS INDUSTRIAL, ARTESANAL E AGRÍCOLA EM NOVA PALMA

Os processos de trabalho industrial, artesanal e agrícola são privilegiados em nossa investigação, porque o trabalho é a atividade mais importante na concretização da vida diária das pessoas e no processo de produção social do espaço. A vida cotidiana na produção do espaço faz com que a maioria das pessoas precisem trabalhar, ou melhor, vender algum tipo de mercadoria para sobreviver.

É a partir da interpretação de alguns aspectos em casos que envolvam a atividade produtiva material, seja com trabalho assalariado ou familiar, industrial, artesanal ou agrícola, também, que pretendemos mostrar um pouco da construção do espaço novapalmense.

Com relação a produção especificamente capitalista, segundo Marx no Capítulo VI Inédito de O CAPITAL, ela não é só produção de mercadorias. Ela é sim, essencialmente, produção de mais-valia, e ao mesmo tempo, de capital, sendo que ambos se tornam um só e se efetivam através da realização das mercadorias, em direção à reprodução em escala cada vez maior das forças e relações capitalistas de produção.

A produção capitalista não é só produção, mas também é, concomitantemente, circulação, troca e consumo que se concretizam

a partir das atividades da vida diária. Produção, distribuição, troca e consumo são os diferentes momentos do movimento social de re-produção do MPC.

O processo de produção capitalista, que ao mesmo tempo é processo de produção de mercadorias, "(...) é a unidade do processo de trabalho e do processo de valorização" (Marx, Cap. VI Inédito, p.43). O processo de valorização do capital dá-se a partir do processo de trabalho, pois este significa incorporação no produto, de trabalho não pago. E trabalho não pago só pode existir onde há pagamento do trabalho.

Nesse sentido, o trabalho assalariado é condição necessária e indispensável à produção de capital na produção capitalista. Segundo Marx, sem trabalho assalariado não há produção de mais-valia, e sem mais-valia não há capital nem produção capitalista. Ou, em outras palavras, sem a mercadoria força de trabalho e sem sobretrabalho, não há produção de valor. Porém, para nós, isto não significa dizer, que na ausência do trabalho assalariado não se produza valor. Nas atividades produtivas sob trabalho familiar também parece haver incorporação de mais trabalho no resultado da produção, como daremos a conhecer.

"(...) O processo de produção do capital é antes do mais um processo real de trabalho, (...) seja qual for o nível de desenvolvimento econômico e o modo de produção sobre cuja base se efetua. (...) O capital é algo eterno e condicionado pela natureza do trabalho humano. (...) O processo de trabalho em todas as formas sociais é necessariamente processo de trabalho do capital" (Marx, Capítulo VI Inédito, p.46/47).

A nosso ver, a produção a partir do trabalho familiar e da comercialização dos excedentes produzidos, portanto sem trabalho assalariado mas articulado a outras instâncias sócio-espaciais capitalistas, como se verifica nas atividades agrícolas e artesanais no Município de Nova Palma/RS, também produz valor.

Para nós, tanto o processo produtivo com trabalho assalariado, quanto o com trabalho familiar, mesmo que por estratégias diferentes, estão subordinados ao capital, no intuito deste, apropriar-se de trabalho não pago, vital à sua re-produção.

Sem trabalho, ou melhor, sem sobretabalho, não há capital. Um está no outro, caracterizando o movimento da sujeição do trabalhador assalariado ao capital, em direção à autovalorização deste. No caso do trabalho familiar, agrícola ou artesanal, o mesmo movimento se dá, porém não claramente, mas através de elementos mediadores, ou seja, pelas relações que o pequeno produtor familiar mantém com os representantes do capital comercial, industrial e financeiro. Ambos processos de trabalho são diferentes, mas não excludentes, ou seja, produzem valor.

Esta relação social de subordinação ao capital, re-produz-se incessantemente em favor da autovalorização do capital e em detrimento do produtor imediato, seja ele assalariado ou trabalhador familiar.

Por isto priorizamos estudar o trabalho em algumas atividades produtivas, agrárias ou urbanas, com trabalho assalariado ou não, no Município de Nova Palma/RS. Ou seja, no decorrer deste Capítulo e do Capítulo seguinte, tentaremos mostrar alguns aspectos da subordinação do trabalhador ao capital, e do

crescimento desigual entre as atividades abordadas, com o propósito de caracterizarmos um rápido instante do espaço social local.

Por fim, resta-nos destacar, que na relação custo de produção versus ganho líquido em algumas atividades artesanais e agrícolas com trabalho familiar, que descreveremos no decorrer deste Capítulo, desconsideramos o valor correspondente à força de trabalho dispendida na produção, porque os ganhos são divididos entre os membros das respectivas famílias.

3.1 DO TRABALHO ASSALARIADO EM NOVA PALMA

Como já nos referimos anteriormente, o processo produtivo capitalista é a unidade dos processos de trabalho e de valorização do capital. Ambos só vem a ser quando um indivíduo detentor de dinheiro ou mercadorias adquire no mercado a força de trabalho e os demais instrumentos para que os indivíduos possam trabalhar.

No caso da Fábrica de Massas Alimentícias Nova Palma Ltda em estudo, a subordinação do trabalhador imediato ao capital só se dá claramente a partir de 1988, quando o dono investe na atividade uma quantidade considerável em capital constante e variável:

"Quando comprei toda fábrica em 1988, eu investi (...) comprando mais cinco máquinas pra produzir a massa né, e aumentei o número de empregados".

Ele adquire novas máquinas e a força de trabalho de inúmeros operários. A Fábrica de Massas se transmuta de uma produção artesanal com capital familiar, em uma pequena empresa industrial, com relações embrionárias tipicamente capitalistas. Só a partir deste momento é que os braços, cérebros, matérias-primas²⁴, instrumentos de trabalho e tecnologias são elementos da sujeição clara do trabalhador ao capital, contribuindo à extorção e apropriação por terceiros de trabalho não pago.

A Fábrica de Massas Alimentícias foi fundada em 1961 por um grupo de 22 associados, com a denominação de Indústria Novapalmense

²⁴ Segundo informações do proprietário da fábrica, as matérias-primas utilizadas na produção das massas alimentícias são a farinha de trigo especial, betacaroteno, ovos pasteurizados, e as embalagens plásticas.

de Produtos Alimentícios Ltda. Em 1971 deu-se uma redução no nº de associados, passando de 22 para 06 apenas. Conforme depoimento do atual proprietário da fábrica, esta acentuada diminuição na quantidade de sócios em 10 anos,

"(...) aconteceu porque a produção era pequena e o lucro era baixo. Não valia a pena ser sócio. A fábrica naquela época praticamente faliu. Aí o pessoal foi vendendo".

Entre 1961 e 1988, a Fábrica de massas sempre funcionou com baixo capital constante, porém os proprietários sempre tiveram alguns empregados. Ela começou a operar com uma máquina, 06 funcionários, e uma produção de 800 kg/dia, e assim continuou até 1988, conforme mostra a tabela a seguir²⁵:

TABELA Nº 07

VARIÁVEIS	1961	1988	1993
Nº de máquinas	01	01	06
Nº de empregados	06	06	53
Estoque farinha (sc)	--	650	3.000
Nº de caminhões	01	01	07
Produção diária	800 Kg	800 Kg	13 Ton

Fonte: Dados da pesquisa de campo. Nova Palma, Junho de 1994. Montagem do autor.

Pelos dados da Tabela, percebemos que nos 27 primeiros anos, a fábrica de massas é mantida praticamente com o mesmo patrimônio. Porém, a partir de 1988, ou seja, nos últimos 06 anos,

²⁵ Trabalhamos com os dados de 1961 também, porque é o ano da fundação desta pequena fábrica, como já nos referimos, e para mostrar a não alteração no crescimento até 1988.

deu-se um aumento considerável no patrimônio do pequeno proprietário, expresso no nº de máquinas e de caminhões, por exemplo.

Entre 1961 e 1988 o aumento na quantidade de máquinas é nulo, porém, entre 1988 e 1993, aconteceu um aumento em torno de 500%. E isto aconteceu, porque somente a partir de 1988, como já nos referimos, é que a Fábrica de Massas Alimentícias passou a ter um único dono, que investiu na modernização dos instrumentos de trabalho. O atual proprietário conseguiu ser o único porque

"(...) a sociedade começou a se separar, cada um dos sócio queria tê sua própria atividade. Ai eu comprei a parte dos outros sócios".

A partir daquele momento, conforme depoimento do pequeno proprietário, há um reinvestimento dos lucros na própria fábrica:

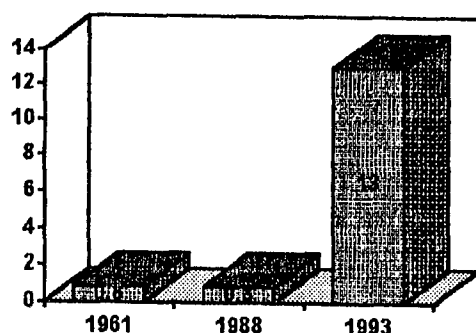
"De 1988 em diante, com as máquina nova, aumentô a produção e as venda né, e eu comecei a investi na fábrica os lucro, bem mais do que os associado faziam antes. Antes não se investia quase nada".

E é isto que notamos observando os dados da Tabela anterior. Outrossim, deve ser devido àquela reinversão, que em 1993, a Fábrica contava também com um aumento considerável na quantidade de operários, que passa de 06 em 1988 para 53, ou seja, aumenta quase 800%. Antes deste período, entre 1961 e 1988, o nº de empregados foi mantido o mesmo; na quantidade de caminhões, que passa de 01 em 1988 para 07 em 1993, aumentando em torno de 600%; no estoque de farinha, que de 650 sacas em 1988 passa para 3.000 em 1993, ou seja, aumenta cerca de 361%; e na produção diária, que, no mesmo período, passou de 800 Kg para 13 toneladas/dia. A evolução

na produção diária de massas alimentícias é apresentada no Gráfico a seguir.

GRÁFICO Nº 06*

Evolução da produção diária na Fábrica de Massas Alimentícias Nova Palma Ltda, entre 1961 e 1993, em toneladas.



* Montagem do autor.

Durante 27 anos se produziu em torno de 800 Kg/dia de massas alimentícias, enquanto nos últimos 06 anos apenas, a produção já evoluiu para 13 ton/dia. Ou seja, entre 1961 e 1988 o aumento na produção diária foi nulo, porém, entre 1988 e 1993, o aumento foi de aproximadamente 1.520%. O crescimento é notadamente substancial.

Com relação à produção em si, um dos operários entrevistados nos afirmou:

"(...) a farinha chega, vai prum caixão. Ali vai o processo do corante, tudo, que larga automaticamente pra máquina, onde sai a massa né. Todos tipo de massa já sai pronto. Sai nas pennera né. Aí, das pennera vem otro processamento que passa por uma pré-secage. Depois vai pra secage, que ali leva 12 horas pra secar. Aí retira do forno né, e vai pro empacotamento. (...) Esse trabalho leva 02 dia até a massa ficar pronta".

A jornada de trabalho é de 08 horas por dia. Em geral, os trabalhadores, em Dezembro de 1993, ganhavam 1,5 salários mínimos por mês, enquanto os que trabalhavam no serviço mais puxado, como a distribuição da produção, ganhavam cerca de 03 salários mínimos.

"Agora já comprei uma máquina automatizada que vai produzi 54 ton/dia até o final de 1995. Ela vai produzi pelas 06 máquina velha".

Esta declaração do pequeno proprietário no período da pesquisa de campo, mostra seus novos investimentos em capital constante. Com isto, pelo menos em Junho de 1994, a tendência era aumentar o resultado da produção em quantidade e qualidade, e o número de operários.

Quanto ao dinheiro, ou melhor, ao salário que o operário recebe do seu patrão, este lhe serve para adquirir as mercadorias necessárias à sua sobrevivência, e portanto, à sua re-produção biológica e social. O operário vende sua força de trabalho exatamente para poder sobreviver.

Quando perguntados se podiam viver com o salário que recebiam, os operários foram unânimes:

"Prá Nova Palma tá bom. Dá pra vivê bem. A gente não paga aluguel né. Aos pouco a gente consegue comprá uma televisãozinha preto e branco, uma geladeira, as coisinhas mais necessária que precisa. (...) Leva um tempinho pra comprá, mas compra né";

"A gente vai levando né. Não tem outra opção de trabalho na cidade. Procuramo comprá só o mais necessário pra vivê e criá os filho".

São os produtos comprados com o salário e consumidos fora

do processo de trabalho, que fornecem energia ao operário para a efetivação da produção.

Nesse sentido, até mesmo as horas de lazer do operário, o descanso, a alimentação, a casa própria, quando as tem evidentemente, parece-nos que são momentos articulados à concretização do processo de trabalho, e ao mesmo tempo, ao processo de valorização do capital pertencente ao capitalista. Ou ele não descansa diariamente para poder trabalhar no dia seguinte? Morando em sua própria casa, ele não se sentirá melhor e disposto para trabalhar?

A modernização do maquinário da Fábrica de Massas a partir de 1988, e conseqüente ampliação da produção, empregos e vendas²⁶, significa a continuidade de uma produção onde todos estes elementos, tanto capital constante como variável, nada mais são do que uma ampliação das condições de re-produção e acumulação do próprio capital. O que o operário da Fábrica de Massas Alimentícias produz, não é massas para si, mas capital para seu patrão.

Interpretando a alienação do trabalho em Marx, Silva (1987) e Vasquez (1990) afirmam que ela se efetiva em três momentos. O primeiro momento se dá

"(...) quando o trabalhador vende a força de trabalho ao capitalista. Aí ele se separa dela, aliena-a para o capitalista em troca de um salário (...)" (Silva, 1987, p.51).

O segundo momento está na produção em si, durante as

²⁶ A ampliação da área de atuação da Fábrica de Massas Alimentícias Nova Palma Ltda, entre 1988 e 1993, mostraremos no próximo Capítulo.

atividades produtivas do dia-a-dia. O trabalho assalariado se aliena na própria atividade, no local de trabalho onde produz as mercadorias. Portanto, no mesmo momento em que transfere-se ao produto e produz sobretrabalho, que, a partir da comercialização, poderá se transformar em capital nas mãos do patrão:

"O trabalho alienado irá materializar-se no produto que sairá do segundo momento, isto é, que sairá da produção imediata; nele estará incorporada toda a mais-valia extorquida" (Silva, 1987, p.52);

E o terceiro momento da alienação do trabalho se concretiza justamente porque o trabalhador não se apropria do resultado de seu trabalho. Enquanto produz em conjunto com os demais operários, a apropriação das mercadorias produzidas é individual, privada.

Três momentos que são momentos de um mesmo processo, que é o processo de produção, circulação, troca e consumo de mercadorias, e portanto, de produção e acumulação de capital. Três momentos que se dão claramente na Fábrica de Massas Alimentícias Nova Palma Ltda, desde a compra da força de trabalho pelo patrão, passando pela objetivação do trabalho durante a produção, até a realização das mercadorias.

Para que o processo tenha êxito, os capitalistas têm que realizar as mercadorias produzidas. É comercializando-as que se apropriarão do trabalho não pago nelas incorporado pelo trabalhador imediato. E isto é válido, obviamente, para o dono da Fábrica de Massas alimentícias, que trocará as mercadorias por dinheiro, com que possivelmente comprará mais instrumentos, força de trabalho,

etc.

Sobre os lugares de destino do resultado da produção da Fábrica de Massas Alimentícias Nova Palma Ltda, comentaremos no próximo Capítulo.

3.2. DO TRABALHO FAMILIAR EM NOVA PALMA

3.2.1 AS PRODUÇÕES ARTESANAIS

Assim como encontramos no Município de Nova Palma atividades produtivas sob trabalho assalariado, também encontramos atividades não especificamente capitalistas com trabalho familiar, ou seja, onde os membros da família são os donos dos estabelecimentos e instrumentos de trabalho. Estas produções artesanais são algumas das que sobreviveram ao declínio sócio-econômico da Ex-Colônia Silveira Martins.

Comentamos no sub-capítulo anterior, um pouco da subordinação do operário no capital. Mas o que acontece numa atividade produtiva onde não há trabalho assalariado, condição indispensável à produção de valor? Será que o agente produtivo e dono dos instrumentos de trabalho se apropria do trabalho excedente produzido?

Na tentativa de responder a estas perguntas, abordaremos neste Capítulo alguns aspectos da produção numa Fábrica de picolés e sorvetes, numa Fábrica de calçados, numa Fábrica de vassouras e em alguns estabelecimentos voltados à produção de vinho, todos, submetidos ao trabalho familiar.

Parece-nos que a extorção do trabalho excedente praticado nas referidas atividades artesanais se dá a partir da relação recíproca, porém antagônica que os agentes produtivos mantêm com o capital comercial e industrial, representados por mediadores como os comerciantes intermediários, uma vez que nenhum dos pequenos

proprietários inquiridos faz financiamentos para concretizar o processo produtivo.

Vejamos: os dois pequenos proprietários da Fábrica de picolés e sorvetes (CREMOGEL), adquirem no mercado as matérias-primas como a casquinha, aromatizantes, açúcar, embalagens, palitos, e leite em pó e líquido, e vendem picolés e sorvetes; o pequeno proprietário da Fábrica de calçados compra matérias-primas como couro, solas de borracha e de couro, cola, presilhas, linha, taxas, saltos de borracha, forros de nylon, e vende botas de couro, sapatos, chinelos e sandálias; os donos da Fábrica de vassouras desenvolvem o comércio de palha, cabos, arame, fio plástico, prego e rótulos, e de vassouras evidentemente; e os pequenos produtores de vinho, que para tal, compram a uva e vendem o vinho.

Fundada em 1976, a Fábrica de picolés e sorvetes (CREMOGEL) localizada em um Distrito do Município de Nova Palma, hoje pertence a apenas 02 membros daquela família. Segundo um dos pequenos proprietários, esta fábrica foi iniciada com o capital familiar acumulado anteriormente através de um pequeno Restaurante e Hotel de propriedade da família:

"(...) o hotel não tinha muito movimento. Quase todos que se hospedavam era só viajante. Aí ficamos sabendo que davam curso em Porto Alegre pra fazê picolé e sorvete né. E começamos a fazê os curso (...). Compramos os primeiros freezer com o dinheiro que tinha do hotel, e começamos a produzi os picolé aos pouco né".

O comércio sempre foi a única atividade desenvolvida por aquela família, desde o final da década de 30.

Lentamente, os pequenos proprietários vêm ampliando a

produção e a comercialização da Fábrica de picolés e sorvetes, mas nunca tiveram, nem têm, empregados assalariados efetivos. O que dá-se neste processo produtivo é, no período de maior produção, um caso de trabalhadores temporários que trocam horas de desgaste da sua força de trabalho por uma remuneração mensal. A jornada de trabalho é maior, evidentemente, no período de maior venda dos produtos, que são os meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro. Nestes meses chega a atingir 12 horas por dia.

A evolução do patrimônio nesta pequena Fábrica pode ser assim resumida²⁷:

TABELA Nº 08

PATRIMÔNIO	1976	1988	1993
PRODUÇÃO MÉDIA MENSAL* DE PICOLES (UNID)	300	25.000	60.000
PRODUÇÃO MÉDIA MENSAL DE SORVETES (L)	100	1.500	5.000
Nº DE CAMINHÕES	--	--	01
Nº DE FREEZERS	01	15	60

* Calculada pela média aritmética, assim como no caso dos sorvetes, com a produção dos meses de Janeiro, Fevereiro, Março, Novembro e Dezembro de cada ano referido.

Fonte: Dados da pesquisa de campo. Nova Palma, Junho de 1994. Montagem do autor.

Considerando os dados da Tabela, percebemos um aumento na produção média mensal de picolés entre 1976 e 1988, que passa de 300 unidades para cerca de 25.000, ou seja, aumenta em torno de

²⁷ Acrescentamos os dados do ano de 1976 porque é o ano da fundação desta pequena fábrica.

8.230% em 13 anos. Já entre 1988 e 1993, o aumento verificado na produção média mensal de picolés gira em torno de 140%, passando de 25.000 unidades para 60.000 em 06 anos.

Ao mesmo tempo, notamos um acréscimo na produção média mensal de sorvetes entre 1976 e 1988, de aproximadamente 1.400%, quando passa de 100 litros para cerca de 1.500. Posteriormente, entre 1988 e 1993, a produção média mensal de sorvetes passa de 1.500 litros para 5.000, ou seja, cresce em torno de 233%.

Em termos gerais, o crescimento na produção média mensal de picolés, entre 1976 e 1993 (18 anos), foi de aproximadamente 19.800%, passando de 300 unidades para 60.000, e, o aumento na produção média mensal de sorvetes foi em torno de 4.900%, passando de 100 litros para 5.000. O crescimento, portanto, na produção mensal de picolés foi bem maior do que o verificado na produção mensal de sorvetes. Segundo informações de um dos pequenos proprietários, isto aconteceu porque os picolés são mais baratos ao consumidor. Logo, a procura e o consumo são maiores.

Conforme esta mesma fonte ainda, este aumento na produção vem acontecendo devido à gradativa reinversão de parte dos ganhos, principalmente, na quantidade de freezers, e, devido à ampliação dos lugares de venda da produção²⁸. Observando os dados da Tabela anterior, notamos que a quantidade de freezers desta pequena Fábrica passa de apenas 01 unidade em 1976 para 15 em 1988, aumentando 1.400%, e para 60 unidades em 1993, registrando um

²⁸ Mostraremos o aumento nos lugares de venda desta fábrica no próximo Capítulo. Isto também é válido para a pequena fábrica de vassouras.

aumento em torno de 300% entre 1988 e 1993. É bem verdade que destes 60 freezers, apenas cerca de 25% são utilizados na produção direta, e o restante é emprestado aos re-vendedores, mas mesmo assim parece-nos um sinal do crescimento desta pequena fábrica. Já na quantidade de caminhões verificamos a existência de 01, somente em 1993.

A relação custo de produção versus ganho líquido nesta pequena Fábrica, em Dezembro de 1993, foi a seguinte:

TABELA Nº 09

A produção de picolés e sorvetes na CREMOGEL, em Dezembro de 1993

MERCA- DORIAS	TOTAL DA PRODU- ÇÃO	PREÇO DE VENDA P/ UNIDADE, EM REAIS	TOTAL GANHO BRUTO, REAIS	TOTAL CUSTO PRODUÇÃO REAIS*	TOTAL GANHO LÍQUIDO REAIS	PREÇO REVENDA P/ UNID REAIS
PICO- LÉS	60.000	0,19	11.400	4.560	6.840	0,30
SORVE- TES(2)	5.000	1,90	9.500	3.800	5.700	3,10

* Estão incluídos os gastos com a aquisição das matérias-primas, com o transporte para distribuir a produção aos re-vendedores, e com os empregados temporários;

Fonte: Dados da pesquisa de campo. Nova Palma, Junho de 1994.
Montagem do autor.

A produção custou naquele mês, conforme dados da tabela, aos pequenos proprietários, um total de R\$ 8.360,00 (Oito Mil e Trezentos e Sessenta Reais), sem considerar a manutenção dos instrumentos de trabalho e os impostos, que não foi possível precisar. Diariamente, 04 pessoas da família trabalham na produção. Cada picolé naquele mês foi vendido a R\$ 0,19 (Dezenove Centavos de Real), e os sorvetes a R\$ 1,90 (Um Real e Noventa Centavos) por

litro. Ou seja, os dois irmãos e pequenos proprietários tiveram naquele mês como total do ganho bruto R\$ 20.900,00 (Vinte Mil e Novecentos Reais), e como total do ganho líquido R\$ 12.540,00 (Doze mil e Quinhentos e Quarenta Reais), ou, aproximadamente 60%.

Estes 60% de ganho líquido foram divididos entre os dois irmãos. Aliás, cabe destacar que, segundo os pequenos proprietários, esta margem de ganho não é muito boa, e ainda é diminuída pelos impostos cobrados pelo Governo:

"Parece que dá bastante lucro, mas não dá. O que mata são os imposto que a gente tem que pagá. Olha tchê, a gente tem que levá controlado a coisa, senão não dá. (...) E além disso, nós só temo uma temporada de safra por ano né".

No que refere-se aos re-vendedores dos picolés e sorvetes, segundo informações dos pequenos proprietários da Fábrica, cada re-vendedor acresce o percentual que quizer. O índice varia entre 60 e 65%. Segundo esta mesma fonte, o lucro líquido dos re-vendedores gira em torno de 50%, desconsiderado o valor da força de trabalho, evidentemente. O custo para os re-vendedores é basicamente representado pelo uso de energia elétrica para conservação dos picolés e sorvetes. Será que seus lucros são maiores do que os ganhos dos pequenos proprietários produtores imediatos?

Já a pequena Fábrica de calçados localizada na cidade de Nova Palma, segundo informações prestadas pelo pequeno proprietário, foi fundada por volta de 1915 com capital familiar:

"Faz muito tempo que começamo com a fábrica. Acho que uns 80 ano. (...) Foi com dinheiro próprio né. (...) Fabricava o sapato, as botas, e o chinelo. (...) Quando trabalhava com meu pai, eu trabalhava na indústria e agricultura. Plantava trigo, feijão, milho (...). Mas isso aqui começo com meu avô que veio da Itália né, e trabalhava na profissão. Al o meu tio que morava aqui (...) e meu pai, aprenderam com ele. Inclusive, eu trabalhei 8 ou 9 anos com ele, com meu avô né. Aprendi bastante com ele. No início produzia um par por dia, ou 2 par. Era tudo artesanato né".

Naquele período, a produção era feita apenas para suprir as necessidades da família, e assim se acomodaram:

"a idéia dos velho não deixava ampliá a produção né. Se 03 par de bota chegava pra comprá o que precisava, se produzia só isso".

Parece-nos que havia um certo equilíbrio entre a produção e o consumo.

Nos primeiros anos, a produção dos calçados era totalmente artesanal, como comentou o pequeno proprietário acima. Provavelmente, também era totalmente manual, uma vez que as primeiras máquinas só foram adquiridas na década de 40: uma máquina de costura e uma lixadeira.

Já na década de 80, segundo informações prestadas pelo dono, este comprou uma estufa e uma prensa, e, depois disso,

"(...) as máquina são sempre as mesma né. São máquinas elétricas, menos a de costura".

O incremento do capital constante na fábrica de calçados, a partir de 1988, mais especificamente, parece ser praticamente nulo. Seus instrumentos de trabalho podem ser considerados rudimentares em comparação à indústria moderna de calçados, e não

têm operários, apesar de destinarem à comercialização os produtos produzidos. Não há re-venda dos calçados produzidos, e a jornada de trabalho de 03 membros da família é de 08 horas diárias.

A evolução da produção média mensal²⁹ na fábrica de calçados depois da aquisição das últimas máquinas em 1988, é a seguinte³⁰:

TABELA Nº 10

MERCADORIA	1988	1993
BOTAS DE COURO (pares)	50	30
SANDÁLIAS (pares)	100	20
CHINELOS (pares)	100	100

Fonte: Dados da pesquisa de campo. Nova Palma, Junho de 1994. Montagem do autor.

Pelos dados apresentados, percebemos que entre 1988 e 1993, a produção média mensal das botas de couro passa de 50 para 30 pares, ou seja, diminui cerca de 40%; a produção média mensal das sandálias sofre uma alteração ainda maior, passa de 100 para 20 pares, ou seja, diminui em torno de 80%; e a produção média mensal de chinelos continua a mesma. O pequeno proprietário declarou em entrevista, quando indagávamos sobre a produção:

"As venda tão diminuindo em vez de aumentá. Eu não sei porque, talvez por causa da crise. (...) Hoje existe muitas indústrias, então existe muita concorrência".

²⁹ Os cálculos foram feitos pela média aritmética com a produção de todos os meses de cada ano referido.

³⁰ Não apresentamos os dados da produção média mensal no ano da fundação (1915), porque eles não existem.

Na relação custo de produção versus ganho líquido, exemplificaremos com a produção das botas de couro, no mês de Dezembro de 1993.

TABELA Nº 11

A produção de botas de couro na fábrica de calçados, em Dezembro de 1993, em pares.

MERCA- DORIA	TOTAL DA PRODU- ÇÃO	PREÇO DE VENDA P/ UNIDADE, EM REAIS	TOTAL GANHO BRUTO, REAIS	TOTAL CUSTO PRODUÇÃO REAIS*	TOTAL GANHO LÍQUIDO REAIS	PREÇO REVENDA P/ UNID REAIS
BOTAS DE COURO	30	75,00	2.250	1.050	1.200	--

* Estão incluídos os gastos com a compra das matérias-primas e com os impostos;

Fonte: Dados da pesquisa de campo. Nova Palma, Junho de 1994. Montagem do autor.

Notamos que o total do custo de produção foi de R\$ 1.050,00 (Um Mil e Cinquenta Reais). Cada par de botas foi vendido naquele mês a R\$ 75,00 (Setenta e Cinco Reais). Portanto, o total do ganho bruto foi de R\$ 2.250,00 (Dois Mil e Duzentos e Cinquenta Reais), e o total do ganho líquido foi de R\$ 1.200,00 (Um Mil e Duzentos Reais), cerca de 53,3%. Diariamente, 03 pessoas da família trabalham na produção. Segundo informação do proprietário, esta margem de ganho líquido também é válida para as sandálias e chinelos que produzem, e é dividida entre os membros da família.

A Fábrica de vassouras está localizada também em um dos Distritos do Município de Nova Palma. Segundo informações do próprio, o atual pequeno proprietário desta fábrica era dono de uma Fábrica de Cervejas, que faliu em 1938. Entre 1938 e 1945, ele

viveu, juntamente com sua família, de uma pequena atividade mercantil:

"No início, desde 1920, nós tinha a fábrica de cerveja. O nome da cerveja era Frente Única, e a água de soda, a gasosa e o guaraná se chamavam Lígia. (...) Depois, em 1938 mais ou menos, com a descapitalização da fábrica, passamos a viver do comércio. (...) E mais tarde né, lá por 45, resolvemos investir numa fábrica de vassoura".

Por volta de 1945 portanto, comerciantes e "industriais" por tradição, o pequeno proprietário volta-se à produção de vassouras. Produção que foi continuada por seus descendentes, e ainda hoje, é totalmente artesanal e baseada apenas no trabalho dos membros da família. A produção é voltada à comercialização.

Conforme informações do dono da fábrica de vassouras, esta começou a operar com uma máquina, e em 1993 esta pequena fábrica continuava com uma única máquina, a mesma desde o início, em 1945. É nulo portanto o aumento na quantidade de máquinas durante os quase 50 anos de existência desta fábrica.

A evolução da produção média mensal³¹ na fábrica de vassouras é a seguinte³²:

³¹ Calculada pela média aritmética, com a produção de todos os meses de cada ano referido.

³² Apresentamos os dados do ano de 1945, porque é quando funda-se esta pequena fábrica, e para mostrar o ritmo lento em sua evolução.

TABELA Nº 12

MERCADORIA	1945	1988	1993
VASSOURAS (dúzias)	20	34	15,5

Fonte: Dados da pesquisa de campo. Nova Palma, Junho de 1994.
Montagem do autor.

Notamos pelos dados da tabela, que a produção média mensal aumenta entre 1945 e 1988 (43 anos) cerca de 70%, passando de 20 dúzias para 34. Porém, entre 1988 e 1993, apenas 06 anos, deu-se uma redução na produção média mensal desta pequena fábrica em torno de 54%, quando passa para 15,5 dúzias. Segundo informações do dono, esta diminuição vem acontecendo devido à concorrência dos fabricantes das vassouras de plástico, e devido às dificuldades para conseguir a matéria-prima (palha) para produzir as vassouras.

Vejamos a relação custo versus ganho na fábrica de vassouras.

TABELA Nº 13

A produção de vassouras, em Dezembro de 1993, em dúzias.

MERCA- DORIA	TOTAL DA PRODU- ÇÃO	PREÇO VENDA P/ UNID REAIS	TOTAL GANHO BRUTO, REAIS	TOTAL DO CUSTO DE PRODUÇÃO REAIS*	TOTAL GANHO LÍQUIDO REAIS	PREÇO REVENDA P/ UNID REAIS
VASSOU RAS	11	2,00	264,00	198,00	66,00	2,90

* Estão incluídos os gastos com a aquisição das matérias-primas, com o transporte das mercadorias até os re-vendedores, e com os impostos;

Fonte: Dados da pesquisa de campo. Nova Palma, Junho de 1994.
Montagem do autor.

Como percebemos, para produzir as vassouras naquele mês,

no total, o dono do estabelecimento gastou R\$ 198,00 (Cento e Noventa e Oito Reais). O preço de venda por unidade, naquele mês, foi de R\$ 2,00 (Dois Reais), o que rendeu um total bruto de R\$ 264,00 (Duzentos e Sessenta e Quatro Reais), ou, um total líquido de R\$ 66,00 (Sessenta e Seis Reais), aproximadamente 25%, ao pequeno proprietário e aos membros de sua família. Conforme informações do dono, a produção no mês de dezembro de 1993 (11 dúzias) foi menor do que a média mensal do ano (15,5 dúzias), porque a procura pelo produto diminuiu naquele mês. A produção imediata envolve diariamente duas pessoas.

O pequeno proprietário acha pequena esta margem de ganho, da mesma forma que acha impagável uma máquina nova:

"(...) se comprá uma máquina melhor, do jeito que tão os preço, a gente não consegue pagá nunca. (...) O lucro que dá, só dá uns troco".

No que refere-se à re-venda das vassouras, elas foram re-vendidas naquele mês a R\$ 2,90 (Dois Reais e Noventa Centavos) cada, ou seja, com um acréscimo de 45%. Desconsiderando o valor da força de trabalho dispendida na re-venda e que os gastos são praticamente nulos nesta atividade, acreditamos que este índice corresponda ao lucro líquido dos re-vendedores, ou seja, provavelmente, maior do que o ganho líquido dos produtores imediatos.

Os pequenos produtores de vinho, proprietários de suas terras, praticam esta atividade por herança de seus antepassados italianos. A maioria deles produz apenas uma parte das uvas utilizadas no fabrico. A outra parte, conforme dados da Secretaria

Municipal da Agricultura, em torno de 50%, é adquirida em Caxias do Sul ou Bento Gonçalves. A produção é totalmente artesanal e é feita em pequena quantidade, sendo que o excedente é comercializado nos arredores pelos consumidores diretos. O vinho não é re-vendido.

Segundo dados da Secretaria Municipal da Agricultura, em 1988, a área cultivada com a uva no Município de Nova Palma foi de 63 ha, e a produção, de 5.000 kg/ha. Em 1993, a área cultivada e a produção continuavam as mesmas. Ou seja, nos últimos 06 anos, o cultivo da uva no Município foi mantido praticamente o mesmo.

Entrevistamos três dos pequenos produtores de vinho, mas exemplificaremos a relação custos versus ganho com apenas um que acreditamos expressar a média produtiva no Município³³.

Na safra referente ao ano de 1993, determinado fabricante produziu 800 garrafas de vinho. Vejamos a Tabela nº 14.

TABELA Nº 14

A produção média de vinho no Município de Nova Palma, safra de 1993, em garrafas

PRODU- TO	TOTAL DA PRODU- ÇÃO	PREÇO VENDA P/ UNID REAIS	TOTAL GANHO BRUTO REAIS	TOTAL DO CUSTO DE PRODUÇÃO REAIS*	TOTAL DO GANHO LÍQUIDO EM REAIS	PREÇO REVENDA P/ UNID REAIS
VINHO	800	0,71	568,00	160,00	408,00	--

* Estão incluídos os gastos com a compra da uva e o seu transporte até as pequenas unidades produtivas;

Fonte: Dados da pesquisa de campo. Nova Palma, Junho de 1994. Montagem do autor.

³³ Segundo informações do secretário municipal da agricultura, a média produzida por pequeno produtor anualmente, gira em torno de 800 garrafas de vinho, e esta média tem sido conservada a mesma nos últimos 06 anos (1988-1993). Conforme esta mesma fonte, no Município de Nova Palma, existem cerca de 20 pequenos produtores que produzem vinho e vendem os excedentes.

Segundo informações do fabricante, o total do custo de produção foi de R\$ 160,00 (Cento e Sessenta Reais), ou, R\$ 0,20 (Vinte Centavos de Real) por garrafa. O preço de venda da produção daquela safra equivale a R\$ 0,71 (Setenta e Um Centavos de Real) por garrafa, logo, o pequeno produtor ganhou bruto um total de R\$ 568,00 (Quinhentos e Sessenta e Oito Reais). Seu ganho líquido total foi portanto, de R\$ 408,00 (Quatrocentos e Oito Reais). Ou seja, o total do ganho líquido girou em torno de 72%.

É importante destacar que existe uma certa dependência dos pequenos produtores de vinho de Nova Palma, com relação à uva produzida em Caxias do Sul ou Bento Gonçalves. Um dos pequenos produtores entrevistados declarou:

"(...) Se não tivesse a uva de Caxias e Bento, nós produzía bem menos vinho. (...) A uva de lá é melhor, pra fazê o vinho branco né".

Além disso, eles afirmaram que não conseguem aumentar a produção porque falta incentivos, e principalmente, porque o mercado consumidor local é pequeno.

Ao lado do crescimento do patrimônio e da produção da Fábrica de Massas Alimentícias entre 1988 e 1993, a Fábrica de vassouras tem experimentado uma diminuição na produção e uma não alteração na quantidade de máquinas; os pequenos produtores de vinho, uma não alteração na produção; e a Fábrica de calçados, uma manutenção da quantidade de máquinas e uma redução na produção. A única exceção parece ser a Fábrica de picolés e sorvetes, que apresentou um bom crescimento relativo na produção e na quantidade

de freezers entre 1988 e 1993³⁴.

Comparando os índices de ganho líquido de cada atividade artesanal, constatamos que o percentual de ganho aproximado dos pequenos produtores de vinho e dos pequenos produtores de picolês e sorvetes foi superior aos índices obtidos pelos pequenos produtores de calçados e pelos pequenos produtores das vassouras, em Dezembro de 1993³⁵:

UNIDADE PRODUTIVA	PEQUENOS PRODUTORES VINHO	FÁBRICA DE PICOL. E SORV.	FÁBRICA DE CALÇADOS	FÁBRICA DE VASSOURAS
ÍNDICE GANHO LÍQUIDO (%)	72	60	53,3	25

Os ganhos foram, respectivamente, 72, 60, 53,3 e 25%. Ora, o que justifica estes índices? Os diferentes custos de produção em cada unidade produtiva familiar? A existência ou não de re-vendedores que necessariamente se apropriam de parte do sobretrabalho dos produtores diretos?

Norteados pelos três momentos do processo de alienação do trabalho referidos no item anterior - Do trabalho assalariado -, supomos que o primeiro momento verificado na Fábrica de Massas Alimentícias não se dá claramente nestas produções artesanais, pois não há trabalho assalariado, ou melhor, não existe nas atividades artesanais um patrão que adquire no mercado força de trabalho

³⁴ Faremos esta comparação no próximo Capítulo, mais detalhadamente, acrescentando os dados da Fábrica de Massas Alimentícias e da CAMNPAL.

³⁵ Exceto no caso dos pequenos produtores de vinho, onde o índice apresentado corresponde ao ganho líquido aproximado referente à safra do ano de 1993.

mediante o pagamento de um salário. Por outro lado, os pequenos produtores artesanais e os membros de suas famílias, também não são empregados de algum patrão, pelo menos de forma clara. Possivelmente, o primeiro momento da alienação nestas atividades artesanais, aconteça disfarçadamente.

Com relação ao segundo momento da alienação, ele pode acontecer nestas atividades, pois há uma transferência das forças do produtor ao produto, aos excedentes e mercadorias posteriormente comercializadas. Apesar do agente produtivo ser o próprio dono dos meios de produção, é possível que o terceiro momento da alienação também se verifique, devido à possíveis desajustes entre os preços das matérias-primas versus os preços do resultado da produção, no mercado³⁶.

Enquanto que o sobretrabalho dos operários é extorquido diretamente pelo patrão, o trabalho excedente dos pequenos produtores artesãos possivelmente é extorquido disfarçadamente pelos proprietários do capital industrial que lhes vendem as matérias-primas e instrumentos de trabalho, e pelos intermediários que re-vendem o resultado de suas produções, no caso dos picolés e sorvetes e das vassouras, ou seja, pelo capital comercial. Como nenhum dos artesãos abordados afirmaram ter feito financiamentos, não ocorre naquelas atividades, pelo menos por esta via, a subordinação ao capital financeiro.

O que parece acontecer neste tipo de atividade produtiva sob trabalho familiar, pelo menos na Fábrica de calçados e na

³⁶ Não foi possível fazermos esta comparação, porque não conseguimos os dados necessários.

Fábrica de Vassouras, pela não alteração na quantidade de máquinas entre 1988 e 1993, e pelo nível de vida que têm, é que o pequeno produtor se apodera, após a venda dos produtos, apenas de uma fração do que produz.

O que o produtor artesanal produz para si, no caso das vassouras, dos picolés e sorvetes, e dos calçados, produtos dirigidos à venda, não são os calçados, nem os picolés e sorvetes, nem as vassouras, mas sim, ao que parece, apenas uma parcela de seu próprio trabalho que absorve na comercialização destas mercadorias. O mesmo vale dizer para os pequenos produtores de vinho que vendem os excedentes.

Estes pequenos proprietários não são capitalistas só porque têm algum dinheiro, instrumentos de trabalho e matérias-primas. Isto não significa que estes elementos imprescindíveis à concretização do processo produtivo não são capitais. De fato são capitais, mas capitais familiares, pois falta àqueles pequenos empreendedores para se tornarem empresas especificamente capitalistas, incrementar o capital constante; intensificar a produção e a comercialização; e adquirir a única mercadoria que produz mais valor, que é a força de trabalho.

O que verificamos sim, referente à Fábrica de picolés e sorvetes, é uma espécie de trabalho temporário remunerado, praticado no período de verão, ou seja, no período de maior produção e comercialização dos picolés e sorvetes. Segundo Silva (1987), esse tipo de relação de trabalho não tem uma conotação capitalista.

"Nesse caso, o produtor divide parte dos seus ganhos com o trabalhador que lhe prestou serviço, sob a forma de salário, mas não é um salário capitalista" (Ibid, p.40).

Na Fábrica de picolés e sorvetes, portanto, os pequenos proprietários do estabelecimento e dos meios de produção não travam com os assalariados temporários uma relação social de produção especificamente capitalista, como a verificada na Fábrica de Massas Alimentícias.

3.2.2. A COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA NOVA PALMA LTDA (CAMNPAL) E AS UNIDADES DE EXPLORAÇÃO AGRÍCOLA

"O pequeno produtor só em parte trabalha para si; consome fração de sua força de trabalho e se apodera de uma pequena parte do que produz. Assim sendo, está trabalhando para outros que não se materializam diante dele para exigir nada, porque estão escondidos na pele dos negociantes da mercadoria, dos vendedores de insumos, dos financiadores de empréstimos; todos eles emissários do capital" (Silva, 1987, p.54).

Até agora vimos um pouco da alienação do trabalho em uma atividade industrial com trabalho assalariado, e da subordinação em atividades artesanais com trabalho familiar. Procuraremos agora, descrever alguns aspectos da subordinação e alienação do trabalho agrícola, também familiar.

Aparentemente, o pequeno produtor agrícola familiar novapalmense é livre, pois é proprietário dos instrumentos de trabalho e das terras que cultivam. Agora, qual será sua real situação frente aos capitalistas, ou, ao capital? Quem se apropria do trabalho excedente que produz?

Nas unidades de exploração agrícola do Município de Nova Palma/RS, todas as pessoas da família desempenham praticamente todas as atividades do ciclo produtivo. As atividades vão desde o preparo das terras para o plantio, roçadas, colheitas, até atividades acessórias como a criação de porcos e galinhas para o sustento da família.

A jornada de trabalho diária do pequeno produtor agrícola

varia de acordo com a época do ano, e ao mesmo tempo, com os produtos cultivados. Trabalha-se uma carga horária maior no período de plantio e de colheita dos produtos agrícolas.

Do total produzido em cada unidade de exploração familiar, alguns produtos são cultivados exclusivamente para subsistência, como a mandioca, a batata-doce, hortaliças, cana-de-açúcar³⁷, etc. Em cada pequena propriedade, junto à residência da família, encontramos a horta, onde produzem verduras e legumes, e o pomar, com árvores frutíferas. Também praticam a criação de aves e suínos. Tudo, voltado diretamente ao consumo da família do agricultor. Somente no caso da criação de algumas cabeças de gado bovino, é que parte do leite é vendido à Cooperativa Agrícola local. Produz-se também produtos em que uma parte é destinada à subsistência do produtor e sua família, e outra, é comercializada com a Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda (CAMNPAL), geralmente³⁸, como o arroz, o feijão e o milho. Outrossim, cultivam-se na área em estudo, produtos com somente valor de troca para os produtores imediatos, como a soja, o trigo e o fumo.

No seio da unidade produtiva agrícola, as crianças, desde pequeninas são iniciadas na prática produtiva. Geralmente elas

³⁷ A cana-de-açúcar é utilizada na alimentação da família, no caso do açúcar mascavo e do melado, e, na alimentação do gado. O melado e o açúcar são produzidos na própria unidade familiar. Primeiro o pequeno agricultor limpa a cana e faz a moagem, e depois ferve o suco até a água evaporar, resultando no açúcar mascavo.

³⁸ Geralmente, porque descobrimos no decorrer de nossa investigação, que alguns plantadores vendem uma pequena parte de sua produção para outras Cooperativas Agrícolas, principalmente no caso do feijão. No caso fumo, a maior parte da produção é comercializada com as empresas tabagistas: Souza Cruz, Tabacos Brasileiros, Fumossul e Meridional de Tabacos.

estudam meio turno, mas no restante do dia fazem os serviços mais leves, como o manejo dos bezerros e vacas de leite, e tratam os porcos e galinhas. Entre os 12 e 15 anos, já desempenham algumas atividades feitas primordialmente por adultos, como o plantio, a limpeza e a adubação do terreno. Um dos pequenos agricultores entrevistados declarou:

"Isso é importante né, porque eles vão se apegando à lida da roça, e vão pegando gosto, e depois ficam na lavoura".

Muitas das crianças possivelmente contribuirão na reprodução do trabalho agrícola familiar.

Cerca de 30% dos pequenos agricultores entrevistados utilizam na produção somente a força de tração animal, como bois e arados. Os demais instrumentos de trabalho são, principalmente, a enxada, a carroça, a foice, a máquina manual de plantar, a foicinha e o ancinho. O restante dos pequenos agricultores combinam a força de tração animal com a força mecânica, como tratores e trilhadeiras, muitas vezes alugadas. Em geral, as atividades agrícolas locais têm um baixo grau de mecanização.

É a seguinte a atual estrutura fundiária do Município de Nova Palma/RS:

TABELA Nº 15

ESTRATOS (ha)	ESTABELECIMENTOS
0 a 10	501
11 a 50	756
51 a 100	113
101 a 200	21
201 a 500	04
mais de 500	01
TOTAL	1.396

Fonte: Relatório anual da Secretaria Municipal da Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente (SMADEMA). Nova Palma/RS, Prefeitura Municipal, 1993.

Ou seja, exatamente 90% das unidades de exploração agrícola do Município de Nova Palma podem ser consideradas pequenas propriedades. Sua estrutura fundiária baseada na pequena propriedade e no trabalho familiar, como já nos referimos no Capítulo II, é o resultado da forma pela qual deu-se a ocupação daquele espaço, ou seja, do processo de colonização no estado através de imigrantes italianos.

Segundo o relatório da SMADEMA já referido, dos 1.346 produtores agrícolas do Município, 1.156 são pequenos proprietários, 120 arrendatários e 70 são ocupantes. Ou seja, 86% dos agricultores do Município de Nova Palma são pequenos proprietários das terras que ocupam e cultivam. Este alto índice de pequenos proprietários do Município é um traço marcante da produção social do espaço local, ou seja, dá-se desde os primórdios da ocupação em 1878, passando pelas transferências hereditárias e fracionamentos das terras, até os dias atuais.

A grande quantidade de propriedades e o baixo grau de mecanização das atividades agrícolas e de industrialização na cidade de Nova Palma, expressões da formação da economia local, se refletem na população do Município. Dos 7.650 habitantes registrados no Censo de 1991, 5.570 indivíduos residem no espaço agrário, ou seja, cerca de 73% da população, exatamente o contrário dos números relativos à distribuição populacional no estado do Rio Grande do Sul, onde aproximadamente 28% da população está no campo.

Conforme o Relatório da SMADEMA/1993 referido anteriormente, o trabalho agrícola no Município apresenta baixa produtividade em função do uso inadequado do solo, do baixo índice de fertilidade dos mesmos, da topografia acidentada, e em função das tecnologias rudimentares que são utilizadas na agricultura.

É claro que existem instrumentos rudimentares e antigos no Município, como afirma o relatório acima, e como já descrevemos, porém, o espaço agrário de Nova Palma/RS há décadas vem sendo invadido pelos agentes dos capitais comercial, industrial e financeiro que procuram fomentar o sistema de crédito bancário, a produção agrícola e a venda de implementos agrícolas, adubos químicos, inseticidas, fungicidas, etc, em nome da aceleração da produtividade e da melhoria do nível de vida dos produtores agrícolas.

No Brasil, e em particular no Rio Grande do Sul no pós-60, o capital tem se expandido às unidades de produção agrícola através de mecanismos tecnológicos ou industriais e financeiros. E um dos elementos básicos mediadores desta expansão foi o

cooperativismo empresarial. Al, as Cooperativas Agrícolas que conseguiram manter-se vivas foram justamente aquelas que serviram de mediadoras, aquelas que maximizaram oportunidades e atingiram uma racionalidade econômica semelhante às empresas capitalistas clássicas. Ou seja, aquelas que desenvolveram suas produções e atividades em relação aos diferentes mercados consumidores e que acumularam capital, desvirtuando os objetivos que giravam, ou que giram, em torno do associado.

Nesse sentido, as Cooperativas Agrícolas que não atingiram estes imperativos foram incorporadas às Cooperativas empresarialmente consolidadas. A Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda (CAMNPAL), fundada em 1963, portanto em meio a este processo, conseguiu sobreviver às incorporações mediante a diversificação de sua produção.

A CAMNPAL consolidou-se atuando como via "contratual" no desenvolvimento capitalista nas atividades agrícolas do Município de Nova Palma e em suas circunvizinhanças, através de quatro mecanismos principais, que garantiram a interconexão entre os associados e a Cooperativa: a comercialização da produção agrícola; a Assistência Técnica; o fornecimento de insumos em geral e posteriormente também de alimentos, roupas, etc; e os financiamentos para o cultivo agrícola³⁹. Todos mecanismos de

³⁹ Os financiamentos agrícolas são feitos através da Cooperativa de Crédito Rural de Nova Palma Ltda (CREDIPAL), que "gerencia" o dinheiro do produtor agrícola associado. Segundo depoimento do presidente da CREDIPAL, a Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda (CAMNPAL), Cooperativa de produção, é diferente da Cooperativa de Crédito Rural de Nova Palma Ltda (CREDIPAL). Da fundação desta última em 20.06.1981 até 01.09.1983, esta foi sustentada pela CAMNPAL, mais antiga e forte. A partir daí, a

integração e subordinação do pequeno produtor agrícola local, pois a receita da CAMNPAL provém destas atividades.

A nosso ver, a subordinação e exploração ocorrem desde o ato da associação do pequeno produtor agrícola mercantil à Cooperativa, pois este paga uma taxa correspondente a 20% do Salário Mínimo vigente, que é acrescida ao capital social da CAMNPAL, como eles denominam o capital constante da mesma. Um dos gerentes da Cooperativa nos afirmou:

"Referente à associação, o agricultor paga uma taxa que corresponde a 20% do Salário Mínimo da época (...)"

Em anexo nº 10, recibo que mostra o pagamento de um produtor agrícola referente à associação junto à Cooperativa.

Mas a subordinação e exploração continuam: com referência às mensalidades, é descontado 01% naquilo que chamam de cota capital, ou seja, do total da produção que o agricultor vende à Cooperativa. Isto ocorre até o 15º ano de associação, depois, o agricultor não desconta mais este percentual, como mostra a declaração de um dos gerentes da CAMNPAL:

"(...) referente às mensalidades, é descontado do agricultor 01% do total que ele entrega na Cooperativa. Mas ele tem uma vantagem, depois de 15 anos de associado, porque ele não desconta mais esse 01% de cota capital né".

CREDIPAL ganhou corpo "independente". Cada uma hoje, segundo o presidente da CREDIPAL, tem sua liberdade, sua estrutura administrativa, suas assembléias, suas prestações de contas, etc. A CREDIPAL ainda faz parte do Sistema de Crédito Cooperativo do RS (SICREDI). Para nós, cada uma tem sua estrutura de funcionamento, conforme organogramas administrativos em anexo sob nº 08 e nº 09, mas o objetivo geral parece que é o mesmo, ou seja, o mesmo que move uma empresa capitalista qualquer: acumulação de capital.

É o trabalho agrícola, familiar, em um dos inúmeros momentos em que contribui na acumulação de capital por parte da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda. Em anexo nº 11, documento que mostra este desconto de 01%, como cota capital.

Segundo a Cartilha Informativa/1993 da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda, esta possui uma estrutura organizacional composta por um Conselho de Administração que visa sempre o interesse da entidade e o bem comum; um Conselho Fiscal; um Conselho de Representantes, formado por associados que representam os interesses das "comunidades" junto à Cooperativa e da Cooperativa junto aos associados; e um Quadro Social composto em Dezembro de 1993 por 1.910 sócios, em sua grande maioria, mini e pequenos produtores agrícolas. Todos os associados da CAMNPAL tem direito ao voto. A cada matrícula, ou bloco, corresponde um voto. Logo, se uma família tiver duas matrículas, tem direito a dois votos⁴⁰. A evolução dos associados da CAMNPAL nos últimos 06 anos é a seguinte.

TABELA Nº 16

PERÍODO	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Nº ASSOCIADOS	1.400	1.580	1.797	1.850	1.984	1.910

Fonte: Relatório da Diretoria referente ao período 1990/93. Nova Palma/RS, CAMNPAL, 1993; e Cartilha Informativa/1993. Montagem do autor.

Em termos gerais, verificamos que o nº de associados da

⁴⁰ Segundo informações de um dos gerentes da CAMNPAL, todos os projetos de ampliação, diversificação e modernização das atividades envolvidas pela Cooperativa, sempre foram, e são, aprovados pelos associados em Assembléia Geral ou Assembléia Extraordinária.

CAMNPAL entre 1988 e 1993 aumenta cerca de 36,4%.

A CAMNPAL apresentou até o final de 1993, 169 funcionários que agilizam suas atividades junto à matriz localizada na cidade de Nova Palma, e junto às filiais localizadas no Município de Dona Francisca/RS e no Distrito de Caemborá, Município de Nova Palma. Nos últimos seis anos, a evolução do quadro de funcionários da CAMNPAL foi a seguinte.

TABELA Nº 17

PERÍODO	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Nº DE FUNCIONÁRIOS	91	119	140	130	155	169

Fonte: Relatório da diretoria referente ao período 1990/93. Nova Palma/RS, CAMNPAL, 1993; Montagem do autor.

Pela leitura dos dados da Tabela, percebemos que o número de empregados da CAMNPAL passa de 91 em 1988, para 140 em 1990, o que representa um aumento de aproximadamente 54% em três anos; entre 1990 e 1991, deu-se uma redução de cerca de 6%; e no período subsequente (1991-93), aconteceu um novo aumento na quantidade de empregados da CAMNPAL, que passa de 130 em 1991 para 169 no final de 1993, o que corresponde a aproximadamente 30% de acréscimo. Mais uma vez notamos um aumento, em termos gerais, agora na quantidade de empregados da CAMNPAL, cerca de 85% entre 1988 e 1993.

Com relação à assistência social oferecida pela Cooperativa aos associados, conforme a Cartilha Informativa anteriormente referida, podemos afirmar que é basicamente técnica: dois engenheiros agrônomos; um médico veterinário cujo trabalho é pago pelo usuário, cerca de 07 a 08 Dólares por consulta; três

técnicos agrícolas; sistema troca-troca, onde a CAMNPAL repassa calcário para o agricultor, por exemplo, e recebe o valor correspondente a este produto acrescido de 05% em produtos agrícolas, o que parece-nos mais uma das diferentes estratégias da subordinação do trabalhador agrícola⁴¹; um sistema de crédito com quatro modalidades: cartão comum, cartão leite, credialistas e o crediário que incentivam o consumo de mercadorias junto à Seção Consumo e ao Supermercado da própria CAMNPAL. Os próprios funcionários da Cooperativa que recebem mensalmente o Refeichecke devem gastá-los somente no Supermercado da CAMNPAL, informaram-nos alguns dos entrevistados:

⁴¹ Vejamos um exemplo do sistema troca-troca, segundo dados do Departamento Técnico da CAMNPAL:

Num determinado contrato, a CAMNPAL fornece 35.100 kg de calcário posto na lavoura no valor de R\$ 702,00 (Setecentos e dois Reais), em 29.12.1994. Já o associado X, se compromete a entregar a esta Cooperativa a quantia líquida de 4.422 kg de soja, ou seja, 73,71 sacas. Conforme este mesmo contrato, a soja deveria ser entregue até 31.05.1995, com 14% de umidade, zero % de impureza, e zero de peso hectolitro.

Segundo o Departamento Técnico da CAMNPAL, 01 tonelada de calcário posto na lavoura na "troca" por um ano, equivale a 2,10 sacas de soja (esta proporção vale tanto para pequenas quanto para grandes quantidades de calcário). Na data do contrato, 01 tonelada de calcário valia R\$ 20,00 (Vinte Reais) à vista, posto na lavoura. Como o agricultor recebeu da CAMNPAL 35,1 toneladas de calcário, se pagasse à vista, pagaria o total de R\$ 702,00 (Setecentos e dois Reais). Onze dias depois, quando fizemos a entrevista, uma saca de soja valia R\$ 10,00 (Dez Reais). E, se ele quitasse sua dívida neste dia, 10.01.1995, entregando 2,10 sacas de soja para cada tonelada de calcário recebido, teria que "entregar" 73,71 sacas de soja à CAMNPAL, ou seja, R\$ 737,01 (Setecentos e trinta e sete Reais e um Centavo). Ele estaria pagando à Cooperativa R\$ 35,01 (Trinta e cinco Reais e um Centavo) a mais do valor do calcário se o tivesse pago à vista a 29.12.1994, ou seja, 5% a mais. Considerando os gastos da Cooperativa no transporte do calcário até a lavoura, seu lucro será baixo nesta transação, porém, a CAMNPAL ainda lucrará em torno de 10% líquido na re-venda da soja. Isto, sem considerar que o agricultor poderá gastar o dinheiro que recebeu referente à venda do restante da soja, no supermercado, na seção ferragens, ou na loja de roupas e tecidos da própria CAMNPAL!

"(...) a gente ganha o refeicheque. Só podemos gastá no mercado da Cooperativa né. Tu vê, é R\$ 45,00 (Quarenta e Cinco Reais). É pouco né, mas ajuda".

Parece-nos que todas estratégias da CAMNPAL, inclusive as tidas como "assistência social", como a assistência técnica e o sistema troca-troca, buscam uma maior produtividade do trabalho agrícola, mas também uma maior dependência do trabalhador das atividades produtivas e mercantis da Cooperativa, favorecendo aquilo que chamam de capital social da CAMNPAL em detrimento dos pequenos agricultores.

Eis a evolução da produção agrícola recebida e comercializada pela CAMNPAL nos últimos 06 anos:

TABELA Nº 18

PROD. EM SC*	1988	1989	1990	1991	1992	1993
SOJA	141.966	183.834	245.505	123.715	171.907	197.723
FEIJÃO	24.666	26.692	33.192	23.170	47.999	55.106
MILHO	9.167	7.985	14.238	25.097	55.159	51.821
ARROZ	209.900	231.600	238.885	251.146	311.034	274.270
TRIGO	11.383	21.573	13.232	5.518	14.095	7.550
FUMO	9.500	10.835	3.575	5.514	14.093	5.000

* 1 sc = 60 kg, exceto no caso do arroz, onde 1 sc = 50 kg. No caso do fumo, os números são apresentados em arroba. 1 arroba equivale a 14,688 kg;

Fonte: Relatório da Diretoria referente ao período 1990/93. Nova Palma/RS, CAMNPAL, 1993. Montagem do autor.

Percebemos claramente um aumento da comercialização em sacas da soja entre 1988 e 1990, depois uma queda, conforme informações de um dos agrônomos da CAMNPAL, devido à diminuição da

produção⁴², e um novo aumento em 1993, conforme este mesmo informante, em função do aumento da produtividade⁴³; o feijão e o milho já tiveram uma oscilação maior, mas registraram um aumento considerável na comercialização entre 1988 e 1993 devido ao aumento da produtividade. No caso do milho, também deu-se um aumento na produção em decorrência do aumento na área cultivada; o arroz também apresentou um bom crescimento neste mesmo período, devido ao aumento da área cultivada e da produtividade; o trigo, este sim, apesar de ter tido um aumento na safra de 1992, registrou uma queda brusca entre 1988 e 1993, principalmente, segundo um dos agrônomos da CAMNPAL, devido aos baixos preços; e o fumo apresentou grande oscilação, registrando entre 1988 e 1993 uma queda considerável, porque a CAMNPAL vem diminuindo a comercialização deste produto. Um de seus gerentes nos declarou:

"A Cooperativa tem deixado de comercializar com o fumo, porque a maioria dos agricultor plantam com as empresas fumicultoras".

Conforme este mesmo informante, no final da década de 80, as empresas tabagistas acirraram a integração dos pequenos agricultores, eliminando os intermediários, ou chamados posteiros. Ou seja, na condição de intermediária, a CAMNPAL viu acabar seu

⁴² A evolução da produção e da área cultivada dos principais produtos agrícolas do Município de Nova Palma, bem como os que aumentaram ou não de produtividade, mostraremos no decorrer deste Capítulo, nas Tabelas nº 19 e 20, respectivamente.

⁴³ Entre 1988 e 1993, conforme os dados do Mapa de vendas de fertilizantes, herbicidas, fungicidas e inseticidas da CAMNPAL, por exemplo, a venda de fertilizantes e inseticidas aos agricultores aumentou em torno de 60%, e a venda de fungicidas, aproximadamente 200%.

ganho nessa transação.

A grosso modo, entre 1988 e 1993, ocorreu um aumento na produção agrícola comercializada pela CAMNPAL, como no caso da soja, do feijão, do arroz e do milho, porém, pelo menos parte desse aumento não se converte em ganhos para o produtor direto. Tudo leva a crer que ocorreu uma maior extorção do trabalho excedente em função da evolução crescente no resultado da produção que os trabalhadores agrícolas comercializaram com a Cooperativa e dos baixos preços que possivelmente tenham recebido pela produção.

No caso da relação custo de produção versus ganho líquido na prática agrícola no Município de Nova Palma, exemplificaremos com o cultivo da soja na safra 1992/93, devido à diversidade da produção agrícola no Município⁴⁴. Escolhemos a produção da soja porque está entre os produtos agrícolas mais produzidos em Nova Palma e no RS, porque é cultivada exclusivamente para a venda, e porque conseguimos as notas de venda da produção. No entanto, antes de abordarmos a relação custo versus ganho líquido, vejamos como se deu a evolução da produção e da área cultivada dos principais produtos agrícolas no Município de Nova Palma⁴⁵.

⁴⁴ É praticamente impossível demonstrarmos esta relação em toda produção agrícola do Município, principalmente, pela inexistência de dados.

⁴⁵ Trabalhamos neste caso, com um período mais longo (1970-1993), para mostrar o predomínio do cultivo da soja em Nova Palma na década de 70 em detrimento de produtos como o feijão e o milho, e, a retomada na produção destes últimos, a partir de 80, embora a soja continue como uma das duas maiores produções agrícolas no Município. Consideramos os quinquênios porque são os únicos dados existentes, e um triênio na década de 90, porque 1993 é o ano base de nossa pesquisa. Isto também é válido para a Tabela nº 20, onde apresentamos a evolução da produtividade agrícola em Nova Palma.

TABELA Nº 19

EVOLUÇÃO DO CULTIVO AGRÍCOLA NO MUNICÍPIO DE NOVA PALMA/RS

PRODUTO	1970	1970	1975	1975	1980	1980	1985	1985	1990	1990	1993	1993
AGRÍCOLA	PROD-ton	AREA-ha	PROD-ton	AREA-ha	PROD-ton	AREA-ha	PROD-ton	AREA-ha	PROD-ton	AREA-ha	PROD-ton	AREA-ha
ARROZ	48	18	44	39	34	15	61	51	73	55	465	90
FEIJÃO	1.159	1.325	1.230	1.141	985	1.521	1.624	1.605	2.250	2.500	1.800	1.800
MILHO	6.375	4.414	4.583	2.882	4.163	3.520	6.421	3.290	6.720	3.200	10.500	3.500
TRIGO	3.202	3.889	1.387	2.654	1.422	1.938	258	443	288	300	275	250
SOJA	750	758	5.796	4.149	7.529	6.663	7.843	4.750	8.500	5.000	9.120	4.800
FUMO	1.079	--*	1.524	1.734	1.195	1.276	1.570	1.460	1.620	900	1.800	1.000
TOTAL	12.613	10.404**	14.564	12.599	15.333	14.933	17.777	11.599	19.451	11.955	23.960	11.440

* Os dados referentes a este ano não constam no Censo;

** Não consta deste total a área cultivada com o fumo;

Fonte: Censo Agropecuário do RS: 1970/75/80/85; e Produção Agrícola Municipal 1990/93, IBGE. Montagem do autor.

Pela leitura da Tabela anterior, em termos gerais, notamos que entre 1970 e 1980 deu-se um aumento bastante grande na produção da soja, devido à Política Agrícola de incentivos⁴⁶ articulada ao crescimento da indústria de máquinas e insumos, e, aos altos preços da soja no mercado externo. Neste mesmo período, percebemos uma redução na produção do arroz, do feijão, do milho, do trigo, e também do fumo, considerando a produção deste entre 1975 e 1980. No caso do feijão e do milho, esta diminuição aconteceu devido à redução da área cultivada entre 1970 e 1975, e, à diminuição da produtividade entre 1975 e 1980. E no caso do trigo, porque deu-se uma redução constante na área cultivada.

Entre 1970 e 1980, o feijão e o milho foram substituídos pela soja, como atestam as declarações a seguir. O cultivo da soja, produto de exportação, é privilegiado em detrimento de produtos de subsistência. É a construção do espaço agrário local subordinada aos interesses dos capitais industrial e financeiro, e do Estado.

Quando perguntados aos pequenos agricultores do Município se ocuparam para o plantio da soja, terras que eram cultivadas com outros produtos na década de 70, a resposta foi unânime:

"Sim. (...) Ocupamo terra de cultura como a mandioca, o feijão e o milho né. Na época dava dinheiro né";

"Com a soja, ocupemo a terra do feijão e do milho. Também derrubemo mato né, naquela época. Depois desisti de plantá. Não dava mais, cada vez menos né. E a terra já cansô";

⁴⁶ Citaremos no decorrer deste Capítulo estas Políticas de incentivo ao cultivo da soja.

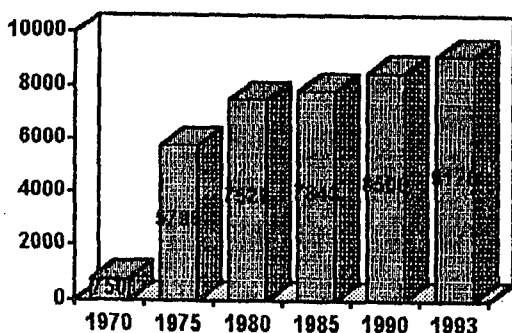
"No início ocupamos sim terra de outros produto. Agora, pra mim, a soja o que tinha de dá já deu. Ela mais troxe a lagarta e o fede-fede né. É isso o que fez a dita soja".

Ou seja, pelo aumento que aconteceu entre 1970 e 1980 no total da área cultivada no Município, parece claro que houve o uso para o plantio da soja, de terras que não eram cultivadas até então, mas também ocorreu o uso de terras que até então eram cultivadas por produtos como os referidos anteriormente.

Já a partir de 1980 o ritmo de crescimento na produção de soja diminuiu, devido aos baixos preços e conseqüente redução da área cultivada no Município. Vejamos o gráfico nº 07.

GRÁFICO Nº 07*

Evolução da produção da soja no Município de Nova Palma, em toneladas



* Montagem do autor

Enquanto entre 1970 e 1980 o aumento na produção da soja em Nova Palma foi de aproximadamente 900%, entre 1980 e 1990 o percentual registrado foi de cerca de 13% apenas.

Entre 1985 e 1990, e mesmo considerando 1993, praticamente não ocorreu alteração na área cultivada em Nova Palma

com a soja. Um dos gerentes da CAMNPAL nos afirmou em entrevista:

"hoje, em decorrência do preço baixo, (...) a soja foi perdendo a área dentro do Município pro milho e outras cultura como o feijão, e pastagem, por exemplo".

Mesmo assim, conforme esta mesma fonte, a soja continua a principal cultura comercial para a economia do Município de Nova Palma.

A partir de 1980, notamos uma retomada na produção do feijão, do milho e do fumo, em virtude dos melhores preços destes produtos. No caso do milho e do fumo isto decorreu também do aumento na produtividade, e no caso do feijão, pelo aumento da área cultivada, pelo menos até 1990. Já o arroz tem o maior incremento na produção entre 1990 e 1993, devido ao aumento da área cultivada e da produtividade.

O caso que mais nos chama a atenção é o cultivo do trigo, que é o produto agrícola que sofre maior redução na produção e na área cultivada entre 1970 e 1993, em virtude dos baixos preços. Parece que o corte nos subsídios que existiam até 1991 para o cultivo deste produto, apenas sacramentou a diminuição da produção em Nova Palma. Conforme informações de um dos agrônomos da CAMNPAL, no Município, o trigo vem sendo substituído por pequenas áreas de pastagem.

No que refere-se ao total da produção agrícola no Município de Nova Palma, verificamos um aumento constante a partir de 1970, até 1993, quando passa de 12.613 toneladas para 23.960, ou seja, um crescimento em torno de 90%. Este aumento é decorrente, principalmente, do aumento da produtividade, sobretudo no caso do

arroz, do milho, da soja e do fumo, como mostra a tabela a seguir.

TABELA Nº 20
EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO AGRÍCOLA POR UNIDADE DE ÁREA NO MUNICÍPIO DE NOVA PALMA/RS (ton/ha)

PRODUTO AGRÍCOLA	1970	1975	1980	1985	1990	1993
ARROZ	2,6	1,1	2,2	1,1	1,3	5,1
FEIJÃO	0,8	1,0	0,6	1,0	0,9	1,0
MILHO	1,4	1,5	1,1	1,9	2,1	3,0
TRIGO	0,8	0,5	0,7	0,5	0,9	1,1
SOJA	0,9	1,3	1,1	1,6	1,7	1,9
FUMO	--*	0,8	0,9	1,0	1,8	1,8

* Não calculamos o rendimento por unidade de área, porque no Censo não constam os dados referentes à área cultivada com o fumo neste ano.

Fonte: Censo Agropecuário do RS: 1970/75/80/85; e Produção Agrícola Municipal 1990/93, IBGE. Montagem do autor.

Percebemos pelos dados citados, que entre 1970 e 1993, aconteceu um aumento na produtividade em todos os cultivos referidos. Em 1980, conforme informações de um dos agrônomos da CAMNPAL, o feijão, o milho e a soja registraram uma redução no rendimento por unidade de área, devido à variações climáticas. Os cultivos que apresentaram maior alteração entre 1970 e 1993, como referimos anteriormente, foram o arroz, o milho, a soja e o fumo, segundo o mesmo agrônomo acima mencionado, em função do uso cada vez maior de insumos químicos e sementes selecionadas.

Se faz importante destacar, para entendermos um pouco melhor a evolução do cultivo na soja em Nova Palma, segundo Brum (1988), que o processo de modernização da agricultura no RS e no Brasil, começou na região do planalto gaúcho, à Noroeste do estado,

no pós-45, mas se expandiu para outros lugares.

A modernização da agricultura no Brasil se dá a partir da articulação Estado X capital, sob o comando dos capitais industrial e financeiro. Para Coradini (1982), esta nova forma de produção agrícola, agora modernizada, está estreitamente integrada e subordinada à agroindústria e às políticas estatais. É através das políticas agrícolas⁴⁷ que o Estado incentivou a produção, e, segundo este mesmo autor, é através delas que o mesmo Estado controla a apropriação dos excedentes agrícolas. Os incentivos governamentais parecem-nos claro na declaração de um dos gerentes da CAMNPAL:

"A soja começou na década de 60, se expandindo mais na década de 70, porque os financiamentos favoreceram né, a compra de insumos, de implementos e das primeiras máquinas né. (...) Como era cultura de exportação né, a Cooperativa trabalho em cima (...)"

Não estamos com isso, afirmando que a prática agrícola em Nova Palma é modernizada, mas apenas que foi e é atingida pela expansão do capitalismo no espaço agrário brasileiro.

O processo de modernização da agricultura no Brasil foi centrado num primeiro momento, na produção do trigo, até o início da década de 70; e no pós-72, com a supremacia da soja, produto de exportação. No RS, por exemplo, segundo Coradini (1982), em 1978, dos 90% do crédito de custeio destinados ao cultivo da soja, do trigo e do arroz, 46% coube somente à produção da soja, o que

⁴⁷ Políticas de Crédito Rural para o cultivo e para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas; de preços mínimos; de incentivos fiscais; e de subsídios.

demonstra claramente a prioridade dada pelo Governo a esta cultura. Só mais recentemente a modernização atinge o cultivo de outros produtos.

E é exatamente na década de 70, como nos referimos anteriormente, que se deu o período de maior crescimento do cultivo da soja no Município de Nova Palma, coincidindo com o período de maior aumento do cultivo deste produto no estado e no país. A evolução do cultivo da soja no RS e no Brasil pode ser vista nos anexos nº 12 e 13.

Vejamos agora como se deu a relação custo de produção⁴⁸ versus ganho líquido na produção da soja, safra 1992/93, no Município de Nova Palma, a partir dos dados da Tabela nº 21:

⁴⁸ As dificuldades para calcular o custo de produção por entrevistado foram imensas. Mesmo após nos apresentar e explicarmos o que estávamos tentando fazer, os entrevistados, na maioria das vezes, relutavam em falar, principalmente, o correspondente aos ganhos líquidos. Quanto ao custo de produção, uns quantificaram em percentual, e a maioria, em sacas de soja. Não tivemos acesso às notas fiscais de compra dos insumos, sementes, combustíveis e implementos agrícolas. Por isto, calculamos os valores correspondentes ao custo de produção e ao ganho líquido por entrevistado com base nas informações prestadas por cada um e com base no preço da saca de soja no ato da venda. Os valores portanto, são aproximados, mas acreditamos serem úteis e suficientes ao que nos propomos demonstrar.

TABELA Nº 21

PRODUÇÃO DA SOJA NO MUNICÍPIO DE NOVA PALMA - SAFRA 1992/93

ENTREVISTADO	ÁREA CULTIVADA EM HA	TOTAL DA PRODUÇÃO EM SACAS (60KG)	CUSTO DE PRODUÇÃO POR HA, POR ENTREVISTADO, EM REAIS*	PREÇO PAGO PELA CAMNPAL POR SACA EM REAIS**	GANHO BRUTO POR HA, POR ENTREVISTADO, EM REAIS	GANHO LÍQUIDO POR HA, POR ENTREVISTADO, EM REAIS	TOTAL DO CUSTO DE PRODUÇÃO POR ENTREVISTADO EM REAIS	TOTAL DO GANHO BRUTO POR ENTREVISTADO EM REAIS	TOTAL DO GANHO LÍQUIDO POR ENTREVISTADO EM REAIS	LUCRO LÍQUIDO DA CAMNPAL NA RE-VENDA
01	02	72	307,87	10,69	384,84	76,97	615,74	769,68	153,94	10% MÉDIA
02	15	400	187,89	10,84	289,06	101,17	2.818,40	4.336,00	1.517,60	"
03	12	450	242,71	9,66	362,25	119,54	2.912,49	4.347,00	1.434,51	"
04	30	650	91,79	9,21	199,55	107,75	2.753,79	5.986,50	3.232,71	"
05	40	850	98,81	9,30	197,62	98,81	3.952,50	7.905,00	3.952,50	"
06	05	120	99,05	12,32	295,68	196,62	495,26	1.478,40	983,14	"
07	04	158	356,44	11,28	445,56	89,11	1.425,79	1.782,24	356,45	"
08	03,5	105	153,04	8,95	268,50	115,45	535,65	939,75	404,09	"
09	03	100	170,83	10,25	341,66	170,83	512,50	1.025,00	512,50	"
10	08	280	199,58	8,91	311,85	112,26	1.596,67	2.494,80	898,12	"
11	10	380	184,87	9,73	369,74	184,87	1.848,70	3.697,40	1.848,70	"
12	05	160	244,99	9,57	306,24	61,24	1.224,96	1.531,20	306,24	"
MÉDIA	11,4	310	194,82	10,05	314,37	119,55	1.724,37	3.024,41	1.300,04	"

* Inclui os gastos na compra de insumos, sementes, combustíveis e implementos. Transformamos os valores de Cruzeiro Real para Real, acrescentando a inflação até Junho de 1994 e dividindo o valor atualizado por CR\$ 2.750,00 (Dois Mil e Setecentos e Cinquenta Cruzeiros Reais).

** O preço mínimo pago pela CAMNPAL por saca de soja é o mesmo para todos os agricultores. O que varia é o período de venda à Cooperativa. Fonte: Dados da pesquisa de campo; Setor de ICMS da Prefeitura Municipal de Nova Palma/RS; e Departamento Técnico da CAMNPAL. Montagem do autor.

A grosso modo, na relação custo de produção versus ganho líquido, a média do total de ganhos atingida por todos os entrevistados que constam na tabela foi de 39,8%, sem considerar, como já nos referimos, o valor correspondente à força de trabalho. Os plantadores "1", "7" e "12" foram os que alcançaram os menores índices no ganho líquido, ou seja, cerca de 20%. Eles são os que tiveram maior custo de produção por ha. O plantador "12", referindo-se à safra considerada, disse:

"A soja não dá mais. Nós vamo largá de mão. Se continuá assim nós vamo empatá".

Já os que conseguiram maior ganho líquido foram os plantadores "6" e "4", respectivamente, cerca de 66,5% e 54%. Mesmo assim, o plantador "4" juntamente com o plantador "5", afirmaram que a safra não foi boa porque não conseguiram conter totalmente a ação das lagartas. Este deve ser o motivo pelo qual suas produções não atingiram a média de 30 sc/ha. Segundo informações do plantador "6", ele vendeu a soja no final do ano de 1993, conseguindo por seu produto "bom" preço. Além disso, ele teve um baixo custo de produção juntamente com o plantador "4". O plantador "11", por sua vez, afirmou que atingiu produtividade acima da média porque o clima ajudou. Por isso, entre os entrevistados, ele obteve o segundo maior ganho líquido por unidade de área. Quem atingiu o maior foi o plantador "6", pelos motivos acima descritos.

No que refere-se à re-venda da soja pela CAMNPAL, esta lucra em média 10% líquido na re-venda do produto. A CAMNPAL ainda possivelmente lucra re-vendendo aos pequenos agricultores os insumos, sementes, peças, etc. Os pequenos agricultores, ao pagarem

os insumos, as sementes, os combustíveis e os implementos agrícolas, o fazem com o dinheiro que receberam na venda da produção. Ou seja, conforme dados da Tabela nº 21, para concretizar a produção, transferem em média, aproximadamente 60% do que produzem.

Essa transferência se dá devido ao mecanismo de preços diferenciados praticado no mercado. Na relação entre o índice de aumento no preço mínimo da saca de soja versus o índice de aumento no preço dos insumos, por exemplo, na safra 1992/93⁴⁹, temos a seguinte situação:

	INSUMOS*	PREÇO MÍN(sc)**	INFLAÇÃO ACUMULADA DO PERÍODO
ÍNDICE (%)	1.573,9	1.477,3	1.455,8

* Envolve a variação nos preços das sementes, dos fertilizantes e dos agrotóxicos. O índice apresentado é a média aritmética;

** 01 sc = 60 kg;

Fonte: Custo de Produção - FECOTRIGO/Assessoria Econômica; e Secretaria de Estado da Agricultura. Montagem do autor.

Notamos que a diferença entre o reajuste nos preços dos insumos (1.573,9%) e o reajuste no preço mínimo da saca de soja (1.477,3%) na safra 1992/93, foi de aproximadamente 96,6%. A diferença entre o índice de aumento nos preços dos insumos e a inflação acumulada no período foi ainda maior, ou seja, cerca de 118,1%. Ao mesmo tempo, o percentual de aumento no preço mínimo da saca de soja na referida safra, foi 21,5% superior à inflação do

⁴⁹ Calculamos a variação no aumento dos preços, entre Julho de 1992 e Junho de 1993. Desconsideramos o segundo algarismo após a vírgula. Portanto, os índices apresentados não são exatos.

período.

Através dos preços diferenciados praticados no mercado na relação Cooperativa-produtor agrícola e Cooperativa-empresas industriais, é que parece se efetivar a drenagem do trabalho excedente agrícola à estas empresas, pois os produtos agrícolas geralmente têm preços inferiores aos preços dos produtos industrializados, como os insumos, implementos agrícolas, etc.

Além disso, as taxas de juros⁵⁰ praticadas pelo Banco do Brasil ou pela Cooperativa de Crédito Rural de Nova Palma nos financiamentos destinados ao cultivo agrícola, seja qual for o índice, também são estratégias do capital para extrair e se apropriar de parte do sobretabalho daquelas atividades. Assim, disfarçadamente, o capital arranca ao produtor trabalho não pago.

Fundada em 1981, em Dezembro de 1993 a Cooperativa de Crédito Rural de Nova Palma Ltda (CREDIPAL), conforme o Relatório Anual de Prestação de Contas, possuía um total de 1.030 associados. Assim como na CAMNPAL, todos os associados tem direito ao voto.

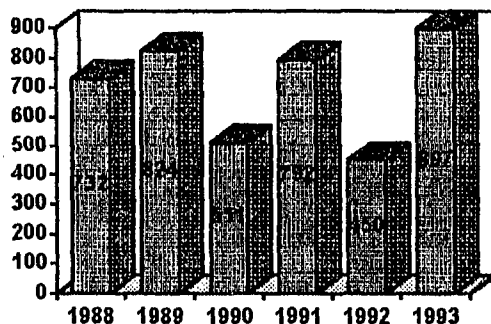
Segundo o Relatório acima referido, em Dezembro de 1993, 78,45% ou 808 associados, eram ativos, ou seja, utilizavam os "produtos oferecidos" pela CREDIPAL: Conta Corrente, Aplicações Financeiras, talão de cheques, pagamento de Taxas, financiamentos agrícolas, etc. Nos últimos anos, cerca de 60 a 65% dos associados fizeram financiamentos agrícolas, o que demonstra, também, a subordinação daqueles trabalhadores, na maioria braçais, ao capital

⁵⁰ Abordamos os financiamentos agrícolas de forma geral, ou seja, referindo-se ao total dos financiamentos feitos no Município, além dos entrevistados portanto, porque, pelo que percebemos, esta é uma prática comum na pequena produção agrícola familiar local.

financeiro. Vejamos o Gráfico nº 08:

GRAFICO Nº 08

Evolução da quantidade de financiamentos agrícolas concretizados pela CREDIPAL no Município de Nova Palma/RS, em moeda corrente.



Fonte: CREDIPAL - Relatórios anuais de Prestação de Contas: 1988/89/90/91/92/93. Montagem do autor.

Percebemos um aumento nos financiamentos feitos pela CREDIPAL entre 1988 e 1993, quando passam de 732 para 897. Diante da quantidade, ou seja, dos 1.030 associados da Cooperativa de Crédito Rural registrados em Dezembro de 1993, podemos afirmar que a quantidade de financiamentos concretizados durante o ano de 1993, ou seja, 897 financiamentos, ou, 87% em relação ao total de associados, é bastante elevada.

No total de financiamentos feitos pela CREDIPAL em 1993, estão incluídos os financiamentos agrícolas para o cultivo da soja, do milho, do feijão, do arroz e do fumo; os financiamentos para a compra de máquinas e implementos agrícolas; e os financiamentos de Crédito Pessoal. Nestes últimos, os juros cobrados nos anos de 1992/93 foram, em média, a TR mais 35 a 40% ao ano. Já nos financiamentos agrícolas e para a compra de máquinas e implementos, os juros cobrados foram, em média, a TR mais 12 a 18% ao ano, dependendo do prazo que o recurso ficava na mão do produtor

agrícola: no custeio, onde o prazo para pagamento era de até 12 meses, os juros cobrados foram de 12%, e, nos financiamentos para investimento, com prazos que iam até 02 anos, os juros cobrados foram de 18%. Juros que, evidentemente, contribuem no crescimento do "capital social" da CREDIPAL.

"(...) Juro e lucro figuram também na produção, na medida em que são formas que determinam o aumento do capital, o seu crescimento, na medida em que são fatores da sua própria produção. Juro e lucro (...) são igualmente modos de reprodução do capital" (Marx, 1983, p.213).

Quanto ao "retorno" que a Cooperativa de Crédito Rural oferece aos associados, o lucro que foi repartido entre os membros do quadro social correspondeu, segundo o Relatório Anual de Prestação de Contas da CREDIPAL, no final de 1993, a 9% do total. Porém, a divisão não foi igual para todos os associados. O "retorno" foi "devolvido" proporcionalmente aos movimentos de depósitos à vista, de depósito à prazo, e de capital social, ou, em outras palavras, de acordo com os movimentos de Conta Corrente, Aplicações Financeiras e capital social feitos por cada associado. Ou seja, quem movimentou mais seu dinheiro com a Cooperativa de Crédito, quem mais levou dinheiro para "dentro" da CREDIPAL, recebeu mais "retorno". No entanto, o "retorno" não é retorno, porque o produtor agrícola não recebe o valor correspondente em dinheiro, em mãos, porque este valor, como o correspondente aos demais associados, é capitalizado na própria CREDIPAL. O produtor agrícola receberá seu valor correspondente às transações que manteve com a Cooperativa de Crédito Rural, somente quando deixar de ser associado. E, como muitos agricultores já têm altos valores

capitalizados na CAMNPAL e na CREDIPAL, comentou o presidente desta última em entrevista, "se muitos agricultores deixarem de ser sócios, a Cooperativa quebra".

Como os demais bancos, a CREDIPAL também cobra taxas pela prestação de alguns serviços a todos associados. Mas, além disso, conforme o depoimento do presidente da CREDIPAL, os recursos captados junto aos clientes em geral, através das Aplicações e Contas Correntes, são destinados aos financiamentos que são feitos somente com os associados⁵¹. É importante salientar que além dos associados, a CREDIPAL possui mais 1.000 clientes que não são sócios, e provavelmente também não são produtores agrícolas. Assim, a CREDIPAL absorve mais dinheiro para, possivelmente, emprestar aos agricultores.

Ainda no que tange aos financiamentos agrícolas,

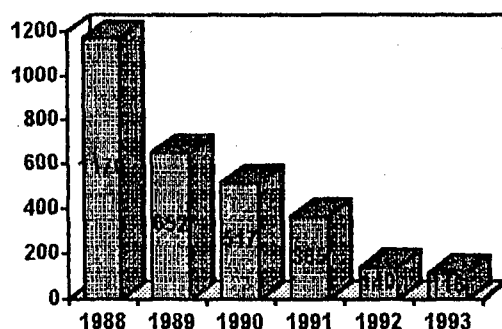
⁵¹ Segundo o Relatório Anual de Prestação de Contas da CREDIPAL/93, todo associado tem acesso aos financiamentos agrícolas, desde que esteja com sua ficha cadastral atualizada e que seu pedido esteja dentro de seu limite de crédito. A ficha cadastral, onde deve constar todos seus dados, tem que ser previamente aprovada pelo Conselho Administrativo da CREDIPAL. O valor do financiamento a ser concedido é definido conforme o orçamento estabelecido pelo agricultor para aplicar os recursos, conforme sua capacidade de pagamento, e conforme seu limite de crédito junto à CREDIPAL. Este último é definido pelo limite de movimento financeiro do agricultor na Cooperativa de Crédito, que equivale a 05 vezes o seu saldo médio da Conta Corrente, das Aplicações Financeiras e do capital social. Ou seja, quanto mais o associado movimentar seu dinheiro na e com a CREDIPAL, maior será o valor a que tem direito nos financiamentos agrícolas. Quem girar mais dinheiro e tiver maior valor capitalizado na Cooperativa de Crédito "ganha" mais dinheiro emprestado. Vejamos um exemplo:

Saldo Médio Conta Corrente	= 100,00 (Cem Reais)
Saldo Médio capital social	= 100,00 (Cem Reais)
Saldo Médio Aplic. Financ.	= 500,00 (Quinhentos Reais)
Total	= 700,00 (Setecentos Reais)
Limite de Crédito:	700,00 X 5 = 3.500,00 (Três mil e Quinhentos Reais)

abordaremos sucintamente aqueles concretizados pelo Banco do Brasil no Município de Nova Palma. Vejamos o Gráfico nº 09:

GRÁFICO Nº 09

Evolução da quantidade de financiamentos agrícolas feitos pelo Banco do Brasil no Município de Nova Palma/RS, em moeda corrente.



Fonte: Banco do Brasil - Agência Nova Palma/RS. Montagem do autor.

Verificamos uma redução substancial nos financiamentos feitos pelo Banco do Brasil entre 1988 e 1993, quando passam de 1.170 para apenas 116.

Por outro lado, comparando a quantidade de financiamentos agrícolas realizados pela CREDIPAL e pelo Banco do Brasil em Nova Palma, nos últimos 06 anos, percebemos uma acentuada diminuição nos financiamentos feitos pelo Banco do Brasil a partir de 1991, o que parece expressar um certo domínio no setor, a partir deste período, pela CREDIPAL. Isso pode ser visto na Tabela a seguir.

TABELA Nº 22

Evolução dos financiamentos agrícolas feitos pela CREDIPAL e pelo Banco do Brasil em Nova Palma, nos últimos 06 anos.

ESTABELECI MENTO	1988	1989	1990	1991	1992	1993
CREDIPAL	732	824	511	792	450	897
B.BRASIL	1.170	652	517	365	140	116
TOTAL	1.902	1.476	1.028	1.157	590	1.013

Fonte: CREDIPAL - Relatórios Anuais de Prestação de Contas; e Banco do Brasil - Agência Nova Palma. Montagem do autor.

Os dados da tabela demonstram o domínio da CREDIPAL no setor a partir de 1991, no entanto, este domínio é apenas aparente, pois o Banco do Brasil repassa recursos à CREDIPAL desde 1990. Em 1993, por exemplo, conforme dados do Relatório Anual de Prestação de Contas da CREDIPAL, do total de recursos utilizados por esta Cooperativa de Crédito nos financiamentos agrícolas, em torno de 43,44% foram repassados pelo Banco do Brasil.

Pelos dados da tabela acima, também percebemos uma diminuição significativa no total dos financiamentos agrícolas realizados pela CREDIPAL e pelo Banco do Brasil em Nova Palma, entre 1988 e 1993, passando de 1.902 para 1.013. E não é para menos, 90% dos entrevistados reclamaram das desvantagens que têm com os financiamentos agrícolas. Um dos entrevistados chegou a comentar: "Não quebrei porque larguei do Banco do Brasil".

No caso dos financiamentos feitos pelo Banco do Brasil, Agência Nova Palma, eles destinam-se ao cultivo da soja, do milho, do feijão, do trigo e do fumo. O fumo foi financiado somente até 1991, porque as indústrias fumicultoras passaram a concentrar os

financiamentos junto aos Bancos da cidade de Santa Cruz do Sul/RS. Nestes totais apresentados também estão incluídos os financiamentos para a compra de máquinas e implementos agrícolas, o que parece expressar a articulação que existe entre o capital financeiro e o capital industrial.

Há de se destacar que as empresas que produzem os implementos agrícolas, as sementes, as peças, os adubos químicos, os fungicidas, herbicidas, etc, são, na sua maioria, compostas por capital internacional⁵². São empresas estrangeiras que provavelmente também se apropriam de uma fração do trabalho excedente do pequeno agricultor novapalmense. A CAMNPAL é uma empresa que re-vende seus produtos industrializados. A empresa CAMNPAL não é nada mais nada menos do que uma das mediadoras do grande capital para se apropriar de parte do trabalho excedente agrícola.

Na safra 1992/93, os financiamentos eram pagos pelos pequenos produtores agrícolas ao Banco do Brasil em dinheiro, na seguinte proporção: os mini e pequenos produtores pagavam como

⁵² No geral, entre as empresas que fabricam as peças e ferragens, os adubos, os herbicidas, os fungicidas, os inseticidas e as sementes consumidas pelos pequenos agricultores de Nova Palma, são as seguintes, as que conseguimos identificar:

Ferragens e peças: Siderurgica Rio-Grandense S.A.; Krupp S.A.; Metisa S.A.; e Semeato S. A.;

Adubos químicos: Ipiranga Serrana Fertilizantes S.A.; Manah S.A.; Adubos Trevo S.A.; e Dinâmica S.A.;

Sementes: Isla S.A.; Topseed Sementes Ltda; Cargil Agrícola S.A.; Sementes Agrocere Ltda; Pioneer Sementes Ltda; e Tortuga Cia Zootécnica Agrária;

Herbicidas, fungicidas e inseticidas: Cyanamid Química do Brasil Ltda; Bayer do Brasil S.A.; Indústrias Monsanto; Ciba-Geigy; Defesa Indústria de Defensivos Agrícolas S.A.; e a Basf Brasileira S.A. Estas empresas fabricam em torno de 95% dos referidos produtos comercializados com os agricultores do Município.

juros a TR mais 9% ao ano; e os médios e grandes produtores⁵³ pagavam como juros a TR mais 12,5% ao ano. Isto significa que quanto maior a renda bruta anual do produtor agrícola, maiores foram os juros pagos, e portanto, maior foi a fração de trabalho excedente extorquido em prol do capital financeiro. Aqui o Estado aparece como bonzinho, explorando mais de quem produz mais.

Quando o agricultor paga ao Banco do Brasil ou à Cooperativa de Crédito Rural de Nova Palma Ltda (CREDIPAL) os financiamentos que fez,

"(...) está remunerando o capital financeiro, sob a forma dos juros, que, na essência, é trabalho excedente, o qual ele transfere, dado os compromissos estabelecidos por ocasião do financiamento" (Silva, 1987, p.59).

O dinheiro que o agricultor usa para pagar os financiamentos junto ao Banco do Brasil ou à CREDIPAL e os demais gastos com a produção, proveniente da venda de sua produção agrícola, das mercadorias que produziu, expressa sua força de trabalho dispendida durante a produção e incorporada no produto. Só que após saldar os financiamentos junto ao Banco do Brasil e à Cooperativa de Crédito Rural, e os demais gastos referentes ao ciclo produtivo, o que sobra pelo menos à maioria dos pequenos agricultores de Nova Palma e suas famílias, parece ser muito pouco, o que apenas os permite sobreviver.

Na produção agrícola familiar local, devido à

⁵³ Segundo dados do Banco do Brasil, como miniprodutores eram considerados os que tinham renda bruta anual até 6.000 Reais; como pequenos, os que tinham renda bruta anual entre 6.000 e 18.000 Reais; e como médios e grandes, os que tinham renda bruta anual acima de 18.000 Reais.

subordinação ao mercado, o que o pequeno produtor produz para si é apenas uma pequena parcela da produção que é consumida por sua família, como no caso do arroz, do feijão, e do milho; o que o pequeno produtor agrícola produz para si no caso do cultivo destes produtos, mais o cultivo de produtos que são vendidos em sua totalidade como o fumo, o trigo e a soja, não é o fumo nem o trigo, e nem a soja, mas uma parcela de seu próprio trabalho que absorve através da comercialização da produção. Pelo menos a maioria deles não se apodera da maior parte do que produz.

Possivelmente, a relação de subordinação não acontece somente no Município de Nova Palma/RS, entre a CAMNPAL e os pequenos produtores agrícolas, mas praticamente em todo "cooperativismo brasileiro", que tanto evoluiu nas últimas décadas.

A atuação das Cooperativas agrícolas junto aos trabalhadores agropecuários tem-se definido como um forte momento do processo de valorização do capital e de seus mecanismos de dominação e expansão. Com pretensos objetivos de melhorar as condições de vida dos mini e pequenos produtores e de não ser uma instituição lucrativa, tem-se afirmado ideológica e materialmente.

As Cooperativas têm agido na re-produção do trabalhador agrícola e, concomitantemente, na exploração do trabalho excedente produzido a partir da produção agrícola com trabalho familiar.

"(...) A Cooperativa não interessa um produtor destruído ou proletarizado, mas sim um produtor em ação, comprando insumos, fazendo empréstimos e vendendo produtos agrícolas. É a partir daí que a Cooperativa cresce e o capital se acumula" (Loureiro, 1981; p. 09).

É por isto que as atividades da CAMNPAL se assemelham ao

funcionamento das demais empresas capitalistas.

Segundo Coradini (1982), o cooperativismo agrícola empresarialmente desenvolvido é caracterizado pela racionalização econômico-produtiva, e pelo caráter de mediador na re-produção da expansão capitalista em direção ao espaço agrário brasileiro.

"Por estar inserido na dinâmica do processo social, o cooperativismo agrícola, como qualquer tipo de cooperativismo, amolda-se às transformações e contradições desse processo, de acordo com as condições sócio-econômicas e políticas que servem de base a esse tipo de associação, ao mesmo tempo em que essas bases sociais podem ser influenciadas pelo mesmo" (Ibid, p.53).

Para os pequenos agricultores, a venda de suas mercadorias via Cooperativa é uma premissa indispensável à concretização da produção agrícola, pois é através dela, que eles adquirem os meios necessários para seu trabalho e vendem o excedente produzido. Já para a Cooperativa, a propriedade dos meios de produção e a produção de excedentes para comercialização, são requisitos indispensáveis para a participação do pequeno produtor agrícola no quadro social de uma Cooperativa Agrícola. Aproximadamente 85% dos associados da CAMNPAL são proprietários da terra onde realizam a produção agrícola.

Muitas Cooperativas agrícolas são dinâmicas e procuram diversificar ao máximo suas atividades, no sentido de manter incessantemente a subordinação do produtor agrícola. Por isso, a CAMNPAL vem tentando completar e dominar o circuito que vai da produção, na lavoura, passando pela industrialização e comercialização da produção agrícola, até a "oferta" de bens e

serviços. Com isso, através de suas atividades, a CAMNPAL é mais um momento da aceleração do ritmo de vida diária dos trabalhadores agrícolas, e ao mesmo tempo, da produção do espaço local, incentivando o cultivo agrícola, construindo armazéns, silos, etc.

CAPÍTULO 4: OS LUGARES DE DESTINO DAS MERCADORIAS E O ESPAÇO NOVAPALMENSE

"(...) A troca de mercadorias rompe com as limitações individuais e locais da troca imediata dos produtos e desenvolve a circulação dos produtos do trabalho humano" (Marx, 1994, p.125).

As relações desiguais e contraditórias do MPC estão presentes em todas as escalas geográficas, desde o imediatismo da vida diária até o desenvolvimento local, regional, nacional e internacional. Mesmo que de forma e intensidade diferente, tudo é articulado a todos. Até mesmo as relações sociais não especificamente capitalistas de produção, como vimos, são articuladas e submetidas, a partir da circulação. A existência de mercadorias é que dá vida à circulação no MPC.

No caso dos pequenos produtores agrícolas, eles produzem produtos de subsistência, mas comercializam os excedentes. Além disso, cultivam produtos exclusivamente para a troca, como a soja, o trigo e o fumo. Por isto são considerados por nós como pequenos produtores de mercadorias, de valores de troca, também. O mesmo acontece com os pequenos artesãos produtores de calçados, de picolés e sorvetes, e de vassouras para a comercialização, e com os pequenos produtores de vinho que vendem os excedentes. O dono da

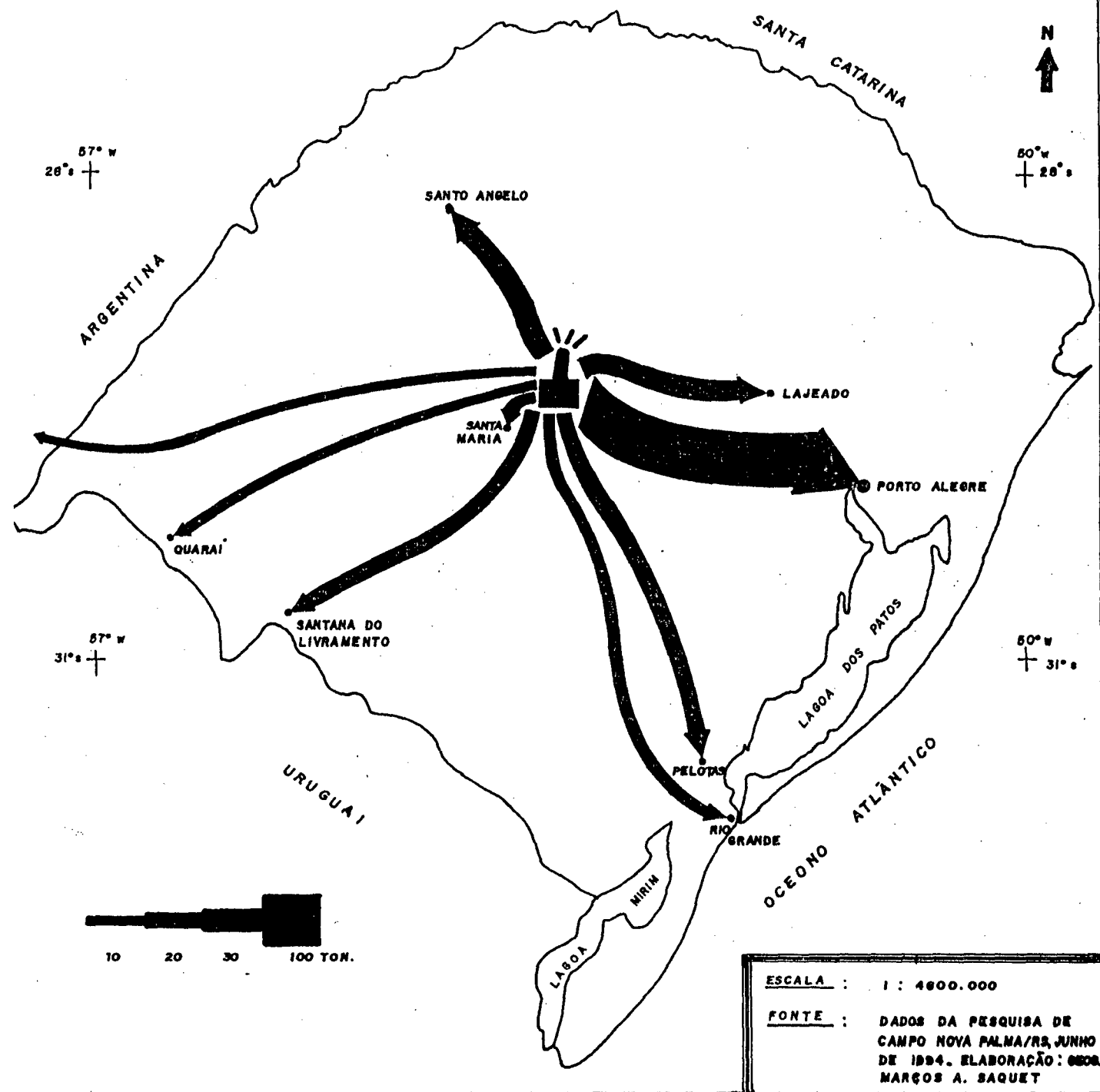
Fábrica de Massas Alimentícias também realizará o resultado da produção, a fim de se apoderar da mais-valia.

No intuito de abordarmos neste Capítulo, alguns aspectos da circulação de mercadorias da área estudada para diversos locais, relacionaremos a seguir os respectivos produtos e os locais a que se destinam no primeiro momento da troca.

A área aproximada de abrangência das vendas da Fábrica de Massas Alimentícias é retratada no fluxograma a seguir.

Fluxo das vendas da Fábrica de Massas Alimentícias, no mês de Dezembro de 1993.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Observando o fluxograma, percebemos que as cidades que mais recebem os produtos enrolados, produzidos na Fábrica de Nova Palma, são Porto Alegre, Lajeado e Santo Ângelo. Em cada uma das cidades anteriormente referidas, eles são vendidos a re-vendedores, que os re-vendem nos próprios Municípios e Municípios vizinhos. Segundo informações do pequeno proprietário, as massas são vendidas em quase todos os Municípios gaúchos.

Cabe salientar que até 1988, conforme esta mesma fonte, as massas alimentícias eram comercializadas apenas nos Municípios de Santo Ângelo, Júlio de Castilhos, Tupanciretã, Ijuí, Catuípe e São Luiz Gonzaga, todos do Rio Grande do Sul⁵⁴. Somente a partir de 1988 é que o dono passou a ampliar as vendas, em decorrência do aumento na produção.

Comparando os locais de venda da produção em 1988, com os registrados em Dezembro de 1993, notamos uma ampliação, pois passa de 06 para 09. E se considerarmos a declaração do proprietário dizendo que a partir destes 09 Municípios, a produção é re-vendida atingindo quase todos os Municípios do RS, inclusive alguns do Uruguai (via Quaraí) e da Argentina, o aumento no número de Municípios é ainda maior.

Com a possível ampliação da produção diária de massas, de 13 toneladas em Dezembro de 1993 para 54 no final de 1995, provavelmente a área de atuação desta Fábrica crescerá ainda mais, segundo depoimento do próprio dono. Este, referindo-se à produção

⁵⁴ O dono da Fábrica de Massas Alimentícias não tinha os dados referentes à quantidade da produção vendida mensalmente em cada uma destas cidades. Mas cabe salientar que, neste período, a produção de massas, ainda era de 0,8 ton/dia.

feita em Dezembro de 1993, e à máquina nova que estava adquirindo, comentou:

"(...) é produto de primera linha, de bom preço né, bem qualificado. (...) Se o mercado tiver bom, bem aquecido, a gente vai ampliando as venda né. A gente já tá atingindo o mercado de Santa Catarina. Já mandamo os agente de venda pra lá. (...) Por enquanto tô satisfeito com as venda".

O depoimento de um dos operários confirma esta declaração:

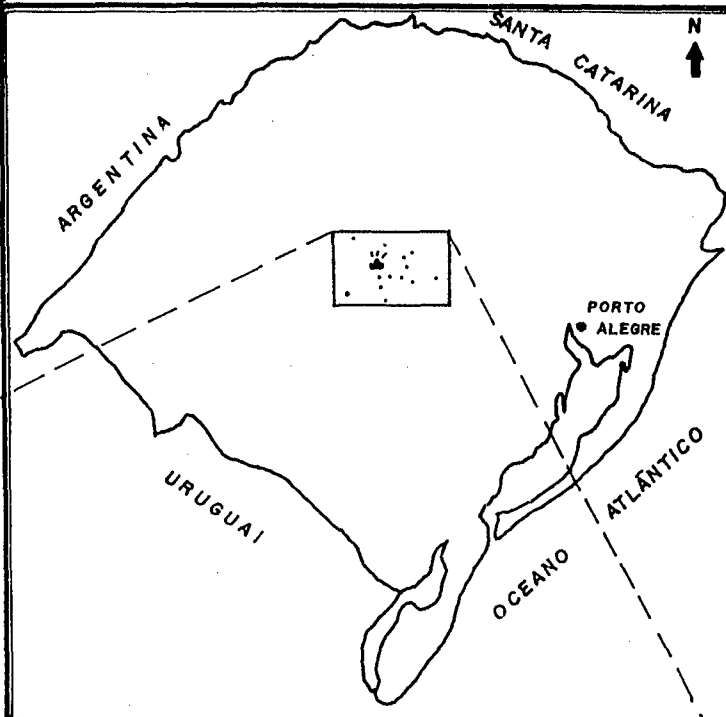
"(...) e a venda tá um estoro né. Tá vendendo cada vez mais. No início vendia em duas, três cidadezinha. Hoje temo em todo o Rio Grande do Sul né. E agora, com essa nova fábrica aí, vamo pra Santa Catarina e Paraná".

Quanto à pequena Fábrica de picolés e sorvetes (CREMOGEL), inicialmente (1976), os proprietários vendiam a produção em apenas dois Municípios: Agudo e Júlio de Castilhos. Em 1988 a venda era feita em sete Municípios: Nova Palma, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, Agudo, Sobradinho, Júlio de Castilhos e Restinga Sêca.

Nos dois próximos fluxogramas, mostramos a área aproximada de abrangência das vendas desta Fábrica de picolés e sorvetes, em Dezembro de 1993, segundo informações prestadas por um dos pequenos proprietários.

**FLUXO DAS VENDAS DE PICOLÉS
PELA CREMOGEL, EM DEZEMBRO DE
1993**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



JULIO DE CASTILHOS

PINHAL GRANDE

SOBRADINHO

IBARAMA

LAGOA

NOVA PALMA

FAX. SOTURNO

D. FRANCISCA

AGUDO

PARAÍSO
DO
SUL

S. J. POLÉSINE

CANDELÁRIA

SANTA MARIA

RESTINGA SECA

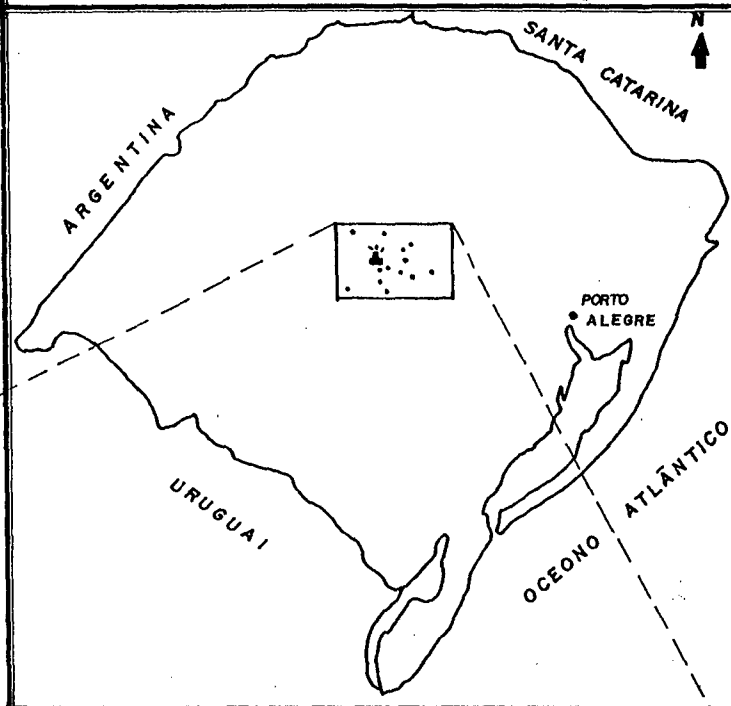


1.000 2.000 3.000 5.000 6.000 10.000 PICOLÉS

FONTE: DADOS DA PESQUISA DE CAMPO
NOVA PALMA / RS, JANEIRO 1994
ELABORAÇÃO: GEOG. MARCOS
A. SAQUET

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

FLUXO DAS VENDAS DE SORVETES
PELA CREMOGEL, EM DEZEMBRO
DE 1993



JULIO DE CASTILHOS

PINHAL
GRANDE

SOBRADINHO

IBARAMA

LAGOÃ

NOVA PALMA

FAX SOTURNO

D. FRANCISCA

AGUDO

PARAISO
DO SUL

S. J. POLÉSINE

CANDELÁRIA

SANTA MARIA

RESTINGA SECA

100 200 300 400 500 600 1.000 LITROS

FONTE : DADOS DE PESQUISA DE CAMPO
NOVA PALMA / RS, JANEIRO 1994
ELABORAÇÃO : GEOG. MARCOS
A. SAQUET

Comparando o fluxo das vendas dos picolés com o das vendas dos sorvetes, notamos que os locais de destino são os mesmos, porém, o local onde as vendas de picolés são maiores, não é o mesmo das vendas dos sorvetes. Os primeiros são mais vendidos em Júlio de Castilhos, Agudo, Faxinal do Soturno, e Dona Francisca; e os segundos, em Sobradinho, Júlio de Castilhos, Agudo e Faxinal do Soturno.

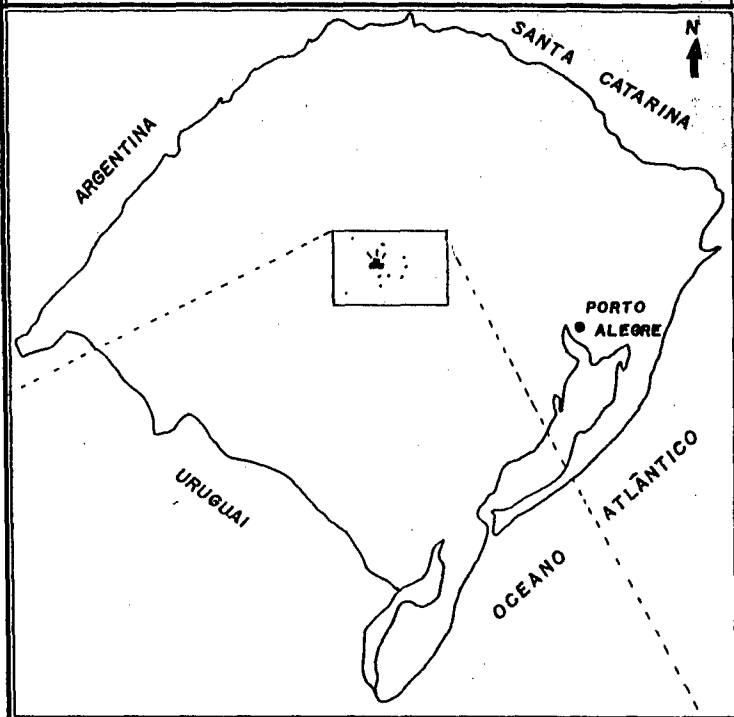
Outro aspecto que nos parece importante, é o aumento verificado na quantidade de lugares onde são vendidos os picolés e os sorvetes nos 18 anos de existência desta pequena fábrica, ou seja, passa de 02 Municípios em 1976 para 07 em 1988, e para 13 em 1993.

Os produtores imediatos e proprietários da pequena Fábrica de vassouras, por sua vez, vendem sua produção para intermediários que as re-vendem. Segundo informações prestadas pelo dono da fábrica, no ano de 1993, a pequena produção foi vendida nos Municípios de Nova Palma, Faxinal do Soturno, Dona Francisca, São João do Polêsine, Agudo, Salto do Jacuí, Pinhal Grande e Júlio de Castilhos, todos Municípios circunvizinhos. Estes 08 lugares são os mesmos de destino da produção do período inicial (pós-45).

Vejamos o fluxograma a seguir.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

FLUXO DAS VENDAS DE VASSOURAS EM DEZEMBRO DE 1993



JÚLIO DE CASTANHOS

N
↑

NOVA PALMA

FAX. SOTURNO

AGUDO

SANTA MARIA



FONTE: DADOS DA PESQUISA DE CAMPO
NOVA PALMA / RS, JANEIRO 1994
ELABORAÇÃO: GEOG. MARCOS
A. SAQUET

Como mostra o fluxograma, no mês de Dezembro de 1993, a produção foi vendida em apenas 04 Municípios. Destes, as vendas foram maiores em Nova Palma. Esta diminuição nos locais de venda neste mês, segundo informações do dono, ocorreu porque não houve procura nos demais Municípios anteriormente referidos.

Comparando as áreas de atuações aproximadas das pequenas Fábricas de picolés e sorvetes e de vassouras, com a da Fábrica de Massas Alimentícias, verificamos que as vendas das primeiras atingem somente Municípios vizinhos a Nova Palma, enquanto que as vendas da Fábrica de Massas atingem quase todos os Municípios do RS, e algumas cidades do Uruguai e da Argentina, e, possivelmente, atingirão o estado de Santa Catarina.

Já no que refere-se à Fábrica de calçados, o dono e seus familiares vendem praticamente toda a pequena produção no balcão, como eles denominam. Conforme depoimento do pequeno proprietário, até 1993 pelo menos, os fregueses eram oriundos de alguns Municípios circunvizinhos, onde residem descendentes dos primitivos colonizadores do Ex-Núcleo Soturno, hoje Município de Nova Palma.

No caso dos pequenos produtores de vinho, a produção é anual, e eles a vendem in loco aos interessados, oriundos em sua maioria, das cidades vizinhas. Neste caso, não há re-venda, como acontece na pequena fábrica de calçados.

A grosso modo, o resultado da pequena produção agrícola, é assim orientada:

Soja: é re-vendida a granel para o mercado nacional e para empresas de Rio Grande/RS, que a exportam para alguns países da Europa e EUA;

Feijão: após ser limpo, polido e empacotado na própria CAMNPAL, que inclusive, conta com equipamento automático para o empacotamento, é comercializado a re-vendedores de inúmeras cidades do RS, SP e RJ;

Milho: uma parcela é "repassada" aos agricultores para a criação de animais, e outra, após empacotamento, é comercializada a re-vendedores de inúmeras cidades do RS;

Arroz: após processo de industrialização, como os demais produtos referidos, é re-vendido para intermediários de inúmeros Municípios do RS e outros estados do Brasil;

Trigo: após ser transformado em farinha e empacotado, é também comercializado a re-vendedores de alguns Municípios do RS;

Fumo: é re-vendido para as indústrias fumageiras de Santa Cruz do Sul/RS, que o exportam aos EUA e alguns países da Europa.

A produção agrícola local, através da Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda, chega, conforme informações de um dos seus gerentes, à praticamente todos os Municípios do RS, inclusive até alguns lugares de outros estados do Brasil e do exterior.

Quanto maior a produção agrícola em Nova Palma, e quanto mais a CAMNPAL diversificar e incrementar as forças produtivas das atividades em que está envolvida, maior será a obrigação em aumentar a venda das mercadorias que adquire dos produtores agrícolas, aumentando possivelmente sua área de atuação e a quantidade e diversidade de lugares onde se realizarão os produtos produzidos pelos agricultores novapalmenses através dos re-vendedores.

Historicamente, os benefícios trazidos pela CAMNPAL à prática agrícola local parecem inquestionáveis. Antes da criação da Cooperativa em 1963, possivelmente, a produção agrícola e a sua comercialização eram mais difíceis de se concretizar do que atualmente. A produção, segundo Sponchiado em entrevista,

"(...) era tudo na base do boi, do arado e da enxada. A semente, era muito difícil trocar a semente. Era aquela coisa né: o milho quase nem se vendia. Era usado pra criar galinha e porco. Vendiam o porco, o fumo, e nada mais propriamente né. (...) O vinho era pro colono bebê. O gado era muito pouco, era uma coisa rara".

Conforme este mesmo informante, a comercialização era feita através dos chamados picaretas ou negociantes:

"o negociante que se botava num lugar, sempre ele comprava, vendia e comprava produtos. Sempre. E ele tinha carroceiros que levavam os produtos pra Santa Maria. (...) No fim de ano o negociante acertava a conta com o colono. Durante o ano todo dava fiado, na caderneta, desde a cachaça, a fazenda, linhas, pregos, sal (...)".

Antes da criação da CAMNPAL, o fumo era o único produto agrícola cultivado em Nova Palma exclusivamente para a venda, e o uso de insumos químicos era praticamente nulo. Com a expansão do capitalismo no Município de Nova Palma através da CAMNPAL, parece que a vida diária do pequeno agricultor ficou mais fácil. A Cooperativa passou a oferecer-lhe o uso de sementes selecionadas, de ferragens, de peças, a garantia da comercialização da produção, a assistência técnica, os financiamentos agrícolas, outras opções de cultivo, como o trigo e a soja, etc.

Algumas destas vantagens foram comprovadas pelas declarações de alguns dos pequenos agricultores entrevistados:

"Antes da Cooperativa era muito mais difícil, porque tinha os intermediário né, os picareta, que ia lá e fazia os preço que eles queria, e às vezes não pagava até. Agora, depois ali, pelo menos se vende e se recebe, na Cooperativa";

"Vale a pena sê sócio da Cooperativa, sabe por quê? Porque você imagina hoje sem a Cooperativa, se tu vai precisá de 10 saco de adubo ou outra coisa, tu vai tê que ir daqui a Santa Maria pra encontrá? Assim tem aqui né. (...) O agricultor sabe que vai lá e encontra";

"Antes da Cooperativa a gente vendia aos picaretas. Depois quando surgiu a Cooperativa, aí então se passou a vender em comum. Não precisava tanto ficá pensando: vô vendê pra esse ou pra aquele; será que vai dá, será que não vai dá (...)"

A CAMNPAL dá um certo amparo, uma segurança aos pequenos produtores agrícolas entrevistados, facilitando a produção e a comercialização.

Por outro lado, a maioria dos pequenos agricultores abordados, reclamaram dos baixos preços que têm recebido pelos produtos agrícolas, e do aumento exagerado nos preços dos insumos:

"O preço do milho, soja, feijão, tá muito baixo. E o preço dos insumo, eu acho que subiu bastante mais do que do produto. Eu não sei a quantia, mas acho que é muita coisa mais";

"Pode sê que vai melhorá, mas por enquanto tá muito mal. O soja (...) é muito baixo viu. Dizem que vai subi um pouco, mas pra mim não resolve mais, porque já vendi. O preço dos insumo viu, sobe muito, e o preço pro produto do agricultor sempre baixa mais";

"Os preço dos nosso produto tá muito baixo. Ele sobe bem menos que os insumo né. O produto parece que não sobe (...), e o resto sobe sempre";

"O preço dos produto nosso sempre sobe menos do que os insumo, por isso dá pouco lucro né. Comprá alguma máquina, nem pensá".

Se antes da criação da Cooperativa Agrícola local, quem "fixavam" os preços dos produtos agrícolas, conforme os depoimentos, eram os intermediários, atualmente, os preços pagos aos produtores, por seus produtos, pela CAMNPAL, são fixados pelo Governo Central em conformidade com as cotações da Bolsa de Chicago no caso da soja, do trigo, e do milho. No caso do fumo, são as indústrias fumageiras que fixam os preços, também, de acordo com as cotações da Bolsa de Chicago.

Este "distanciamento" do produtor agrícola frente à determinação dos preços de seus produtos parece ser retratado no depoimento de um dos pequenos agricultores abordados, que prefere o "tempo dos picaretas":

"Quando não existia a Cooperativa, que tinha só picareta que a gente vendia os produto, era bem melhor que agora. Sim, porque tinha concorrência, agora não tem, é só a Cooperativa que compra, paga o que quer e a gente se obriga a vendê".

A CAMNPAL é, a nosso ver, um complexo agroindustrial em formação, que vem se expandindo e dominando as diferentes atividades produtivas da região e industrializando alguns produtos agrícolas: primeiro foi o milho, o feijão e o arroz. Depois o trigo. E logo, segundo informações de um dos gerentes, a CAMNPAL

industrializará o leite⁵⁵ e construirá um frigorífico.

A CAMNPAL obtém lucros dos dois lados, re-vendendo aos pequenos agricultores produtos industrializados por preços provavelmente superiores àqueles pagos à indústria fornecedora, e re-vendendo os produtos agrícolas por preços superiores àqueles pagos aos pequenos produtores imediatos; ela ganha também no sistema troca-troca, nos descontos referentes às mensalidades, etc, aumentando seu patrimônio.

A evolução do patrimônio na empresa CAMNPAL nos últimos 06 anos, sucintamente, é mostrada na tabela nº 23.

⁵⁵ Cerca de 70% do leite comercializado pela CAMNPAL, é produzido pelos pequenos produtores agrícolas do Município de Nova Palma. No total, estes produzem mais, porém, individualmente, quem produz mais leite, é o médio produtor (80-100ha): "Eles têm mais nº de vacas, têm mais infra-estrutura. Eles montaro um estábulo melhor, ordenhadeira. Então esse pessoal têm animal de melhor raça né, e têm produzido mais", informou-nos um dos gerentes da CAMNPAL. Conforme o Diagnóstico do Fundo de Desenvolvimento Comunitário de Nova Palma/1993, existem 5.200 cabeças de gado bovino para a produção de leite no Município, e a produção anual comercializada foi de 3.024.000 litros. Dividindo este total anual por 365, teremos uma média diária de 8.284 litros de leite vendidos. E, dividindo esta média diária por 5.200 cabeças, teremos a média de 1,6 litros/vendidos/dia por vaca. O que parece-nos uma média bastante baixa. E mais, se dividirmos as 5.200 cabeças pelos 1.156 pequenos proprietários agrícolas do Município, teremos uma média aproximada de 4,5 vacas por proprietário. Multiplicando 1,6 litros/vendidos/dia por 4,5 vacas, teremos uma suposta média de 7,2 litros vendidos diariamente por proprietário. Infelizmente não conseguimos identificar os números mais exatos, porque a CAMNPAL também comercializa o leite produzido por pequenos proprietários residentes em outros Municípios vizinhos.

TABELA Nº 23

PATRIMÔNIO	1988	1993
CARROS PEQUENOS	03	08
CAMINHÕES	04	12
SECADORES	03	07
GRANELEIROS	01	01
ARMAZÉNS	04	12
SUPERMERCADOS	03	03
BANCO DE CRÉDITO	01	01
POSTO DE LEITE	01	01
SILOS	02	05
ENGENHO MOINHO	--	02
ENGENHO DE ARROZ	01	01
POCILGA	--	01

Fonte: Cartilha Informativa/1993; Relatório da diretoria/1993; e Departamento Técnico da CAMNPAL. Montagem do autor.

Pelos dados da tabela, percebemos um incremento significativo no patrimônio da CAMNPAL entre 1988 e 1993, quando aumenta o número de carros pequenos, caminhões, secadores, armazéns e silos. No total, são 24 edificações próprias registradas em 1993⁵⁶. Todos estes investimentos são indicadores da acumulação de capital na CAMNPAL.

Dentre estes investimentos, segundo um dos gerentes da CAMNPAL, foram instaladas as máquinas para a industrialização do milho a partir de 1988, e do feijão e do arroz a partir de 1991; deu-se a construção da filial localizada na cidade de Dona

⁵⁶ A CAMNPAL foi fundada por 28 sócios que começaram as atividades em um armazém alugado.

Francisca; e a compra de dois moinhos para a industrialização do trigo em 1993. Conforme esta mesma fonte, este é o período (1988-1993) de maior crescimento da CAMNPAL.

Outros que nos parecem ser indícios deste crescimento, são os seguintes aumentos descritos no Capítulo anterior:

- . Aumento na quantidade de associados da CAMNPAL entre 1988 e 1993, em torno de 36,4%;

- . Aumento na quantidade de empregados, no mesmo período, em aproximadamente 85%;

- . Aumento na comercialização de produtos agrícolas. Em termos gerais, entre 1988 e 1993 deu-se um aumento na comercialização da soja, do feijão, do milho e do arroz;

- . Aumento, no mesmo período, na comercialização de fertilizantes e inseticidas em torno de 60%, e de fungicidas, em aproximadamente 200%;

- . Aumento na quantidade de financiamentos agrícolas feitos pela CREDIPAL entre 1988 e 1993.

Segundo um dos gerentes da CAMNPAL, esta, está entre as maiores e mais "seguras" do estado:

"Hoje todas as Cooperativas que tão bem, são Cooperativas de região de pequena propriedade (...), de colonização, onde é diversificado. (...) As Cooperativa que trabalham só com monocultura (...) não têm pra se mantê né. E hoje, em todo estado, se o Governo cortasse o subsídio, tinha 07 que sobreviveriam por conta, e entre elas tá a CAMNPAL, devido a toda nossa diversificação".

Ao lado do aumento praticamente geral nas atividades e no patrimônio da CAMNPAL, encontramos a maioria dos pequenos

agricultores, pelo menos visivelmente, em situação de vida difícil.

Cerca de 85% dos pequenos agricultores visitados vivem em lugares de difícil acesso, com estradas de terra mal conservadas; praticamente sem assistência médica, pois quando precisam, têm que dirigir-se à cidade de Nova Palma ou às cidades de Faxinal do Soturno e Dona Francisca; com muitos instrumentos de trabalho rudimentares e velhos; moram em casas na maioria já velhas, mal conservadas e com muitos móveis antigos; e com carros, os que existem, pessimamente conservados.

Conforme declarações dos próprios, os eletrodomésticos que mais usam são a geladeira, o rádio, a TV e o freezer, mas conseguem comprar estes produtos aos poucos:

"Olha, não dá mais a agricultura. A gente andô comprando ali alguma coisinha nos últimos ano, mas a situação tá muito difícil, não dá mais pra vivê (...)"

"(...) Tá difícil, tá difícil. (...) Mas fazê o que, otro lugar é pior ainda. (...) Dá pra se mantê mal e mal, má en final, otras coisa tá pior. (...) O freezer pro leite nós compramo em prestação né (...)"

"Por enquanto dá pra vivê. Dá pra vivê só, porque outra coisa não dá pra fazê, mais nada. (...) Dá pra í mantendo o que tem. (...) Dentro de casa temo a TV e a geladera né, as coisa mais cara. (...) Pará não dá, vamo fazê o quê?"

"Pra nós viu, enquanto a Cooperativa tá ficando sempre maior, mais rica, e nós, o associado sempre mais pobre. Isso é certo. Máquina, de forma nenhuma dá pra comprá. E pra pagá juro, quem é de poca, baxa renda, não tem condição. As coisa pra casa às vez se compra a prestação. (...) Não tem satisfação desta maneira (grifo nosso)".

Parece-nos que estes depoimentos mostram muito bem a

atual situação em que vivem pelo menos a maioria dos pequenos agricultores em Nova Palma. Talvez seja por isto, que todos os agricultores entrevistados têm 01 ou 02 filhos estudando em Nova Palma, ou Faxinal do Soturno, ou até em Santa Maria; Talvez seja por isto, também, que a população rural do Município de Nova Palma diminuiu entre 1980 e 1991, passando, segundo dados do IBGE, de 6.565 para 5.570 habitantes. Porém, muitos parecem conformados com sua situação sócio-econômica atual.

Enquanto a CAMNPAL aumenta seu patrimônio com o passar dos anos, muitos dos pequenos produtores agrícolas entrevistados têm que vender a madeira, o leite, as vacas, etc, para sobreviver:

"Bom, nós ainda não precisamos vende terra né, mas já vendemo implemento e gado né, pra podê pagá as dívida";

"(...) Nós a poco tempo vendemo duas vaca. (...) Mas já vendemo a tempo atrás madeira (...)";

"Depois que morreu o PROAGRO, mais do que um teve que entregá máquina e terra né. Nós aqui vendemo um pedacinho de terra, não muito grande, mas teve gente que vendeu mais";

"(...) Todos ano temo que vendê alguma coisa pra se mantê. (...) Madeira não temo mais quase, então vendemo uma ou duas cabeça de gado (...)".

Esta perda de bens, juntamente com o nível de vida anteriormente descrito resumidamente, parece-nos um indício de que sobra pouco aos pequenos agricultores ao findar o ciclo produtivo. Outros sinais são as pequenas feiras coloniais, a venda do leite, e os índices de ganho líquido por entrevistado no cultivo da soja, safra 1992/93, que abordamos no Capítulo anterior.

As pequenas feiras colonias são feitas por alguns dos

pequenos agricultores abordados, duas vezes por semana, na cidade de Nova Palma. Estes pequenos produtores correspondem a cerca de 16% do total dos agricultores entrevistados. Percentual pequeno, mas cabe salientar, conforme declaração de um dos organizadores da feira, que o número de pequenos agricultores participantes só não é maior, porque o mercado consumidor local é pequeno. Nelas, eles vendem produtos como a mandioca, ovos, queijo, verduras, bolachas, batata-doce, rapaduras, etc, diretamente aos consumidores.

"(...) Agora aqui com a fêra, dá uns trôco bom. Não vivemo só disso né, mas tudo que entra tá bom pra nós. Já ajuda. (...) Nós sempre vendemo tudo que trazemo".

Já a venda do leite envolve praticamente todos os pequenos agricultores do Município. Como já nos referimos, em torno de 70% do leite comercializado pela CAMNPAL é produzido pelos pequenos proprietários.

"Esses ano atrás, quando deu estiagem, nós se salvamo em função de vendê o leite. E hoje né, temo o preço baixo da soja, mas temo o leite né. Todos os mês tamó recebendo um ordenadinho";

"(...) no caso do leite o lucro é baxo, mas é uma entrada de dinheiro mensal. Todo mês recebemo um poquinho";

"(...) O leite viu, é bom porque não dá muito trabaio. Nós temo potrero bom. (...) E é um dinherinho que entra certo né (...)".

Os pequenos agricultores vendem o leite para aumentar os ganhos de sua família. Tudo indica que o fato de receberem um "dinheiro mensal" lhes dá uma certa segurança para viver, e por isso, estão satisfeitos com a venda do leite. Por este motivo

também, o leite aparece como o principal produto comercial para os pequenos produtores agrícolas abordados, o que não significa dizer que ele é o principal produto para a economia do Município. Segundo um dos gerentes da CAMNPAL,

"(...) Na economia do Município a soja ainda é o principal produto para a venda né, mas pro desenvolvimento das propriedades é o milho pra criação né, pro leite (...). O leite tá sustentando o pequeno agricultor".

Ou seja, o milho vem sendo usado na alimentação do gado, juntamente com pequenas áreas de pastagens, para a produção do leite, que se destaca como alternativa para o sustento da pequena unidade familiar, apesar da produção diária por proprietário ser pequena, como já demos a conhecer anteriormente. Conforme informações do secretário municipal da agricultura, isto acontece porque o custo de produção do leite é baixo.

Aliás, a própria CAMNPAL vem incentivando a produção de leite em Nova Palma, como nos informou um de seus agrônomos:

"(...) em função do próprio solo né, que é muito declivoso, impróprio pras culturas, então a própria Cooperativa tem fomentado pra fazê criação de gado leiteiro e produzi o leite né, outra alternativa pra pequena propriedade. A Cooperativa tem feito (...) uma troca-troca com ordenhadeiras e com refrigeradores. (...) E mesmo agora, a Cooperativa financia os insumos, por exemplo, ou pra fazê a silage né. Dá os insumo e ele vai pagando com o leite".

Além de, possivelmente ganhar na re-venda do leite, a CAMNPAL provavelmente também lucra nas "trocas-trocas" feitas. Ao mesmo tempo, isto parece-nos um mecanismo para que o pequeno agricultor tenha uma renda extra e mantenha-se vivo, apto para

produzir os produtos agrícolas, e consumir os insumos e demais produtos re-vendidos pela CAMNPAL.

E o último indício anteriormente referido, é a média do total de ganho líquido no cultivo da soja pelos entrevistados, na safra 1992/93, calculado a partir dos dados expostos na Tabela nº 21 da página 125, ou seja, em torno de 39,8%. Este parece-nos um índice baixo, correspondendo possivelmente a pouco dinheiro no bolso do agricultor, pelo menos, a partir do cultivo da soja na referida safra.

O próprio secretário municipal da agricultura, conhecedor da vida dos pequenos produtores agrícolas do Município de Nova Palma, retratou em entrevista o baixo nível de vida deles:

"A cada ano que passa percebe-se que vem diminuindo o poder aquisitivo dos pequenos agricultores no Município. A rentabilidade por produto diminui, e a gente nota que o pequeno produtor tá se descapitalizando bastante, ou seja, pra consegui se mantê ele vende a madeira, a lenha, laranja, o leite, pra arrecadá um pouquinho de dinheiro. É sinal que tá difícil. (...) O milho, por exemplo, esse ano deu prejuízo, o soja também. O feijão deu lucro, mas não muito alto. O pequeno produtor não tem costume de se queixá. Ele vem se mantendo né. Ele não compra um carro novo, ele não compra um eletrodoméstico caro, por exemplo. Então ele vem se mantendo, já que ele não faz grandes investimentos, ele consegue se mantê, mas ele não vai renovando as máquinas, nem sequer os galpões, nem sequer as casas né".

Nesse sentido, as iniciativas dos administradores do poder público municipal nos últimos anos, incentivando a piscicultura e a criação de suínos, também parecem indicar que a situação sócio-econômica do pequeno agricultor local não é muito boa. Um deles no afirmou:

"Aqui em Nova Palma, acho que tá mais ou menos bem, porque tão fazendo esses (...) condomínio né, pra criá porco. Isso ali é uma grande coisa".

Porém, será que estas iniciativas contribuirão para a permanência do pequeno agricultor no espaço agrário local?

No que refere-se à possível organização dos pequenos produtores agrícolas entrevistados frente às dificuldades, identificamos a existência dos chamados mutirões e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Nos mutirões, os pequenos agricultores vizinhos se reúnem para se ajudar, em tarefas que vão desde as roçadas até a colheita, passando em alguns casos, até pela construção de galpões. Parece a verdadeira vida comunitária, que nos momentos difíceis aflora no meio rural do Município.

Quanto à atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, parece que não vem satisfazendo muito os agricultores:

"É só pra atendê os papel da aposentadoria. O sindicato daqui tá morto né. Não vende ferrage, não luta por preço melhor, não faz nada pro agricultor né";

"Alguma coisa sempre sai. Tá mais ou meno, sempre ajuda";

"Hoje parece que eles tão interessado a ajudá, mas ajudá a conversá, porque a ajuda que o colono espera seria mais essa ajuda de hospital, dentista, ferramenta pro trabalho né. Essa ajuda que nós gostaria de tê, e não tem";

"Tá fazendo um trabalho bom na parte de aposentadoria, mas devia fazê esclarecimento sobre a comercialização do nosso produto, até pra comprá as coisa né".

Provavelmente a atuação do Sindicato dos Trabalhadores

Rurais de Nova Palma tem-se destacado na agilização das aposentadorias dos pequenos produtores agrícolas no Município, conforme enfatizaram muitos dos entrevistados. No dizer do presidente deste Sindicato, este, tenta buscar "(...) um novo jeito de viver", porém, enquanto isto, a empresa CAMNPAL se torna cada vez mais rica e poderosa, e a maioria dos pequenos agricultores, prováveis produtores de parte daquela riqueza material, parecem se tornar mais submissos e empobrecidos, pelo menos relativamente.

No entanto, as desigualdades de incremento de patrimônio não acontecem somente entre a CAMNPAL e os pequenos produtores agrícolas locais.

As desigualdades de crescimento também ocorrem entre a CAMNPAL e a Fábrica de Massas, e as produções artesanais estudadas. Vejamos alguns indícios do crescimento da Fábrica de Massas Alimentícias:

- . Aumento, entre 1988 e 1993, de cerca de 500% na quantidade de máquinas, e de quase 800% na quantidade de operários;

- . Aumento em torno de 1.520%, no mesmo período, na produção diária;

- . Aumento na quantidade de caminhões entre 1988 e 1993, cerca de 600%, e no estoque de farinha, em torno de 361%;

- . Aumento na quantidade de locais de destino da produção, passando de 06 Municípios em 1988, para pelo menos 09 em 1993.

No que refere-se às atividades artesanais, temos os seguintes indícios de crescimento:

Fábrica de picolés e sorvetes:

- . Aumento em torno de 140% na produção média mensal de

picolés, entre 1988 e 1993, e, de aproximadamente 233% na produção média mensal de sorvetes;

- . No mesmo período, aumento em cerca de 300% na quantidade freezers;

- . Possui apenas um caminhão em 18 anos de existência;

- . Ainda não tem empregados efetivos;

- . Aumento na quantidade de lugares de destino da produção, passando de 07 Municípios em 1988, para 13 em 1993.

Fábrica de calçados:

- . Entre 1988 e 1993 não teve aumento na quantidade de máquinas;

- . No mesmo período, a produção média mensal de botas de couro diminuiu aproximadamente 40%; a produção de sandálias reduz em torno de 80%, e a de chinelos foi mantida a mesma;

- . Ainda não tem empregados;

Fábrica de vassouras:

- . Entre 1988 e 1993, a quantidade de máquinas foi a mesma, e a produção média mensal diminuiu cerca de 54%;

- . Ainda não tem empregados;

- . Não registrou aumento na quantidade de lugares onde é vendida a produção entre 1988 e 1993.

Pequenos produtores de vinho:

- . Entre 1988 e 1993 a área cultivada com a uva no Município foi a mesma, cerca de 63 ha;

- . No mesmo período, a produtividade, em torno de 5.000 Kg/ha, e a média produzida de vinho (800 garrafas) por produtor, têm se mantido praticamente as mesmas;

- . Eles ainda não tem empregados;
- . A produção ainda é feita totalmente artesal;

Parece-nos claro o crescimento desigual entre as atividades referidas, sobretudo entre a CAMNPAL e a Fábrica de Massas Alimentícias, e a Fábrica de calçados, a Fábrica de vassouras, e os pequenos produtores de vinho, uma vez que a Fábrica de picolés e sorvetes apresentou bons índices de crescimento frente à Fábrica de calçados, à Fábrica de vassouras e aos pequenos produtores de vinho. Nestas últimas, a produção mantém-se a mesma ou diminuiu nos últimos 06 anos. Na verdade, a pequena fábrica de calçados e os pequenos produtores de vinho, são pequeníssimos negócios.

Comparando, mesmo que resumidamente, algumas variáveis das diferentes atividades abordadas, em 1993, temos o seguinte quadro-síntese.

TABELA Nº 24

VARIÁVEIS	CAMNPAL	FÁBRICA DE MASSAS AL.	FÁBCA PIC/SORV.	FÁBCA CALÇADOS	FÁBRICA DE VASSOURAS	PRODUTOR DE VINHO
CAMINHÕES	12	07	01	--	--	--
OPERÁRIOS OU MEMBROS DA FAMÍLIA	169	53	04	03	02	02
EDIFICAÇÃO	24	02	01	01	01	01

Fonte: Dados da pesquisa de campo. Nova Palma, Junho de 1994. Montagem do autor.

Estes dados parecem-nos mais um bom sinal do crescimento desigual das atividades abordadas. Enquanto a CAMNPAL e o dono da

Fábrica de Massas têm, respectivamente, 12 e 07 caminhões, a única das atividades artesanais que tem um caminhão para distribuir a produção é a Fábrica de picolés e sorvetes⁵⁷; enquanto a CAMNPAL tem 169 empregados e a Fábrica de Massas 53, as demais atividades apenas apresentam algumas pessoas da família trabalhando na produção direta; e, enquanto a CAMNPAL tem no total 24 edificações e o dono da Fábrica de Massas tem 02 prédios onde dá-se a produção, as demais atividades tem apenas uma edificação, sendo que, no caso dos pequenos produtores de vinho e dos pequenos produtores das vassouras, o prédio onde acontece a produção é o mesmo da residência dos membros da família. O mesmo ocorre com os pequenos produtores de picolés e sorvetes, onde um dos dois irmãos proprietários reside na mesma edificação em que é feita a produção. O incremento no patrimônio da CAMNPAL e da Fábrica de Massas Alimentícias parece ser bem maior do que o verificado nas produções artesanais.

Excluindo os gerentes da CAMNPAL e o dono da Fábrica de Massas Alimentícias, os descontentamentos com os ganhos parece ser quase total. O proprietário da pequena fábrica de vassouras, nos declarou:

" (...) a gente tá sustentando isso aqui mais por uma questão de tradição, a gente sempre gostô né. Porque o lucro que dá, só dá uns trôco".

⁵⁷ Hoje, no Brasil, a circulação e comunicação proporcionadas pelas redes, são complementares e praticamente instantâneas. Elas estão presentes em todas as estratégias utilizadas pelos indivíduos para dominar e controlar superfícies, os outros indivíduos e os lugares de poder. Porém, o uso das vias e meios de circulação e comunicação é desigual. Nem todos têm acesso à estes meios. E, simultaneamente, estes próprios meios contribuem para o aumento das desigualdades entre os possuidores e os despossuídos.

Um dos pequenos proprietários da Fábrica de picolés e sorvetes respondeu-nos:

"A gente tem que levá controlado a coisa, senão não dá. (...) Nós só temo uma temporada de safra por ano né. Tem que aplicá e controlá o dinheiro pra vivê no inverno e pra comprá o material da safra seguinte né".

O dono da pequena Fábrica de calçados, por sua vez, declarou:

"As venda diminuiu bastante. O movimento caiu. (...) Nós vivia tranqüilamente com o lucro da fábrica. Um monte de investimento nós fizemo com o lucro da fábrica (sic). Mas hoje diminuiu tudo (...), e só não falimos porque não temos empregados né. Por isso a agente vai se aguentando melhor, porque não tem operários pra pagá, é tudo da casa né".

E no caso dos pequenos produtores de vinho, a situação parece semelhante:

"(...) Isso não dá muito lucro. Nós produzimo poco né. A gente faz mais porque gostamo disso. (...) Eu aprendi com meu pai e agora continuamo".

No que refere-se aos empregados da Fábrica de Massas Alimentícias, a situação não parece muito diferente. Vejamos algumas das declarações dos operários entrevistados:

"O que a gente ganha (...) dá prá comê e se vesti, e olha lá, porque a coisa tá difícil (...)"

"Com o salário que ganhamo não dá prá vivê não. Dá prejuízo. (...) Dá pra comprá as coisa mais ou meno, em prestação. Paguei a geladera em 11 vez. (...) Dá pra pagá as conta necessária: água, luz e comê";

"(...) A gente consegue comprá uma televisãozinha preto e branco; uma geladeira, as coisinhas mais necessária que precisa. (...) Leva um tempinho pra cromprá, mas compra né";

"(...) O meu dinheiro tá sempre o mesmo, e o da Fábrica tá lá. Vê a fortuna que tem lá".

Tudo indica que as dificuldades para sobreviver dos pequenos agricultores do Município, são semelhantes às enfrentadas pelos operários da Fábrica de Massas e pelos artesãos.

Ainda no que refere-se à força da CAMNPAL no Município de Nova Palma, é importante destacar que mais de 90% dos pequenos comerciantes entrevistados reclamaram da ação concentradora da CAMNPAL a partir da diversificação de suas atividades. Os comerciantes, tanto os localizados no espaço agrário quanto os da cidade de Nova Palma, sentem diariamente em suas vendas a força expansionista da Cooperativa: "se continuá assim vamo tê que fechá", comentou um dos pequenos comerciantes abordados. Possivelmente eles não conseguem acumular capital a ponto de concorrer com a CAMNPAL.

Na tabela a seguir⁵⁸, mostramos o ritmo lento de aumento no número de pequenos estabelecimentos "industriais" e comerciais no Município de Nova Palma, nos últimos anos.

⁵⁸ Os dados referentes ao ano de 1988 não foram encontrados no almoxarifado da Prefeitura Municipal de Nova Palma. Com relação ao ano de 1976, apresentamos os dados porque são os mais antigos que conseguimos localizar.

TABELA Nº 25

Evolução dos pequenos estabelecimentos "industriais" e comerciais no Município de Nova Palma

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	1976	1985	1993
"INDUSTRIAIS"	08	12	16
COMERCIAIS	42	67	108
TOTAL	50	79	124

Fonte: Sistema de apuração dos índices do ICMS - Relação dos contribuintes: 1976/85/93. Setor de Cadastro da Prefeitura Municipal de Nova Palma/RS. Montagem do autor.

Em termos gerais, no total, comparando os dados de 1976 com os de 1993, percebemos que o número de pequenos estabelecimentos "industriais" e comerciais em Nova Palma cresceu em torno de 148%, ou seja, em 18 anos, passa de 50 para 124.

Segundo a mesma fonte acima referida, das 08 atividades artesanais registradas em 1976, apenas 01 não existe mais, que corresponde a uma olaria. As que sobrevivem são: 01 ferraria, 01 tornearia, 02 pequenas fábricas de móveis, 01 pequena fábrica de calçados, 01 pequena fábrica de picolés e sorvetes, e 01 fábrica de massas alimentícias. As outras 09 produções artesanais que foram criadas entre 1976 e 1993, correspondem a 01 pequena fábrica de roupas, 03 extrações e beneficiamento de pedras basalto, 02 pequenas fábricas de móveis, 02 pequenas esquadrias, e uma pequena olaria. Ou seja, nenhuma voltada ao setor agropecuário, que é controlado pela CAMNPAL. Notamos também uma pequena diversificação em direção à extração e beneficiamento de pedras, que são abundantes no local; à produção de móveis; e às esquadrias.

Apesar do aumento no número de pequenos estabelecimentos nos últimos anos, os pequenos comerciantes entrevistados foram unânimes em suas declarações sobre a diversificação e a expansão da CAMNPAL:

"A cidade toda, a cultura nossa toda do interior, tudo depende da Cooperativa aqui. Eles trocam soja pelo insumo, eles trocam soja por arroz né. (...) Já caiu as venda num percentual grande, principalmente os funcionários de lá, e os colono que entrega mercadoria dele e leva outros produtos. Eles tão com a maioria, 70/80% de nossa população na mão deles. (...) Então, hoje o comércio aqui, nós somo heróis no comércio aqui, a gente mantém mais por amor à pátria do que por qualquer outra coisa né. Nós vamo tocando né, até onde a gente agüenta a gente fica né (...)"

"Eles interfere no comércio todo. A gente tinha mais venda antes. Eles vende em crediário, e fazem qualquer coisa né. Acho que eles botam uma merge de lucro de 10/20%, a gente não é possível se sustentá com essa margem. Não é possível, nós não podemos fazê o que eles fazem. (...) Os agricultor compram tudo lá. Mas por enquanto a gente tá remando. Dá pra mantê o que a gente fez até agora. Dá pra sobrevivê (...)"

"Com o aumento da Cooperativa, o comércio em geral vai sofrendo muito, porque eles querem monopolizá tudo né. (...) Então pro comércio em si da cidade é muito ruim isso aí, porque as outras pessoa também tem que vivê né. Não é só eles, e a agricultura cai tudo lá. Eles afetam onde gera o dinheiro. Eles tiram tudo do agricultor".

Estes depoimentos parecem confirmar a declaração de um dos gerentes da CAMNPAL:

"Nós ganhamo um pouco em cada coisa. Tu vê, é 10% líquido na venda do produto agrícola, mais 5% líquido no sistema troca-troca, e assim vai né".

Também justificam todos os esforços da CAMNPAL em

integrar o pequeno agricultor, através do sistema de crédito, oferta de insumos, assistência técnica, etc.

Já do lado dos pequenos comerciantes e "industriais", em virtude do pequeno crescimento na quantidade de pequenos estabelecimentos nos últimos 18 anos, e, das reclamações acima registradas, é possível que a expansão da CAMNPAL tenha atingido e prejudicado o crescimento destes setores. Quando perguntamos ao microhistoriador Sponchiado porque o número de pequenos estabelecimentos comerciais e "industriais" em Nova Palma crescia pouco, ele não relutou:

"Devido à CAMNPAL que amarrou tudo né, concentrou. Apanhou tudo, prejudicando o resto".

E é, provavelmente, devido ao pequeno crescimento no número destes estabelecimentos no Município, que em torno de 90% dos entrevistados, quando perguntados se a economia em Nova Palma encontra-se estagnada, responderam de forma positiva.

"Nova Palma está estagnada tecnologicamente porque não surge novas fábricas, e as que tem lutam com dificuldade. Estagnou porque acho que tem pouco incentivo né, e fica muito prejudicado o transporte em virtude da estrada em condição precária né";

"Aqui, se pega em todas as cidade da nossa região, a única coisa que tá funcionando mais ou menos e precariamente, são todas as prefeitura. (...) Tá muito devagar";

"(...) Não havendo o desenvolvimento em termo de tecnologia, estamos parando no tempo, e com isso muitos deixam de crescê, sem criá emprego. Estamos estagnado porque a prefeitura, o comércio e os próprio agricultor né, não investem";

"A falta de tecnologia né, faz com que o home não avance. (...) Estagno porque faltô interesse dos político que não troxero empresa pra cá";

"Nova Palma tá muito atrasada. Parou no tempo devido à terra descômoda né. Também falta emprego na cidade. Todo mundo vai embora";

"(...) Falta emprego na cidade, (...) não temo estrada boa, que fica mais difícil pra vinda de novas indústria pra Nova Palma".

Porém, alguns poucos declararam:

"Acho que (...) uns sim, outros não. Tem que melhorá a produção, não ficá brigando por causa do futebol e por causa da política né";

"Não tá estagnada. (...) O problema é que a tecnologia só chega a uns 10%, não chega a todo mundo (...)"

"Em parte sim, em parte não. Não é (...) igual";

"Nova Palma tá crescendo. A gente percebe pelas construção. Precisaria que entrava mais indústria grande né. Teria muito emprego. Mas a gente espera que com o tempo venha";

"Se tirá a Cooperativa daqui, o Município quebra. O retorno (...) que a Prefeitura recebe vem tudo da Cooperativa. (...) Aqui em Nova palma quem dá emprego são só a Cooperativa, a Prefeitura, e a Fábrica de Massa, só. Não tem mais nada".

Alguns deles próprios identificaram as desigualdades sociais e produtivas em suas vidas diárias. É bem verdade que a maioria dos entrevistados concordam com a estagnação, e parecem, de certa forma, conformados, mas o reconhecimento das desigualdades por parte desta minoria pode ser significativo para a busca de melhorias sócio-econômicas.

A nosso ver, se há crescimento em atividades como a Fábrica de Massas Alimentícias e a expansão do MPC no espaço agrário local através da CAMNPAL, bem como o incremento do

patrimônio destas empresas, é sinal de que não há estagnação no Município de Nova Palma, pelo menos de forma geral. O que existe, é um desenvolvimento desigual entre as atividades abordadas. Enquanto a pequena Fábrica de calçados produz ainda com as mesmas máquinas, inclusive registrando uma diminuição na produção média mensal de botas de couro e sandálias entre 1988 e 1993, por exemplo, na Fábrica de Massas Alimentícias a produção está sendo automatizada, e o aumento na produção diária foi bastante substancial nestes últimos 06 anos.

Como nas atividades artesanais a produção tem diminuído ou se mantido a mesma, à exceção da Fábrica de picolés e sorvetes, e muitos dos pequenos agricultores vêm perdendo bens, ao lado do incremento do patrimônio da Fábrica de Massas Alimentícias e da CAMNPAL, possivelmente poderá acontecer um acirramento do hiato que separa estas atividades.

Outra tendência geral, parece-nos, é uma diversificação em direção à produção de leite, à piscicultura e à suinocultura, nas atividades feitas pelos pequenos agricultores para poderem sobreviver. E no caso dos pequenos comerciantes e dos pequenos "industriais" do Município, poderá se fortalecer a diversificação, distanciando-se cada vez mais das atividades envolvidas pela CAMNPAL. Se assim for, a produção de leite poderá ser o principal produto mercantil para a economia do Município? Sobre os artesãos abordados, o que poderão fazer para incrementar suas atividades? E com relação aos pequenos agricultores, a diversificação é uma solução para amenizar a subordinação e alienação? Existem outras alternativas? Quais?

Apesar das dificuldades para sobreviver e das reclamações aqui descritas, a maioria dos trabalhadores entrevistados têm apreço pelo que fazem, e acreditam que o trabalho dignifica as pessoas. Ao referirem-se ao trabalho, afirmaram:

"Uma necessidade pra sobrevivê, a realização de cada cidadão";

"O trabalho escolhido tem de sê feito com amor e da melhor maneira possível, sempre né. Eu me sinto muito bem com o que faço";

"O trabalho além de trazê recurso pra vivê, dignifica e diminui os problema da comunidade, não tem marginalidade";

"(...) O colono trabalha pra vivê né. Não dá pra nada o que sobra das safra. Dá pra se mantê vivo né";

"(...) É a realização de todos né. É a satisfação de nossas necessidade. Trabalhando conseguimos vivê. É bom pra tudo né";

"O trabalho é a produção da riqueza do país, (...) a parte mais importante de nossa vida, é a razão de nossa vida na Terra";

"(...) Satisfação pessoal. Sem o trabalho fico inútil né. É o nosso ganha pão. (...) O trabalho dignifica a pessoa né. E nós plantemo porque gostamo de trabalhá na lavoura (...)".

A maioria dos operários e dos pequenos produtores sob trabalho familiar entrevistados não têm clara consciência de que são facilmente subjugados e explorados, tanto na esfera da produção, como na circulação de mercadorias. Para eles, a realidade é que trabalham para garantir as necessidades básicas de suas famílias, e não para estranhos. Possivelmente exista um fundo ideológico que sustente isto, pois percebemos que a maioria enaltece o trabalho como principal forma de sobreviver e conseguir

a "satisfação pessoal". Contraditoriamente, todos querem "(...) vivê melhor (...)", mas parecem não conseguir.

Todos pequenos produtores agrícolas entrevistados, por exemplo, já tinham feito pelo menos um financiamento agrícola. No entanto, todos manifestaram insatisfação com os "bancos". Eles tentam fugir do sistema financeiro mas a maioria não consegue.

Embora a situação sócio-econômica dos trabalhadores não pareça muito boa, cerca de 84% dos entrevistados responderam que gostam de morar no Município de Nova Palma, principalmente, porque é um lugar calmo, sem roubos e assaltos, e pelas amizades que têm.

"Gosto do serviço que faço, estou nesta cidade porque tenho um amor pelo meu emprego. Gosto da cidade porque é muito calmo, sem assaltos e desordens";

"(...) Gosto muito de Nova Palma não só por ser minha terra natal, mas porque estou em harmonia com a comunidade né";

"Gosto de morá aqui porque tenho boas amizade, pela tranqüilidade de vida né, no interior. Os centros maior é pior. Aqui não tem violência e roubo (...)"

"Eu moro aqui por causa da lavora. Tem muito sossêgo aqui, boas família, sem violência (...)"

"(...) Aqui onde moro, aqui existe tranqüilidade, segurança de vida".

Apenas alguns disseram que só não foram embora ainda, porque não tiveram oportunidade:

"(...) Nós não gosta muito de morá aqui. (...) Mais ou meno né. Se tivesse condição a gente ia embora";

"Se pudesse ia embora pra pegá otro serviço mais leve. Ainda não se ageitô melhor situação prá nós trabaiá";

"Morá aqui é mais ou meno né. A gente vai levando como dá, mas se aparecê otro lugar melhor pra trabalhá a gente vai".

Todos os entrevistados trabalham em torno de 8, 10, 12 horas por dia, mas não conhecem o que significa em essência seus atos produtivos. Eles parecem não saber que o principal não é sua pessoa, seu nome, seu corpo, mas as mercadorias que produzem.

Este homem comum do dia-a-dia, sem uma reflexão maior, segundo Vásquez (1990), se considera a si mesmo como o verdadeiro homem prático; é ele que vive e age praticamente. Dentro de seu mundo, as coisas além de existirem em si, também são e existem, sobretudo, por sua significação prática, na medida em que satisfazem suas necessidades imediatas. A realidade dos pequenos agricultores, por exemplo, é, sobretudo, formada por aquilo que fazem todos os dias.

Percebemos no decorrer de nossas investigações, que o espaço cotidiano dos trabalhadores diretos, sejam assalariados ou não, corresponde ao aqui onde vivo, àquilo que faço, ao lugar propriamente dito. E o tempo cotidiano daqueles indivíduos corresponde ao agora, ao imediato, ao presente somente:

"(...) nossa vida (...) é nosso dia-a-dia né. Nosso modo de vivê (...)" ; "(...) Nossa realidade depende da Cooperativa que vende insumo (...)" ; "Nossa realidade é o que existe aqui, (...) o que fizemo todo dia, o que acontece em Nova Palma né".

A maioria deles parece não conseguir ver que através de seus atos produtivos, estão contribuindo à produção da história da

localidade onde residem, do espaço nacional, e até mesmo internacional, pois se relacionam, através do resultado de seus trabalhos e da formação das mais diferentes redes de circulação e comunicação, com os indivíduos e "bens" das esferas acima relacionadas. Em sua maioria, eles conseguem apreender muito pouco além do mundo sensível, do mundo prático-utilitário que lhes aparece diariamente. Fato que nos parece normal. Fetichizados, suas ações diariamente repetidas não passam de hábitos, e são mecanicamente executadas.

Diariamente o indivíduo maneja o telefone, a calculadora, o automóvel, o televisor, o interruptor elétrico, o arado, a enxada, os bois, o trigo, o fumo, as massas alimentícias, as vassouras, os calçados, etc, mas apenas percebe sua utilidade momentânea. O mundo diário e prático se manifesta ao produtor direto como algo já pronto e indestrutível. Para eles, o que fazem com esses utensílios corresponde ao seu significado verdadeiro, mas falta-lhes perceber claramente que existem em um mundo onde as coisas que utilizam formam um todo, uma interligação, uma interconexão de diferentes elementos dependentes um dos outros.

Falta-lhes perceber claramente que a produção social do espaço local e as atividades que fazem todos os dias são um rápido momento do resultado do processo de territorialização das forças e relações produtivas capitalistas. E portanto, que suas vidas têm sua essência no trabalho alienado, e são, em si, uma contínua luta de dominação e submissão.

O processo de apropriação e produção do espaço local envolve e caracteriza as atividades diárias daqueles indivíduos; É

ponto de encontro, de intersecção entre inúmeros elementos e momentos, opostos, internos ao local e oriundos dos mais distantes e diversos lugares.

O espaço novapalmense não deixa de ser um resultado, por um lado, do declínio sócio-econômico da Ex-Colônia Silveira Martins verificado no início deste século, e por outro, da expansão das forças e relações sociais capitalistas, pelo menos, a partir de meados da década de 60, sobretudo, com a CAMNPAL.

No Município de Nova Palma, encontramos atividades com baixíssimo grau tecnológico que sobrevivem ao declínio sócio-econômico, como os artesãos abordados, e atividades que utilizam modernas técnicas de industrialização, como a Fábrica de Massas Alimentícias e a CAMNPAL. Estas duas últimas são aquelas que atingiram uma racionalidade econômica semelhante às demais empresas capitalistas clássicas, enquanto que as atividades artesanais com trabalho familiar e com baixo capital constante têm um crescimento bem mais lento, quando não diminuem a produção, como as pequenas fábricas de vassouras e de calçados. São as desigualdades que contribuem para consubstanciar a construção do espaço novapalmense.

Em Nova Palma, como noutros lugares, muitos produzem muito: massas alimentícias, soja, milho, calçados, picolés, sorvetes, arroz, fumo, trigo, vassouras, e, tudo indica, se apropriam de muito ... pouco. A vida diária dos homens é permeada pela produção e pela circulação, pelo social e pelo natural, pela miséria e pela riqueza.

Enquanto que o sobretrabalho dos operários da Fábrica de Massas Alimentícias Nova Palma Ltda é extorquido clara e

diretamente pelo patrão, pelo menos parte do trabalho excedente dos pequenos produtores artesãos das vassouras, dos calçados e dos picolés e sorvetes é, possivelmente, extorquido pelo capital comercial e industrial disfarçados por trás dos comerciantes intermediários; uma parcela do sobretrabalho dos pequenos produtores de vinho, também, possivelmente, é apropriada pelos agentes do capital comercial; e, parte do trabalho excedente do pequeno produtor agrícola é extorquido pelo capital comercial, industrial e financeiro disfarçados por trás dos comerciantes intermediários e dos agentes financiadores.

Enquanto que o trabalho assalariado na Fábrica de Massas Alimentícias Nova Palma Ltda está subordinado ao capital claramente, os pequenos trabalhadores agrícolas e os pequenos artesãos estão subordinados ao capital por mediadores, na circulação de mercadorias. Provavelmente, os verdadeiros "patrões" dos pequenos produtores agrícolas e dos artesãos de Nova Palma estejam escondidos por trás destes mediadores, pois o espaço novapalmense é formado, também, por forças e interesses externos. Assim foi com o processo de colonização, e posteriormente com a CAMNPAL e o cultivo da soja, por exemplo.

Os espaços agrário e urbano da área em estudo, são um espaço contraditório, formado por pequenos proprietários agrícolas, desempregados, artesãos, sindicalistas, operários e patrões; alguns produtores agrícolas bem sucedidos ao lado de muitas famílias relativamente pobres; pequenas e médias propriedades; empresas com melhores meios de transporte, como a CAMNPAL e a Fábrica de Massas Alimentícias, ao lado de pequenos estabelecimentos sem estes meios;

mas é um espaço marcado por uma unidade, que é o movimento, a luta destes opostos, sendo que uns lutam pela sobrevivência e outros pela maior acumulação de capital. Este movimento, esta luta, é o motor da vida nos espaços agrário e urbano da sociedade capitalista. É a concretização no espaço agrário, usando palavras de Vergopoulos (1986), de um capitalismo sem capitalistas, onde os maiores empreendedores e lucradores são externos ao local.

A vida diária parece ser mistificada e mistificação ao mesmo tempo. É capital versus trabalho, dominação e extorção. Desejo e não desejo. Satisfação e frustração, onde a re-produção imediata do homem em-si não deixa de ser concomitantemente, a re-produção da sociedade. Todos vivem, de uma forma ou outra, a lógica contraditória do desenvolvimento capitalista, onde a pretensa liberdade e igualdade na troca de mercadorias efetiva-se como falta de liberdade e desigualdade, como fetichismo.

Assim, a paisagem construída novapalmense, material, sensível, é a expressão das contradições e desigualdades da vida cotidiana, da vida em sociedade, e das atividades produtivas materiais daqueles indivíduos produtores, alienados, negados frente ao que produzem. As desigualdades do espaço geográfico nascem da natureza dialética da dinâmica sócio-espacial mediada pelo processo produtivo, que por sua vez, se dá pelo processo de trabalho em interação com o de valorização do capital.

O espaço geográfico é resultado de lutas incessantes que se expressam na paisagem, no mundo sensível da vida diária dos indivíduos novapalmenses. A re-produção do homem é, ao mesmo tempo, a re-produção do espaço geográfico.

Da mesma forma que os capitalistas, além de serem espaço, os trabalhadores diretos contribuem diretamente ou não a sua produção, sejam assalariados ou sob regime familiar, operários, artesãos ou pequenos produtores agrícolas, agrários ou urbanos. Em cada produto ou objeto produzido através de suas atividades diárias existe uma fração do ser humano explorado, submisso, e a expressão da re-produção de sua vida como ser genérico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. De camponeses à agricultores: Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas/SP, Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UNICAMP, 1990;
- AMIN, Samir. A Questão Agrária e o Capitalismo/por/ Samir Amin e Kostas Vergopoulos; Trad.: Beatriz Resende. RJ, Paz e Terra, 1986. (Pensamento Crítico, v. 15);
- ANCARANI, Cav. Umberto. Monografia sobre a origem da Ex-Colônia italiana de Silveira Martins - 1877/1914. Santa Maria, Revista do Centenário de Santa Maria - Comissão organizadora, 1914. (sem numeração de páginas);
- ANDRADE, Manuel C. de. Poder Político e produção do espaço. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 1984;
- ANTUNES, Duminiense P. Documento histórico do Município de Caxias do Sul - (1875-1950) - Comemorativo do 75º aniversário da colonização. Escrito, publicado e organizado por Duminiense P. Antunes. Caxias do Sul, Pref. Municipal, 1950;
- A PRESENÇA ITALIANA NO BRASIL. Vol. II/Org. Luís A. de Boni (Et alii). Porto Alegre; Torino; EST; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990;
- AZAMBUJA, Bernardete Maria de. O desenvolvimento urbano e a promoção fundiária e imobiliária na cidade de Ijuí-RS. Florianópolis, Dissertação de Mestrado/UFSC, 1991;
- BARRIOS, Sonia. A produção do espaço. IN: A construção do espaço/Org. Maria Adélia de Souza e Milton Santos. SP: Nobel, 1986. p.1-24. (Coleção espaços);
- BATTISTEL, Arlindo e COSTA, Rovílio. Assim vivem os italianos - vida, história, cantos, comidas e estórias. Vol. 1. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1982;
- BELTRÃO, Romeu. Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto Município de São Martinho. Porto Alegre, Instituto Histórico e Geográfico do RS. Canoas/RS, La Salle, 1979;
- BOMBASSARO, Pe. Antonio. Ex-Colônia Silveira Martins. IN: Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud (1875-1925) - La cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud. Porto Alegre, Globo, 1925. p.328-334;

- BRUM, Argemiro J. Modernização da agricultura; trigo e soja. Petrópolis/Ijuí, Vozes/FIDENE, 1988;
- BRUMER, Anita. Transformações e estratégias produtivas na produção familiar na agricultura gaúcha. IN: Produção familiar, processos e conflitos agrários. Cadernos de Sociologia V. 6. Porto Alegre, PPGS/UFRGS, 1994. p.89-111;
- CARLOS, Ana Fani. Espaço e indústria. SP, Contexto, 1989;
- CESCA, Olivo. Faxinal do Soturno - Sua História e sua gente. Santa Maria, Rainha, 1975;
- CHAYANOV, Alexander. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires, Nueva Visión, 1974;
- Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil/Maria Rita G. LOUREIRO, Organizadora. SP: Cortez: Autores Associados, 1981;
- COMITATO LOCALE PER IL CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA. Colônia Arroio Grande (Município di Santa Maria). IN: Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud (1875-1925). p.335-337;
- CORADINI, Odacir L. Produtores, Cooperativismo empresarial e multinacionais: o caso do trigo e da soja. IN: CORADINI, O. e FREDERICQ, A. Agricultura, Cooperativas e Multinacionais. RJ, Zahar Editores, 1982. p.11-89;
- CORADINI, Odacir L. e RIEDL, Mario. Produção familiar, tecnologia e produção de soja. Porto Alegre, TE 4/PGSR/UFRGS, 1987. (Dat);
- CORREIA, Roberto L. Região e Organização espacial. SP, Ática, 1987. (Série Princípios);
- COSTA, Firmino. Terra de Vila Rica - Contribuição ao estudo da História do Município de Júlio de Castilhos. Júlio de Castilhos, Pref. Municipal de Júlio de Castilhos, 1991;
- COSTA, Rogério H. da. Espaço e Sociedade no RS (por) Rogério H. da Costa e Igor A. Moreira. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986. (Revisão 10);
- CROCETTA, Benvenuto. I municipi dello Stato e le industrie ed i commerci degli italiani e loro discendenti. IN: Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud (1875-1925). p. 01-164;
- DACANAL, José H. e GONZAGA, Sérgio. RS: Imigração & Colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980;
- DELGADO, Guilherme. Agricultura familiar e política agrícola no Brasil: situação atual e perspectivas. IN: Revista da Associação

- Brasileira de Reforma Agrária, nº 03 - vol. 24, 1994. p.5-35;
- DIAS, Leila C. Redes de informação, grandes organizações e ritmos de modernização. IN: Anais do 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana/1993. p.53-55;
- DUARTE, Laura M. Capitalismo & Cooperativismo no RS. Porto Alegre, L & PM/Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisas em Ciências Sociais, 1986;
- DUPUY, Gabriel. Ville, systèmes et réseaux. Les Annales de la recherche urbaine, n. 23-24, 1984. p.231-241;
- ECO, Humberto. Como se faz uma tese. SP, Perspectiva, 1983;
- FERLINI, Vera L. Terra, trabalho e poder - O mundo dos engenhos no Nordeste colonial. SP, brasiliense, 1988;
- FONSECA, Pedro C. D. RS: economia & conflitos políticos na República Velha. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983. (Documenta, 18);
- FOUCAULT, Michel. Genealogia e poder. IN: _____ Microfísica do poder. RJ, Graal, 1979. p. 167-177;
- GALVAN, Cesare G. Tecnologia, valor e troca desigual (Retomando um artigo de Schoeller). IN: Valor, força de trabalho e acumulação monopolista. RJ, Vozes. p. 166-182. (Estudos CEBRAP 25);
- GALVAN, Cesare G. Retomando o conceito de subsunção. IN: _____ Políticas Atômicas: história, problemas. Recife, Universidade Federal do Ceará/CAEN, 1993. p.73-107. (Relatório de Pesquisa nº 33);
- GIRON, Loraine S. Caxias do Sul: evolução histórica. Caxias do Sul, Pref. Municipal e UCS; Porto Alegre, EST, 1977;
- GOODMAN, D. et alii. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais. IN: Revista de Economia Política, 20, V (4), 1985.p.31-56;
- GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. SP: Ed. USP, 1993. (Ponta; 5);
- GUATTARI, Félix. As três ecologias. SP, Papirus;
- HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. IN: Espaço e Debates, Ano II, nº 6. SP, Cortez Ed., 1982. p.6-35;
- HARVEY, David. A condição pós-moderna - Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. SP, Loyola, 1993;

- HEGEL, G. W. A verdade da certeza de si mesmo. IN: Fenomenologia do Espírito - Parte I. Petrópolis, Vozes, 1992;
- HELLER, Ágnes. Sociologia de la vida cotidiana. Barcelona, Península, 1991. (História, Ciência, Sociedad 144);
- IANNI, Octavio. Estado e Capitalismo. SP, Brasiliense, 1989;
- JUBILEU DE NOVA PALMA (1919-1944). Santa Maria, Patronato, 1944. (autores anônimos);
- KOSIK, Karel. Dialética do concreto. RJ, Paz e Terra, 1989;
- LAZZAROTO, Danilo. História do RS. Porto Alegre, Sulina, 1971;
- LEFEBVRE, Henri. A re-produção das relações de produção. Publicações Escorpião, 1973. (Cadernos O Homem e a Sociedade);
- LEFEBVRE, Henri. Lógica formal. Lógica dialética. RJ: Civilização Brasileira, 1983. (Coleção perspectivas do homem; v. 100);
- LEFEBVRE, Henri. A vida cotidiana no mundo moderno. SP, Ática, 1991;
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. SP, Moraes, 1991;
- LENIN, V. I. Aos pobres do campo. SP, Acadêmica, 1988;
- LIPIETZ, Alain. O capital e seu espaço. SP: Nobel, 1988. (Coleção espaços);
- LORENZONI, Júlio. Memórias de um imigrante italiano. Porto Alegre, Sulina, 1975;
- MARTINS, José de S. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. IN: Os camponeses e a política no Brasil. RJ, Vozes, 1990. p.151-177;
- MARTINS, José de S. O cativo da terra. SP, Hucitec, 1990;
- MARTINS, José de S. Expropriação e Violência - A questão política no campo. SP, Hucitec, 1991;
- MARX, Karl. Introdução. IN: Contribuição à Crítica da Economia Política. SP, Martins Fontes, 1983;
- MARX, Karl: Manuscritos: economia y filosofía. Traducción, introducción y notas de Francisco R. Llorente. Madrid, Alianza Editorial, 1984;
- MARX, Karl. Capítulo VI Inédito de O CAPITAL - Resultados do Processo Produção Imediata. SP, Moraes;

- MARX, Karl. GRUNDRISSE - Lineamientos fundamentales para la crítica de la economía política. 1857-1858 (Vol I e II). Traducción de Wenceslao Roces. México, D. F., Fondo de Cultura Económica, 1985;
- MARX, Karl. Trabalho assalariado e capital. SP, Acadêmica, 1987;
- MARX, Karl. Salário, preço e lucro. SP, Global Ed., 1988. (Coleção bases, 28);
- MARX, Karl. O Capital. Livro 1, Volume 1. 14ª Ed. RJ, Bertrand Brasil, 1994;
- MARX, K. e ENGELS, F. A ideologia Alemã (Feuerbach). SP, Hucitec, 1991;
- MILIBAND, Ralph. O Estado na sociedade capitalista. RJ, Zahar, 1972;
- NOVE, Alec. A economia do socialismo possível. SP, Ática, 1989;
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A agricultura camponesa no Brasil. SP: Contexto, 1991. (Coleção Caminhos da Geografia);
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. RJ, Paz e Terra, 1987;
- PESAVENTO, Sandra J. RS: Agropecuária colonial & Industrialização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983. (Série Documenta 17);
- PESAVENTO, Sandra J. História do RS. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985;
- RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. SP, Ática, 1993;
- ROCHA, Lilian H. M. da. O papel de Santa Maria como centro de drenagem da renda fundiária. Florianópolis, Dissertação de Mestrado/UFSC, 1993;
- SANTIN, Silvino. A imigração esquecida. Porto Alegre, EST, 1986;
- SANTIN, Silvino e ISAIA, Antonio. Silveira Martins - Patrimônio histórico-cultural. Porto Alegre, EST, 1990;
- SANTOS, José Vicente T. dos. Colonos do vinho - Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. SP, Hucitec, 1978;
- SANTOS, Milton. Pensando o espaço do homem. SP, Hucitec, 1991;
- SAQUET, Marcos A. O diabo na Ex-4ª Colônia. IN: Revista Perspectiva, ano 17 - nº 58. Erechim/RS, URI, 1993. p.47-62;

- SAQUET, Marcos A. O diabo na Ex-4^a Colônia: algumas considerações teórico-metodológicas. IN: Revista Perspectiva, ano 18 - n^o 62. Erechim/RS, URI, 1994. p.67-77;
- SAQUET, Marcos A. A produção social do espaço geográfico - algumas considerações. IN: Revista CEPEDAL, ano II - n^o II. MC Rondon/PR, UNIOESTE, 1995. p.7-14;
- SHANIN, Theodor. Naturaleza y logica de la economia campesina. Barcelona, Anagrama, 1976;
- SHANIN, Theodor. Chayanov e a questão do campesinato. Porto Alegre, TE 7/PGSR/UFRGS, 1989. (Dat);
- SILVA, Lenyra Rique da. O espaço da pequena produção em Maxaranguape (RN). SP, Tese de Doutorado, USP, 1987;
- SILVA, Lenyra Rique da. A natureza contraditória do espaço geográfico. SP: Contexto, 1991. (Coleção Caminhos da Geografia);
- SILVA, Lenyra Rique da. A paisagem do fumo em Tubarão. Florianópolis, trabalho apresentado para provimento do cargo de professor titular/UFSC, 1992. (Dat);
- SINGER, Paul. Economia política da urbanização. SP, Brasiliense, 1987;
- SMITH, Neil. Desenvolvimento desigual. RJ, Bertrand Brasil, 1988;
- SOJA, Edward. Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. RJ, Jorge Zahar, 1993;
- SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. RJ, Guanabara, 1986;
- SOROKIN, Pittirín; ZIMMERMAN, Carlo; & GALPIN, Charles. A systematic source book in rural sociology. The University of Minnesota Press, 1930. IN: Martins, José de Souza (Org.). Introdução Crítica à Sociologia Rural. SP, Hucitec, 1981. p. 198-223. (Coleção Estudos Rurais);
- SPONCHIADO, Pe. Luís. A anágrafe de Nova Palma e os inícios da Colônia Silveira Martins. IN: A presença italiana no Brasil: Vol II/Org. Luís A. de Boni [et al.]. Porto Alegre; Torino: EST; Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. p. 425-446;
- THIOLLENT, Michel. A falsa neutralidade das enquetes sociológicas. IN: _____. Crítica metodológica, investigação social e enquete operária. SP, Pólis, 1980. p.41-77;
- TRUDA, Francesco de Leonardo. L'influenza etnica, sociale ed economica della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud. IN: Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande

del Sud (1875-1925) - La cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud. Porto Alegre, Globo, 1925. p.245-255;

VASQUEZ, Adolfo S. Filosofia da Praxis. RJ, Paz e Terra, 1990;

VIEIRA, Euripedes F. Geografia econômica do RS/Euripedes F. Vieira e Susana S. Rangel. POA: Sagra: DC Luzzatto, 1993;

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil. IN: RBG V. 50, n. especial, T. 1. RJ, IBGE, 1988. p.201-266;

PERIÓDICOS

ANUÁRIO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL - 1884;

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, Rio Grande do Sul;

ARQUIVO MUNICIPAL DE JÚLIO DE CASTILHOS. Júlio de Castilhos, Rio Grande do Sul;

CAMNPAL - CARTILHA INFORMATIVA. Nova Palma/RS, CAMNPAL, 1993;

CARVALHO, Manoel de. Relatório apresentado ao Governo Imperial, referente à inspeção feita nas Ex-Colônias italianas do Rio Grande do Sul - 1886;

COLLEÇÃO DAS LEIS E RESOLUÇÕES DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL promulgadas na 1ª sessão legislativa de 1889;

COUTO, Manoel da Siqueira. Relatório ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul - 1888;

CREDIPAL - Relatórios Anuais de Prestação de Contas: 1988/89/90/91/92/93. Nova Palma/RS, CREDIPAL, 1993;

DEPARTAMENTO TÉCNICO DA CAMNPAL: Contrato de trocas;

DIAGNÓSTICO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE NOVA PALMA/RS (FUNDEC). Nova Palma, 1993;

EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS DO ESTADO. O INTERIOR, Porto Alegre, Setembro e Outubro/1995. nºs 852 e 853, Documento, p. 03;

ISAIA, Antonio. Os sonhos de emancipação e suas frustrações na História de Silveira Martins. IN: Jornal A Razão. Santa Maria, 14.04.1987;

MAPA DE VENDAS DE FERTILIZANTES, HERBICIDAS, INSETICIDAS, FUNGICIDAS E SEMENTES DA COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA NOVA PALMA LTDA (CAMNPAL) - 1988/89/90/91/92/93;

RELATÓRIO ANUAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE (SMADEMA). Nova Palma/RS, Prefeitura Municipal, 1993;

RELATÓRIO DA DIRETORIA REFERENTE AO PERÍODO 1990/93. Nova Palma/RS, CAMNPAL, 1993;

SPONCHIADO, Pe. Luís. CENTRO DE PESQUISAS GENEALÓGICAS/ARQUIVO HISTÓRICO. Nova Palma, Rio Grande do Sul.

A N E X O S

ANEXO Nº 01

ENTRADA DE "IMIGRANTES ESPONTÂNEOS" NA COLÔNIA SILVEIRA MARTINS (1881-1888)*

1881	1882	1883	1884	1885	1886	1887	1888
67	193	535	152	87	223	384	166

* Os imigrantes italianos chegam nesta Colônia até mais ou menos 1890. É importante salientar que além destes 1.807 imigrantes registrados no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, neste período, também chegam à Ex-Colônia Silveira Martins, imigrantes que desembarcaram diretamente no Porto de Rio Grande, ou, primeiramente no Porto de Santos e posteriormente em Rio Grande/RS. Destes últimos, não conseguimos precisar a quantidade. Só para exemplificar, em Relatório expedido a 01.01.1887, o chefe da Comissão de medição de lotes e estabelecimentos de imigrantes em Silveira Martins, Eng. Manoel José da Siqueira Couto, comunica ao Inspetor especial de Terras e Colonização em Porto Alegre, que entre 01.01.1886 e 31.12.1886 chegaram à Ex-Colônia Silveira Martins 762 imigrantes estrangeiros, sendo 748 italianos e 14 alemães. Destes, conforme anotações do Pe. e microhistoriador Sponchiado, 546 pediram e "receberam" lotes, enquanto que os demais foram morar com seus parentes ou amigos. Durante o ano de 1886 portanto, além dos 223 colonizadores acima referidos, chegaram à Colônia Silveira Martins mais 539 imigrantes.

Fonte: Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma/RS. As gravações das 40 fitas K7 com a relação dos imigrantes destinados à Ex-Colônia Silveira Martins, foram feitas no Arquivo Nacional na cidade do Rio de Janeiro pelo Pe. Luís Sponchiado, e as transcrições foram feitas pelo autor. A relação dos vapores, um a um, com a relação dos imigrantes, pode ser encontrada no referido Centro de Pesquisas Genealógicas ou no Arquivo Nacional.

ANEXO Nº 02

Acto n. 10, de 10 de Março de 1886

Revogando parte do do n.º 140, de 23 de setembro de 1882, que regulou o modo de effectuar-se a venda de terras pertencentes á Provincia e fazer-se a concessão de lotes coloniaes.

O Presidente da Provincia, revogando a parte do acto n.º 140, de 23 de setembro de 1882, que mandou reservar para imigrantes recém-chegados os lotes já medidos, resolve estabelecer que estes lotes serão vendidos, tanto aos nacionaes como aos estrangeiros, ao preço de um real por metro quadrado, a praso, e sem obrigação de indemnizarem as desposas feitas com a medição.

Palacio do Governo, em Porto Alegre, 10 de março de 1886.

Henrique Pereira da Lucena

Fonte: Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma/RS.



COLONIA *Levia Martin*

Hecho D. S. S. S.

Designação de lote de terras Designazione di lotto di terre

Ao Sr.

D. D. Diacinto

pela presente designado o lote de terras, mencionado na planta da colonia, districto de N. tendo a área de 220.000 m² quadrados pouco mais ou menos, assim do adquirir o mesmo propriedade sua, sob a condição de cultura e de arada habitual e efectiva, e sujeita ás mais obrigações e onerosas á compra do mesmo lote, que são as seguintes:

viono, por il presente titolo, designato il lotto di terre indicato nella pianta della colonia, distretto

N. 298 colla superficie di 220.000 m² quadrato, a un dipresso, affino di acquistarlo come sua proprietà, colla condizione di coltivarlo o stabilirvi dimora effettiva e di sottoporsi a tutti gli altri obblighi attinenti alla compra dello stesso lotto, i quali obblighi sono i seguenti:

1. Recobondo o comprador o lote modido o demarcado na fronte o em parte dos fundos, deve tratar da conservação dos marcos, não deixando que sejam deslocados, o substituindo por outros os que tiverem sido destruidos por fogo ou outro accidente. No caso de apparecerem ou serem deslocados os mesmos marcos, a despeza da nova medição, e demarcação, si for necessária, correrá unicamente por conta do comprador si consignarem dois ou mais lotos, se dividirá proporcionalmente entre os respectivos herdeiros.

1. Curare la conservazione dei segni divisorii quando abbia ricevuto il lotto misurato e demarcato impedendo che vengano slocati, e sostituendo per altri quelli che siono stati distrutti dal fuoco o da altro accidenti. Quando scompaiano o vengano slocati dotti segni, la spesa, nel caso che sia necessaria, per il nuovo misuramento e demarcazione sarà unicamente a carico del compratore, o, se consignano due o più lotti, si dividerà proporzionalmente fra i rispettivi proprietari.

2. Até seis mezes depois desta designação deve estar plantada o plantada uma área de mil braças quadradas, ou menos, e construida uma casa, que tenha, pelo menos, quatrocentos palmos quadrados, para a sua habitação permanente o de sua familia. A inobservancia da obrigação importará a perda das bonifetorias que for feito, assim como das prestações, que tiver pago, ficando ser o lote designado vendido pelo Director, salvo somente os casos de força maior o enfermidade prolongada o provada, em que será concedido ao comprador

2. Nello spazio di sei mesi, a dataro da questa designazione, deve star diboscata e piantata un'area di millo braccia quadrate, e costrutta una casa per abitazione di osso o sua famiglia, di 400 palmi quadrati per lo meno. La transcuranza di quest'obbligo cagionerà la perdita dello bonificazioni già fatto, come pure dello rato già pagato, facoltando il direttore a vendere il lotto designato, salvo caso di forza maggiore o di malattia prolungata o provata, nel qual caso si concederà al compratore una dilazione di 2 a 6 mesi.

10. Os direitos conforidos por esta designação 10. I diritti conforiti per la presente designazione
aproveitam á pessoa ou familia, em cujo beneficio é sono valevoli per la persona o famiglia in cui beneficio
expedida, ou aos seus descendentes e hordoiros com é tratta, od ai suoi discendenti ed eredi colla necessaria
precisa capacidade, para cumprimos com os deveros, idoneità por compiere con gli obblighi sopra accennati, o
ácima precoituados, e especialmente com a constante specialmente colla coltura od abitazione costante ecolla
cultura o habitação e com a conservação das estradas. conservação delle strade. Per la trasfereza di questi
Para a transferencia destes direitos por venda ou por diritti por vendita o per qualsiasi altro modo é neces-
qualquer outro modo, devo prececer a aprovação da saria l'approvazione del presidente della provincia sul-
Presidencia da Provincia sobre informação do Director. l'informazione del Direttore.

Colonia, *18. 10. 1885* addi 18. 10. 1885

IL DIRETTORE

Chap. C...
João G. ...

Dichiarando il direttore soddisfatto lo condizione riferito nella clausola 2.^a la presente designazione ha la validità
di *titolo provvisorio*.

Colonia, addi 18

Essendo soddisfatte lo condizioni menzionato o trovandosi il compratore sgravato di ogni debito col Tesoro
Nazionale gli appartiene il diritto di ricevere il *titolo definitivo* del lotto che per il presente gli fu designato.

Colonia, addi 18

IL DIRETTORE

Cam. e Ex. Sr. Thomaz de Sousa Salles ANEXO Nº 04
D. Presidente da Republica dos E. U. do Brasil.

Os abauises firmados, representantes a inteira população da ex-co-
lônia Ilheus Ilheus, ousam dirigir-se humildemente a Vós, Supremo
Chefe da Nação para expor o seguinte:

Que esta ex-colônia foi fundada há vinte e dois annos, com uma
população de quinze mil almas, mais ou menos, quasi todos italianos,
em vida propria, pelo seu adiantamento agricola, industrial, e com-
mercial.

Que actualmente está desmembrada e constituida por 4 ilhas
muito pequenas, que se encontram em desfunção, e a negligência
dos seus colonos, reduzida quasi a inexistencia.

Que houve, por isso, e por outros, de supplicas e abauises uniu-
dos com formas reconhecidas, foram apresentadas, em diversas epochas,
ao Governo do Estado, tendo sido nomeadas e enviadas Comissões, que
bram pessoalmente em Porto Alegre a supplica e actual Presidente
do Estado, e tambem o ex-Presidente Sr. Castello, os quaes, con-
siderando ser de justiça de elevar a ex-colônia a categoria de Villa, e
que prometteram.

Que esta população não cabe caber-se por qual motivo
de se attender a um pedido, sendo que, outros annos, colonos
e mais novos, com menos habitantes, menos vida e recursos, e
a esta se elevados a Villa, e bem encaminhados, na renda do governo
e sem estorvo.

Que ali na cidade de Barbacena, Minas, está o ex-director
fundador desta ex-colônia, Sr. José Manoel de Viqueira Couto, de quem se
emoria, e qual, poderá fornecer a V. Ex. Com. os esclarecimentos
e precisos.

Finalmente, que confiando na generosidade, equidade, e bondade
e grande compaixão de V. Ex. supplicante, recorram a Vós Supremo
coloniaria intervenção, e pedindo firmemente de vossa, desta vez,
atempada, e donde já, com o mais profundo respeito, Vós, e onde con-
tinuam a aguardar, de vossa.

Exp. da —



E. R. M.
(vide retro)



EXMO. SR. DR. MANOEL FERRAZ DE CAMPOS SALES
DD. Presidente da Republica dos E.U. do Brasil.

- OS ABAIXO ASSINADOS, representantes da inteira população da EX-COLONIA BILVEIRA MARTINS, ousam dirigir-se humildemente a Vós, Supremo Chefe da Nação para expôr o seguinte:

- QUE esta Ex-Colônia foi fundada a 22 anos, e tem uma população de 15 mil almas, mais ou menos, quasi todos Italianos. Tem vida própria pelo seu adiantamento agricola, industrial e commercial.

- QUE actualmente está desmembrada e contornada por 4 Municipios limitrofes, que só cuidam em desfrutá-la, e, aniquila-la, sen do suas estradas quasi intransitaveis.

- QUE houve sessões e pacotes de Suplicas e abaixo-assignados com firmas reconhecidas, foram apresentados, em diversas epochas ao Governo do Estado; tendo sido nomeadas e enviadas Comissões que foram pessoalmente a Porto Alegre a suplicar o actual Presidente do Estado e tambem o ex-Presidente Dr. Castilhos; os quais concordaram ser de justiça de elevar a Ex Colônia a categoria de Villa. Foi o que prometeram.

- QUE esta população não sabe capacitar-se por qual motivo não poudeser atendida em seu pedido, vendo que, outros Núcleos Coloniais mais novos, com menos habitantes, menos vida e recursos deste, já estão elevados a Villa, e, bem encaminhados na senda do progresso e bem estar.

- QUE alí na Cidade de BARBACENA, Minas, está o Ex-Diretor e Fundador desta ex-Colônia, Dr. José Manoel da Siqueira Couto, de saudosa memória, o qual, poderá fornecer a V. Excia. Em. a. os esclarecimentos precisos.

- Finalmente, QUE, confiando na generosidade, equidade, e, bondade do Grande Coração de V. Excia. os suplicantes recorrem à Vossa Suprema e valiosissima intervenção, esperando firmemente de serem dessa vez contemplados, e, desde já, com o mais profundo respeito, Vos agradecem e vos enviam miríades de benções. E-R-M.

NB. Minuta elaborada e manuscrita por Antonio Fantoni e assignada por lideranças. (me escreve o ex-desembargador Eino L. Cervi de PAlegre, enviando copia xerox).

- OBSERVAÇÕES: Do acima exposto, fica: 1) documentada negação que faltassem, ou, se tivessem omitido, Lideranças da ex-Colônia.

2) A "animosidade" dos Presidentes do Estado, nomeadamente de Castilhos, contra o Complexo que ousou a 20.9.1878, tomar o nome do Grande do Império "Silveira Martins": um espectro perigosissimo e temido pelos supervenientes Republicanos.

3) Dr. Júlio Castilhos, atropelando a Lei, no mesmo dia da promulgação da Constituição Positivista do RS. cria e eleva a XXIX sua terra "Villa Rica" a municipio, agregando-lhe parte da ex-colônia, ou seja o Núcleo Soturno, tambem disputado por Cachowira.

4) O Benemérito Siqueira Couto "de saudosa memória", faleceu, sem ter conseguido que a "pupila de seus esforços", fosse elevada, vítima da injustiça da "politicagem" que grassou (apesar de todos os bons propósitos) - na República Brasileira.

LE GIUSTE ASPIRAZIONI DI SILVEIRA MARTINS

E' bene premettere che non intendo punto con questa intenzione riferirmi all'ex uomo politico; ma esclusivamente alla colonia da cui prenda il nome.

Studiando, dunque, bene la evoluzione fortunosa dei diversi nuclei che man mano sonosi venuti formando in questo Stato: da frazioni che erano a distretti, fino a municipi, cado l'animo in rivolgero, da questo lato, uno sguardo alla colonia di Silveira Martins (*) non meno vecchia di quelle di Caxias, Bento Gonçalves o Garibaldi, né inferiore alle sue condizioni per importanza economica.

E così mentre Caxias avanzò a comarca, mentre Bento Gonçalves o Garibaldi — per non andar oltre — ebbero la loro autonomia municipale in forza del decentramento amministrativo, per cui poteronsi accentrare tutto lo onorgio o volontà consensi individuali o collettivi, Silveira Martins la vediamo da tempo stazionaria allo stato distrettuale con tutti i sintomi dell' inazione acuta.

Infatti, come non pochi ne sanno, essa è dipendente da quattro municipi: da S. Maria, Cachoeira, S. Martin o Villafica. E questo frazionamento, che unito avrebbe un diametro di 30 chilometri, occupa il canto più remoto dei suoi municipi, i cui amministratori, come risulta da precedenti lagnanze o proteste in atti, trascurano il miglioramento di questo lontano ma ubertoso località, non d'altro occupandosi che dell' esazione delle imposte.

Nessuno può contestare né porre in dubbio che lo stato attuale dello strada comunali, sia malaffioro che notabili, non sia pessimo, o molti tratti assolutamente impraticabili; nonza contare, poi, la deficienza di ponti nei luoghi dove scorrono i fiumi Jacuhy o Soturno. E per tutto ciò, com' è naturale, rondendosi tardivo o scabroso il transito alle persone, alle merci o ai generi coloniali, ne deriva un danno pecuniario sporno rilevantisimo a quegli abitanti.

E se gli effetti di questo strano abbandono si risentono più che in altro nella viabilità, che hanno mai fatto di buono o di utile cotesti municipi in pro' dei nuclei loro dipendenti?

A che sono valso le imposte od i balzelli?
«... E siccome l'appetito vien mangiando, su quella

di nazionalità municipalità in
» lo quattro municipalità in
» parola *configgono sempre*
» più gli *avvigli* o si dispa-
» tano fra loro la miglior
» parcella a guisa dei giu-
» dei lo vosti di Cristo.

Così un brano integrale che stralcio da una lettera aporla, indirizzata all'ex Presiden-
to dott. Julio de Castilho, nell'anno 1897.

Non vorrò tuttavia ossoro si apinto da usare un linguaggio voemente come questo, sobbono contenga in sé tanto fuoco di verità. Solo dirò che una trasformazione radicale oggi s' impongono più che mai.

Vi contribuisco quella unità naturale o topografica del suolo, l' indole ed i costumi dei suoi abitanti, la qualità ereditaria, le disposizioni innato più o meno consimili, le passioni, l'iniziativa, la vivacità, tutto l

E quella uniformità di vita, quella selezione omogenea quasi diro, quanto non contuplicherobbo il benessere o miglioramento locale, apporlando del pari non pochi benefici generali?

Silveira Martins ad onta di tutto ciò non si volle far municipio.

Eppure se v'è qualche conto popolato che possa avere forza in sé per vivere una vita propria e prospera o certo uno Silveira Martins.

Ma il parassitismo *abbagliante* degli egoisti limitro il è così fatto.

Essi hanno scorto in quella zona fortissima la facilità del dissanguamento a basso logato.

Però, innano egoismo di pochi che ridonda a tutto pregiudizio della collettività!

Ma si ripeterà dai riottosi, da quelli che non vogliono intendere: che farà Silveira Martins quando avrà raggiunto il suo *desideratum*, cioè quando avrà raccolto a sé tutto lo sue membra sparte?

L' ho già detto o ripetuto. A conclusione, farò mio lo parole giusto ed equilibrato di un noto articulista che obbo ad occuparsi dell' argomento:

« Centralizzata così l' am-
» ministrato, il nuovo mu-
» nicipio potrà attendere al-
» l' impollenti necessità del
» Comune, al riattamento
» dello strada, all' apertura
» di nuove vie di comunica-
» zione, al gotto di ponticol-
» li sui numerosi corsi di
» acqua od al riordinamento
» dello rispettivo tanno at-
» tualmente disposto senza
» unità o senza poroquazione
» di sorta.

Lo sviluppo progressivo dello Stato richiede anche nuove riforme amministrati-
ve.

ciologico, così anche la stor-
lunata colonia di Silveira Mar-
tins non può formarsi eccezio-
no.

Al vecchio stato di cose, che rappresenta quindi una fase transitoria o non una im-
mutabile pietrificazione, por-
valermi di una frase in voga,
— del resto sin da principio
difettoso ed oggi più che mai
osiziale, — dove succedere una
fase ulteriore che risponda
perfettamente alla realtà dol-
le cose, ovvero alle condi-
zioni presenti.

E questo ha suggerito
ch'ogni uomo aganni.

Silveira Martins,
23 novembre 1900.

Pietro Azzi

-Vide tradução, retro

Precisosos recortes
de jornais de S. Ma-
riu e "Stella d'Ita-
lia" colados em Re-
gistro contabil, por
um primo - (por par-
te materna) - do Dr.
Gino Luiz Cervi, que
lhe facultou o exa-
me dos arquivos do
pai. Entre os papeis
-nem tantos- esca-
pados a um incendio
da casa, havia estes
recortes. - Infeliz-
mente, alguns, sem a
data e sem o nome
da folha que os pu-
blicou.

-Extraui, assim mes-
mo xerocopias, que
enviou, enriquecendo
naturalmente o arqui-
vo nosso, do Centro,
atinentes especial-
mente à Colonia S.
Martins, o "pivot"
da microistoria de
nossas pesquisas so-
bre Colonização e
seu desenvolvimento
-Carta acompanható-
ria do acervo envia-
do com data de 6.6.
1989, como também ou-
tras peças, encontra-
-se, ou em "DOC. SIL-
VEIRA MARTINS", ou,
em "DOC. CERVIL".
-O CPG agradece Dr.
Gino, cuja saúde ali-
as perolita.
-"Parce Domine...".

LEI n. 1832, do 28 do Junho de 1889.

Antonio Ferreira Prestes Guimarães, Vice-Pro-
sidente da Provincia de São Pedro do Rio Grande do
Sul, etc.

Faço saber a todos os ^{seus} habitantes que a As-
sembléa Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a resolução
seguinte :

Art. 12 - Fica concedido a Timotheo Feijó e Claudio Bodé
o privilegio para construcção e exploração de uma via ferrea, com trac-
ção animal ou a vapor, sendo por qualquer dos dous sistemas ou pelo
emprego de ambos alternadamente, segundo as condições dos terrenos
a percorrer, entre a estação denominada da "COLONIA", da via ferrea
de Porto Alegre a Uruguayana e passando pela colonia Silveira Martins
até a cidade de Cruz Alta.

Art. 22 - (Prazo de 60 annos para o livre gôso da conces-
são, a contar da data da assinatura do contrato).

Art. 32 - (Prazo de 1 anno para apresentação dos estudos
preliminares, etc.)

Art. 42 - (O traçado deve respeitar o leito das estra-
das de rodagem já existentes).

Art. 52 - (Inaugurado o trafego de que trata o art. 12 te-
rão seus construtores o privilegio para o prolongamento nas direções
indicadas em sua petição).

Antonio F.P. Guimarães.

("Collecção das Leis e Resoluções da provincia de
São Pedro do Rio Grande do Sul promulgadas na 12
Sessão legislativa de 1889", pags. 40/41). Cópia -
da no Instituto Historico do R.Gr.do Sul por Gi-
no Luis Corvi em 9/7/986).

Nota: (Os arts. 2, 3, 4 e 5 não estão transcritos
na íntegra, referindo-se apenas aos respectivos
conteudos).

Xerox enviado pela gentileza do Dr. Desembarçador Gino Luiz Cervi,
residente em Falegre, a 10.9.1987. Ao nosso CFG. PLS.

ANEXO Nº 07

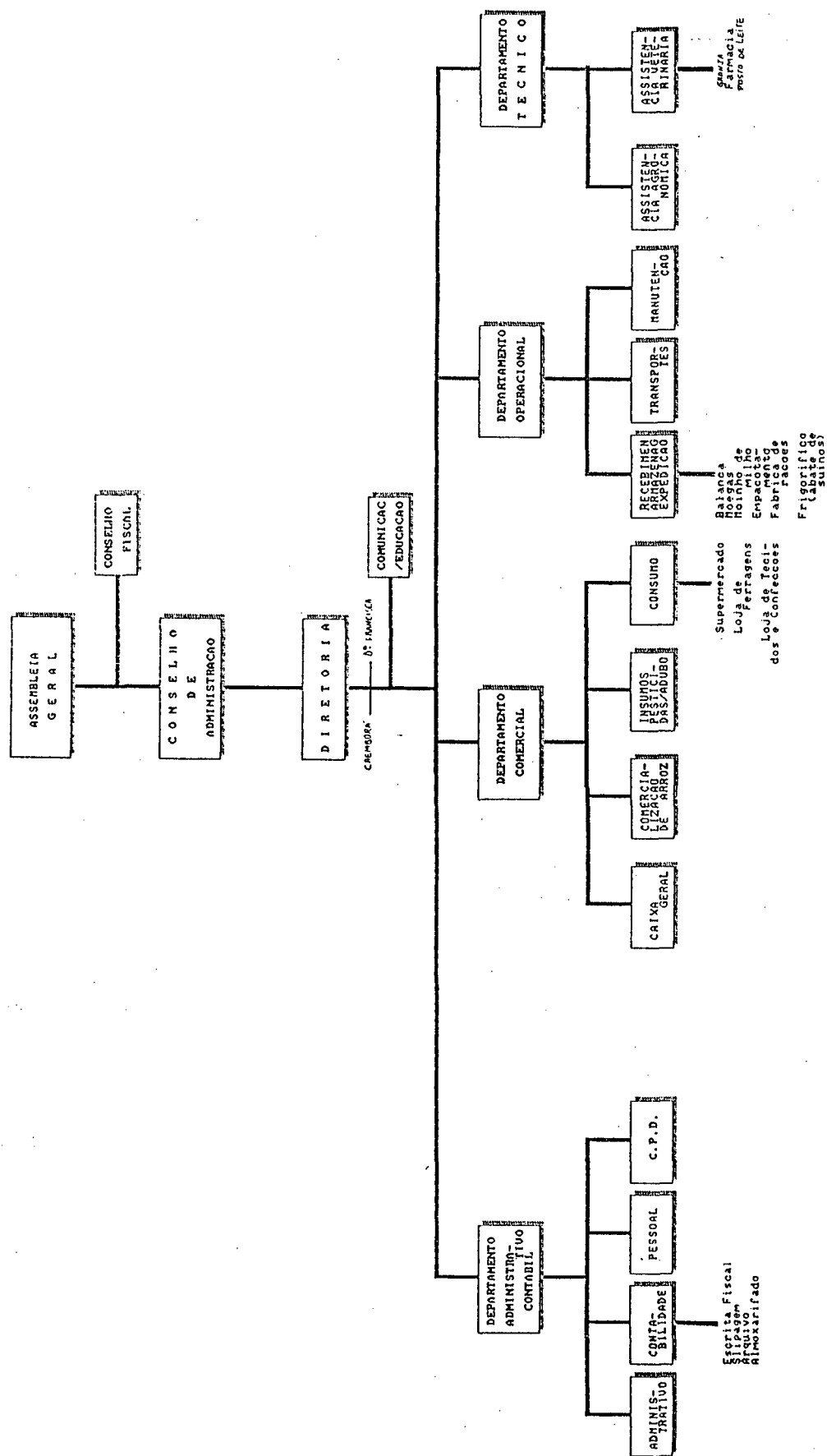
SUB-PREFEITOS DO EX-NÚCLEO SOTURNO, HOJE MUNICÍPIO DE NOVA PALMA/RS

- 1876 - Carlos Schorna, do Varador*
- 1896 - Pedro Schirmer, da Linha Ávila
- 1897 - Carlos Edler, do Rincão do Apel
- 1897 - Melchides Lencina, do Comércio
- 1902 - Napoleão Machado, do Rincão do Padilha
- 1903 - Joaquim da Rocha, do Rincão do Padilha
- 1908 - Valentin Prevedello, do Comércio
- 1909 - Giovanni Volcato, de Nova Palma
- 1913 - Feliciano Alberto, de Nova Palma
- 1915 - Luiz B. da Rocha, de Nova Palma
- 1920 - Henrique Kurter, e logo depois Florisbal França, ambos de Novo Paraíso
- 1924 - Melcides Lencina, e logo depois Silvio Thomasi, de Nova Palma
- 1927 - Peri da Rocha, de Nova Palma
- 1931 - Aparício Cardoso
- 1933 - Ricardo Volcato, de Nova Palma
- 1935 - Pedro Fumagalli
- 1937 - Serafim Cardoso da Rosa, de Rincão do Padilha, e logo depois Rodolfo Rodrigues
- 1940 - João Fagundes, e logo depois Vergílio Descovi, de Nova Palma
- 1945 - Guido Grotto, de Nova Palma
- 1947 - José Pigatto, de Nova Palma
- 1949 - Achilles Grotto, de Nova Palma
- 1952 - Angelo Volcato, de Nova Palma
- 1956 - Luis Ricardo Pigatto, de Nova Palma
- 1958 - José Pigatto, de Nova Palma
- 29.07.1960 - Cria-se o Município de Nova Palma, que até então, pertencia ao Município de Júlio de Castilhos.

* Nome das localidades interioranas onde residiam os sub-prefeitos. As datas referidas expressam a data de posse.

Fonte: Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma/RS

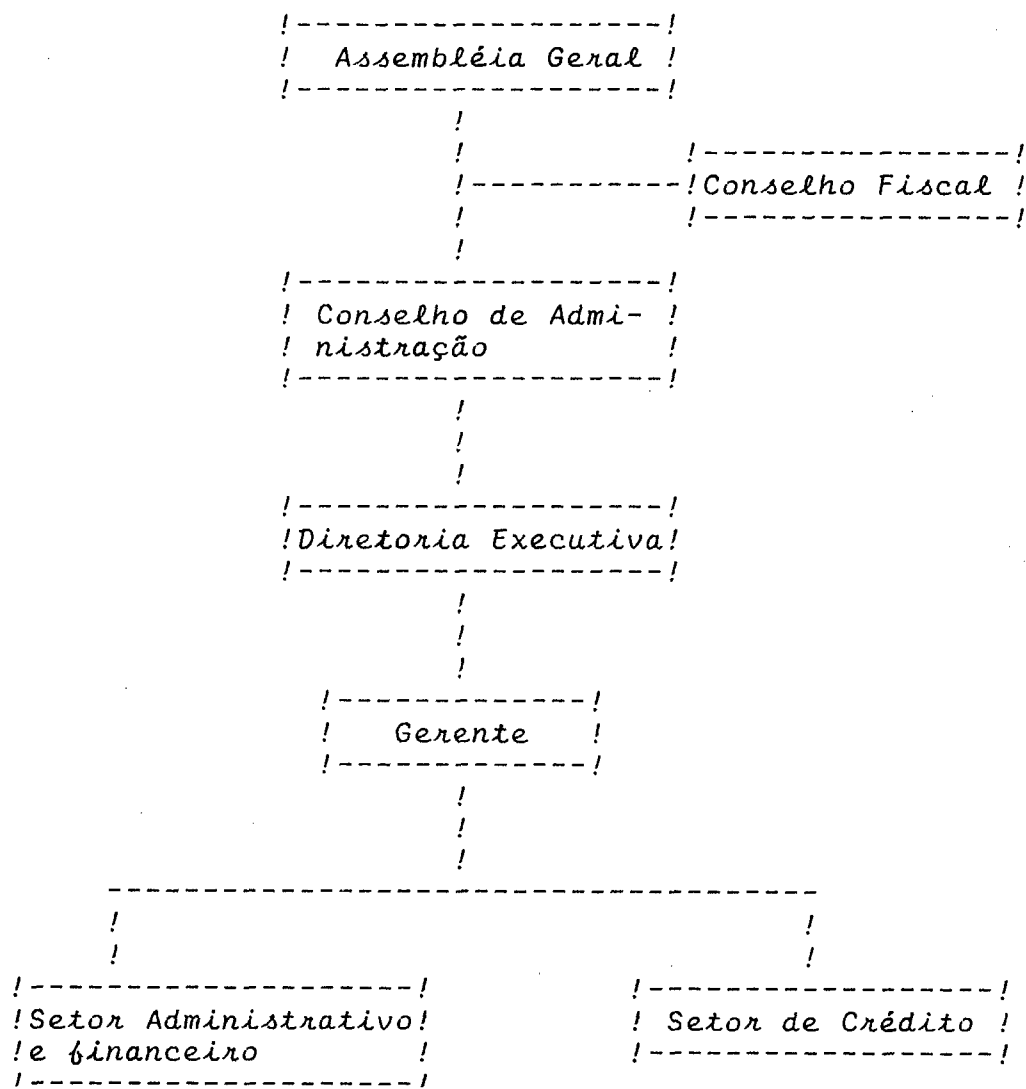
ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO DA COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA NOVA PALMA LTDA (CAMNPAL)



Fonte: CAMNPAL

ANEXO Nº 09

ORGANOGRAMA ADMINISTRATIVO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE NOVA PALMA LTDA (CREDIPAL)



Fonte: CREDIPAL

CAMNPAL - Cooperativa Agrícola Mista Nova Palma Ltda.

Av. Emancipação, 840

Fone (055) 266 1314 e 1338

NOVA PALMA — RS

RECIBO

Nº 65320

R\$

Recebi(emos) do(a) Sr.(a) João de Mello

Conta: _____ Matr.: _____ Vcto.: _____

a quantia de _____

referente a Taxa matrícula 2.ª vez

do que passo(amos) o presente recibo.

NOVA PALMA - RS, 11 de 1 de 1996

TIP. FAXINALENSE LTDA. 04/95 100 lbs. 3x50 65001 a 70000

ANEXO Nº 11

COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA NOVA PALMA LTDA.

AV. EMANCIPAÇÃO, 840

FONE/FAX (055) 266-1314 C/P 97250-000 NOVA PALMA - RS

C.G.C. (M.F.) 91.022.632/0001-01

INSCR. EST. 083.0000585

FORMULÁRIO
Nº 012964

DIAS TAXA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	SUB TOTAL
LEITE DOM LITRO AC. 100																
DIAS DE AJO	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	TOTAL
LEITE DOM LITRO AC. 100																

UNID.	PRODUTO	TIPO/VARIETADE	KG. BR. LIT.	KG. TARA	KG. IMPUR.	KG. LÍQ.	KG. LIT.	PRE. UNITÁRIO	VAL. BRUTO
500g	LD.	*****	2.400	0	0	0	2.400	10,33	412,00
TOTAL		C. CAPITAL	4,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	412,00
RECEBIMENTO		DIÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VALOR LÍQUIDO		SEMPRE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	370,41

UNIDADE COOP. AGR. MISTA NOVA PALMA LTDA
ENDEREÇO AV. EMANCIPAÇÃO, 840
MUNICÍPIO NOVA PALMA
Nº OPER. CONFRA
VIA TRANSP.

(RS)
COD. FISCAL OPERAÇÃO
VENCTO. 112

4ª VIA - CONTROLE

NOME MOACIR A. ROSSATO e JUSTINA
ENDER. LINHA 01
CEP/MUN. 97250-000/NOVA PALMA-RS

MATRÍC. 1.978-2
CONTR. 0,00
L. O. T. F. 0,00
% AVARIA 0,00
% QUEBRAL 0,00

TRANSPORTADOR FROBILCO PLACAS RSP-504036 NET PROD 607563,00

DATA EMISSÃO 25/07/85	C.G.C. (M.F.) EMITENTE 91.022.632/0001.01	INSCR. EST. EMIT. 083/0000585	UF EMIT. RS	C.G.C. (M.F.) RECEBENTE 00.022.550/0090.34	INSCR. EST. RECEBENTE 083/1012250	UF RECEBENTE RS
DE ENTRADA S. E-1	12.869	BASE CÁLC. ICMS	ALÍQ.	VALOR DO ICMS	25/07/85	VALOR DO ICMS

Fonte: Departamento Técnico da CAMNPAL

ANEXO Nº 12

TABELA Nº 04 — EVOLUÇÃO DA CULTURA DA SOJA
NO RIO GRANDE DO SUL — 1950 A 1987

SAFRA	AREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1950	24.259	33.739	1.390
1951	47.480	60.807	1.280
1952	58.765	77.102	1.312
1953	61.365	86.881	1.415
1954	62.113	109.429	1.762
1955	67.321	99.353	1.475
1956	72.974	107.202	1.469
1957	85.184	108.920	1.278
1958	95.147	112.194	1.179
1959	104.056	135.754	1.304
1960	167.384	191.503	1.440
1961	221.170	248.430	1.121
1962	283.665	239.060	842
1963	307.555	275.362	895
1964	320.396	267.947	836
1965	384.643	459.060	1.193
1966	413.375	477.267	1.154
1967	490.870	550.814	1.122
1968	557.027	432.585	776
1969	649.116	744.498	1.146
1970	871.202	976.807	1.121
1971	1.133.213	1.481.274	1.312
1972	1.459.594	2.173.553	1.489
1973	2.217.570	2.872.060	1.295
1974	2.770.000	2.870.000	1.036
1975	3.313.286	4.688.521	1.506
1976	3.296.000	5.107.000	1.549
1977	3.490.000	5.678.000	1.627
1978	3.754.000	4.567.800	1.217
1979	4.109.900	3.629.926	883
1980	3.987.200	6.100.416	1.530
1981	3.816.460	6.088.344	1.595
1982	3.539.581	4.220.574	1.192
1983	3.599.996	5.631.138	1.564
1983	3.402.800	5.268.800	1.548
1984	3.641.813	5.415.494	1.487
1985	3.637.173	5.711.149	1.570
1986	3.243.800	3.269.000	1.007
1987*	3.100.000	5.000.000	1.613

* Estimativas

FONTE: FECOTRIGO e Fundação de Economia e Estatística RS
ETAC MERCADOS

Fonte: BRUM, Argemiro J. Modernização da Agricultura - trigo e soja. Petrópolis, Vozes, 1988. p.187.

ANEXO Nº 13

TABELA Nº 02 — EVOLUÇÃO DA CULTURA DA SOJA NO BRASIL
1952-1986

ANOS	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1952	60 029	77 880	1 297
1953	62 975	88 230	1 401
1954	68 116	117 320	1 722
1955	73 971	106 880	1 445
1956	80 804	114 940	1 442
1957	97 447	121 500	1 247
1958	107 043	130 890	1 223
1959	114 098	151 570	1 328
1960	171 440	205 740	1 200
1961	240 919	271 490	1 127
1962	313 640	345 170	1 100
1963	339 796	322 910	950
1964	359 622	304 900	848
1965	431 834	523 180	1 212
1966	490 687	594 990	1 213
1967	612 115	715 610	1 169
1968	721 913	654 480	907
1969	906 073	1 056 600	1 166
1970	1 316 809	— 1 508 550	1 144
1971	1 716 420	2 077 300	1 210
1972	2 191 455	3 703 620	1 690
1973	3 615 058	5 011 620	1 386
1974	5 143 116	7 876 210	1 531
1975	5 824 492	9 893 010	1 698
1976	6 417 000	11 227 120	1 750
1977	7 070 263	12 513 410	1 770
1978	7 778 511	9 534 720	1 226
1979	8 339 370	10 236 000	1 227
1980	8 754 000	— 15 156 000	1 731
1981	8 693 400	15 200 000	1 748
1982	8 393 200	12 835 000	1 529
1983	8 455 000	14 750 000	1 745
1984	9 458 000	15 000 000	1 584
1985	10 074 000	18 211 500	1 808
1986	9 170 200	13 274 400	1 448

FONTE: FIBGE, CACEX, ABIOVE, CFP, SAFRAS E MERCADO,
ETAC MERCADO, CRIAEC.

Fonte: BRUM, Argemiro J. Modernização da Agricultura - trigo e soja. Petrópolis, Vozes, 1988. p.185.